



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

VIVIAN CARLA GARCIA FERREIRA

**INFAMES “MARIAS”:
PRONTUÁRIOS DE MULHERES DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO ESTADO
DE SÃO PAULO (1897-1952)**

CAMPINAS

2020

VIVIAN CARLA GARCIA FERREIRA

**INFAMES “MARIAS”:
PRONTUÁRIOS DE MULHERES DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO ESTADO DE
SÃO PAULO (1897-1952)**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em História, na Área de História Cultural.

Orientadora: PROFA. DRA. LUANA SATURNINO TVARDOVSKAS

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA
ALUNA VIVIAN CARLA GARCIA FERREIRA E
ORIENTADA PELA PROFA. DRA. LUANA
SATURNINO TVARDOVSKAS.

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

G165i Garcia, Vivian Carla Ferreira, 1992-
Infames "Marias" : prontuários de mulheres do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo (1897-1952) / Vivian Carla Garcia Ferreira. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Luana Saturnino Tvardovskas.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mulheres. 2. Loucura. 3. Crime. 4. Subjetividade. I. Tvardovskas, Luana Saturnino, 1983-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Infamous "Marias" : records of women in the judiciary insane asylum of São Paulo State (1897-1952)

Palavras-chave em inglês:

Women

Madness

Crime

Subjectivity

Área de concentração: História Cultural

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

Luana Saturnino Tvardovskas [Orientador]

Carla Cristina Garcia

Tony Hara

Data de defesa: 19-06-2020

Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-3368-3998>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2724432667058051>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 19/06/2020, considerou a candidata Vivian Carla Garcia Ferreira aprovada.

Profa. Dra. Luana Saturnino Tvardovskas – UNICAMP (Orientadora)

Profa. Dra. Carla Cristina Garcia – PUC-SP (Titular)

Prof. Dr. Tony Hara – UNICAMP (Titular)

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

À minha mãe, Katia,
Que nas encruzilhadas da alma
Me abriu os olhos para os caminhos da liberdade.
Seu nome é variante do nome de uma antiga feiticeira: Hekate.
Parte de uma legião de mulheres
De quem herdei alguma coisa ainda inominável.

AGRADECIMENTOS

A oportunidade de agradecer às tantas pessoas que fizeram parte de minha trajetória ao longo desta produção foi, por muitas vezes, assunto que me trazia alimento para a finalização desse processo. Em um dos tantos carnavais da vida, iniciei meu mestrado. Três carnavais seguintes, dou um contorno a algumas palavras de gratidão por esse percurso, em uma quarta-feira de cinzas. Ao longo desses quatro carnavais, uma série de encontros e desencontros transmutaram o lugar que as pessoas vieram a ocupar nesta sessão. Como nos arquivos das páginas que se seguem, esta sessão está repleta de silêncios.

Por ter a oportunidade de tocar minhas próprias palavras nessas folhas de papel, aludindo ao poeta Gilberto Gil, primeiramente, eu agradeço ao tempo: “*o verdadeiro grande alquimista.*” Agradeço à minha orientadora, Luana Saturnino Tvardovskas, pela oportunidade que tive de conhecer a arte e o feminismo como subjetivação ética na vida. Suas reflexões em torno da subjetividade me trouxeram inspirações e orientações para o desenvolvimento do estudo das mulheres que trabalhei. Por meio da relação que estabelecemos tive possibilidades de vislumbrar com mais liberdade diversas nuances nesta pesquisa e também, em minha própria vida. Obrigada por cada conversa, cada ideia e por cada conselho. Sem seus olhares e apontamentos, as “*Infames Marias*” não teriam estruturação. Gratidão.

Agradeço à minha família: meus pais, Katia e Delson, por todo o carinho e incentivo que nutriram por mim em todo este percurso. Agradeço pelas longas conversas e por terem compreendido a minha grande distância, em alguns momentos, como parte do processo. Obrigada por terem me fornecido tantas condições de possibilidade para que eu pudesse vir a ser, de modo que hoje posso concluir este trabalho porque escolhi fazê-lo. Gratidão por terem me ensinado sobre como buscar materializar meus desejos éticos no mundo.

À minha prima-irmã, Brenda, agradeço por todo o acolhimento e leveza que me ofereceu para que eu pudesse finalizar esse processo. Sem o refúgio amoroso do teu lar, quiçá, este texto nem seria. Gratidão pela amizade.

Agradeço ao Marcus, pela memória dos sonhos de quase uma década. O mestrado foi o maior deles: foi partilha e foi corte. Gratidão por ter me acompanhado em tantos processos de reelaboração desta pesquisa e da minha própria subjetividade. Por um dia ter compartilhado comigo a sua companhia e pelo compartilhar dessa distância. Sem elas, tanto as “*Infames Marias*” como eu ainda estaríamos no sótão.

Agradeço à Juliana, pela amizade linda que floresceu em nossa vizinhança, descobrindo juntas muitas outras vizinhanças em nossas subjetividades. Em nossas conversas tive a possibilidade de realizar tantas e tantas travessias que me conduziam até aqui.

Agradeço ao enorme crescimento teórico e profissional proporcionado pelo grupo de pesquisa “Gênero, Subjetividades, Cultura Material e Cartografias”, onde tive a oportunidade de experienciar tantas reflexões filosóficas que foram fundamentais na concepção deste trabalho e em minha formação enquanto uma sujeita histórica. Agradeço à Margareth Rago e Paulo Funari pela grande experiência que compartilharam conosco em suas reflexões. Ao Aldo Ambrózio, Thiago Calçado, Mariléa Almeida e Carô Murgel por compartilharem seus trabalhos com o grupo, abrindo sempre grandes reflexões e muitas possibilidades de diálogo. Ao Tony Hara, gratidão pelas muitas conversas que tivemos sobre as notícias das “*Infames Marias*” e pelas meditações em torno da ética e das artes da existência, importantíssimas para esta elaboração. A Paloma, Gabriel, Gabriela Trevisan, Carol, Patrícia, Elena, Maurício, Júlia Kumpera, Maria Clara, Loly, Júlia Dias e Gabriela Isbaes pela partilha dos processos de pesquisa e de amadurecimento, pelos cafês, conversas e risadas. Ao lado de vocês encontrei a leveza e amparo necessário para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço à Ilana Mountian, por suas reflexões e sensibilidade para com o meu trabalho, tendo compartilhado comigo intuições valiosíssimas para a análise dos prontuários das “*Marias*”.

Agradeço aos funcionários da sala de consulta do APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo –, sempre muito gentis e solícitos com as minhas tantas dúvidas com os tantos prontuários que eu estava a fotografar.

Agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que por meio da bolsa de pesquisa nº 169921/2017-4 tive o financiamento para produção deste trabalho, sem a qual não seria possível a realização da pesquisa. Agradeço à UNICAMP, ao Programa de Pós-Graduação em História e a todos os professores e funcionários do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).

Por fim, agradeço às “*Marias*” pela oportunidade de conhecer um tanto de suas histórias. Se pude reunir as forças necessárias para terminar esse processo, foi elaborando as reais razões para a existência desta dissertação: cada uma de vocês. Às 14 mulheres citadas neste trabalho e às outras 166 que não tiveram suas histórias contadas aqui, mas que permeiam todas essas páginas. Que o sangue de vocês não tenha se derramado absolutamente em vão e que possa servir como experiência e reflexão da história da barbárie moderna. O arquivo era gelado e cheirava ferro. Estive com vocês ao passo que me elaborava enquanto pesquisadora e enquanto mulher. Busquei trazê-las à tona do modo mais ético que encontrei.

Mulher ao Mar

*“MAYDAY lanço, porque a guerra dura
e está vazio o vaso em que parti
e cede ao fundo onde a vaga fura,
suga a fissura, uma falta – não
um tarro de cortiça que vogasse;
específico: é terracota e fractura,
e eu sou esparsa, e a liquidez maciça.
Tarde, sei, será, se vier socorro:
se transluz pouco ao escuro este sinal,
e a água não prevê qualquer escritura
se jazo aqui: rasura apenas, branda
a costura, fará a onda em ponto
lento um manto sobre o afogamento.”*

Margarida Vale de Gato

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo uma análise dos prontuários de mulheres que foram presas no Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo (1897-1952). A partir dos arquivos, busco vislumbrar suas subjetividades no modo como seus corpos se chocam com o poder, em meio à escrita médica e jurídica. Por meio de um mapeamento das teias que compõem os discursos sobre crime, loucura e mulheres no imaginário social, proponho uma desnaturalização de seus comportamentos utilizando formulações teóricas de Michel Foucault e do feminismo da diferença. Realizo uma cartografia, por uma análise genealógica, das imagens das subjetividades femininas nas histórias das mulheres analisadas, e o modo como seus delírios e infâmias se relacionam com questões ligadas à violência de gênero, à dificuldade de elaboração de suas subjetividades de modo autônomo, refletindo sobre a forma em que suas vivências são retratadas e por meio de suas experiências na instituição. Os prontuários são analisados pela chave de perceber em seus corpos movimentos possíveis, mapeando suas histórias pelas delinquências cometidas: mulheres que desafiaram questões morais e foram presas por ilegalismos; mulheres que atentaram contra a vida de seus maridos e mulheres que atentaram contra a vida de seus filhos. Nos prontuários, busco perceber os meandros que relacionam o ideal de feminilidade e o corpo dessas mulheres, que afetados, refletem sintomas de angústia em seus delírios infames.

Palavras-chave: Mulheres; Loucura; Crime; Subjetividade.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze medical records of women imprisoned in the Judiciary Insane Asylum of São Paulo state (1897-1952). From the files, I aim to glimpse their subjectivities by the way their bodies collide with power, in the context of medical and legal writing. By mapping the nets composed by discourses about crime, madness, and women in social imagery, I propose a denaturalization of their behavior using theoretical formulations from Michel Foucault and difference feminism. A cartography by genealogical analysis is composed from the images of feminine subjectivities in the women history, and from how their deliriums and infamies are related to issues such as gender violence, difficulty in elaborating their subjectivities autonomously, reflecting upon how their experiences are depicted and how they live in the institution. The medical and legal records are analyzed by perceiving possible movements in their bodies, mapping their histories by the committed delinquencies: women who challenged moral issues and were arrested by illegalisms; women who killed or tried to kill their husbands and women who killed or tried to kill their children. Studying the records, I try to identify intricacies that correlate an ideal of femininity and these women bodies that, when affected, reflect symptoms of anguish in their infamous deliriums.

Keywords: Women; Madness; Crime; Subjectivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	27
1.1 Uma mulher infame em um arquivo paulista	28
1.2 Ínfimas notícias de Maria: os prontuários como fonte	30
1.3 Rotas médicas e jurídicas: eugenia, família e cidade	35
1.4 Limiares da afetividade feminina: o Anjo do lar	44
1.5 Personalidades psicopáticas: figuras do perigo na construção da (a)normalidade	51
1.6 O exame médico-legal como dispositivo de normalização	59
CAPÍTULO II	67
2.1 “O medo me dominava”: violência, dominação e liberação	68
2.2 “Espero ser perdoada pela minha franqueza”: confissão e tecnologias de gênero	82
2.3 Tantos outros retratos em silêncio: marcadores sociais e raciais	91
2.4 Enterrando o agressor: depoimento de um cativo de tortura	95
CAPÍTULO III	103
3.1 A morte do Anjo	104
3.2 O corpo, entre a razão e o interdito	114
3.3 A alma, carcereira do corpo: rupturas de silêncio e dor	118
3.4 Infanticídio: uma cena de solidão	126
CONCLUSÃO	134
FONTES	138
FONTES HISTÓRICAS	138
BIBLIOGRAFIA	139

INTRODUÇÃO

Uma nau de Marias Convulsionadas



Imagem 1 – Cristina Salgado. *Maria Convulsionada*. Série *Mulheres em dobras*, 2006.

Uma nau é lançada ao mar. Por ela, passaram 180 mulheres durante um período de aproximadamente 50 anos. Não é uma nau à deriva, pois a embarcação se conecta a uma longa corda que chega até sua âncora, cuidadosamente amarrada aos pilares da terra. Formando uma espécie de porto, outras naus são igualmente amarradas e separadas entre si por saberes que um dia foram inventados e arraigados ao imaginário social, categorizando nesses barcos pessoas cujas práticas são dissonantes do que foi postulado por esses saberes. Travando uma luta corpórea com os poderes estabelecidos sobre um ideal de conduta estabelecido, o texto que segue aborda vidas de mulheres que foram colocadas em uma espécie de limiar, na fronteira entre as classificações: loucas ou criminosas? Estas mulheres foram passageiras de uma nau específica onde estas classificações são híbridas: o hospital é a prisão e elas foram tomadas como loucas e também criminosas.

Por terem cometido atos considerados ensandecidos, foram colocadas sob uma vigilância que as via como doentes mentais ou morais, por meio de conceitos que baseavam uma ideia de afetividade ideal feminina – o “Anjo do Lar”¹ – para julgar seus níveis de sanidade. Pelo modo como esses saberes postulavam que seus corpos deviam estar fora da circulação “continental”, nas “terras da razão”, essas mulheres são julgadas e medicadas segundo médicos e juristas, aqueles que detinham o saber sobre a engenharia desses grandes barcos. Desse modo, empreenderam um modo de gestão das populações marítimas enquanto mantinham as populações continentais sob seus olhares.

Na barca, a possibilidade de mobilidade era quase nula. E o mar, que parecia significar o infinito do mundo, ganha uma nova conotação: o isolamento que abafa o grito feminino, pois não há quem possa conhecer o grito de mulheres que agonizam lá no meio do oceano. No limiar entre o continente e as águas, se tornam “prisoneiras da passagem”,² por diferentes modos de isolamento, que se expressam em gritos que não encontraram modos de falar, confinados no silêncio das denúncias e dos exames físicos e psíquicos que trazem os prontuários das Mulheres do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo.

De modo semelhante ao que pensou o filósofo Michel Foucault acerca da *História da Loucura*, penso o lugar em que se situa esta nau no limiar entre a razão e a desrazão, entre a palavra e o interdito. Uma verdade sobre a loucura anunciada na era moderna, um lugar “entre” onde ela se encontra “amarrada, solidamente, no meio das coisas e das pessoas. Retida e segura. Não existe mais a barca, porém, o hospital”.³ Sendo a loucura colocada em sua própria deriva, amarrada em si mesma, os espaços de confinamento foram erigidos e geridos sob a vigilância de uma razão que se quis universal, hegemonizando discursos e conformando práticas. Produzindo-se, assim, o próprio continente. E o crime, cometido em terras firmes, em casas ou praças públicas, no caso dessas mulheres, foi colocado lado a lado do grito esvanecido de uma linguagem que não encontra possibilidade de racionalização nos discursos vigentes, também por este motivo, algumas delas foram impossibilitadas de elaborar palavras compreensíveis em sua defesa.

*

¹WOOLF, Virgínia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre: L&PM, 2012. Tradução de Denise Bottmann. pp. 9-19.

²FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. 11ª ed. São Paulo : Perspectiva, 2017. p. 12

³ Idem, Ibidem, p. 42

No *Acervo de Prontuários do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo (1897 – 1952)*, localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), consta que quarenta e oito mulheres com o primeiro ou segundo nome “*Maria*” foram encerradas neste Manicômio, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. É a maior incidência de um nome feminino, seguidas pelas “*Beneditas*”, e então, surge uma multiplicidade de nomes de mulheres nas páginas desse arquivo. Atualmente intitulado como Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima e ligado à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), o Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo foi uma instituição concebida como um anexo ao Hospício do Juquery, fundado no final do século XIX por Franco da Rocha, médico psiquiatra que depois daria seu nome à cidade em que o hospital se estabeleceu. Em 1933 ocorre uma reorganização dos prontuários dos pacientes, concomitante com a mudança na organização do Manicômio Judiciário como uma instituição independente por haver uma demanda de classificação e separação da população manicomial em “loucos” e “loucos criminosos”. Neste mesmo ano, o Manicômio é transferido para um prédio próprio ao lado do Juquery, projetado pelo renomado arquiteto Ramos de Azevedo,⁴ inaugurado com uma grande festa no dia 31 de dezembro para a alta sociedade de São Paulo.⁵

Esses arquivos compõem um total de 2.252 prontuários de pessoas presas no Manicômio Judiciário entre os anos de 1897 a 1952, dos quais 180 são prontuários de mulheres. Por meio dos prontuários das mulheres presas na instituição, proponho uma reflexão sobre os enquadramentos da subjetividade feminina pela via de discursos médicos e jurídicos que compõem o imaginário social da época e que permeiam continuidades até os dias atuais. Desse modo, reflito sobre seus delírios e delinquências como sintomas de uma subjetividade feminina que não encontra possibilidades de expressão de seus afetos na linguagem. Busco cartografar nesses documentos os modos como as mulheres foram subjetivadas por meio de *tecnologias de gênero*, ou seja, determinados saberes e práticas que inserem a vida das mulheres dentro de um determinado campo de possibilidades culturais

⁴ Renomado arquiteto que projeta uma série de prédios na capital paulista na virada do século XIX para o XX que se transformaram em ícones. Projetou a Casa das Rosas, atualmente o “Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura”, o Theatro Municipal de São Paulo, o prédio da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), a Pinacoteca de São Paulo, entre outros.

⁵ TAVOLARO, Douglas. *A casa do delírio: reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha*. 2a. Ed. São Paulo: SENAC, 2002.

pré-estabelecidas.⁶ Como um conjunto de discursos e imagens que contam histórias de sujeitos que foram capturados pelo poder, analiso esses arquivos femininos pelo que foi escrito e descrito pelos médicos, mas buscando um modo de elaboração daquilo que foi silenciado, figurando possibilidades de se pensar os movimentos insurgentes que entram em choque com os discursos normalizadores.

Para proteger suas identidades, optei por denominar todas as mulheres analisadas nessa pesquisa de modo alegórico como “*Marias*”, articulando essa escolha também ao fato de que, desde a década de 1930, o nome Maria é o mais comum no Brasil, muito à frente de qualquer outro.⁷ Tendo em vista o imaginário social que envolve o nome Maria, de uma mulher que é virgem, mãe, esposa e devotada, carregando em seu ventre um bendito fruto, e só por isso é considerada como santa “*Benedita*”. Essa concepção cristã de Maria constituiu moralmente o modo como o ideal de feminilidade operou e ainda opera sobre as mulheres, agindo como uma onda que costura “em ponto lento um manto sobre o afogamento”,⁸ como escreve a poeta portuguesa Margarida Vale de Gato. Nesse sentido, nomear as mulheres que passaram pelo Manicômio Judiciário por “*Marias*” permite uma ácida alusão ao lugar que lhes foi designado e, de diferentes modos e intensidades, rejeitado por elas. Assim, cada uma delas será chamada por “*Maria*” seguido por um segundo nome que será dado de forma poética a cada caso, prezando pela necessidade de ressaltar suas particularidades.

Por meio das fontes, que narram experiências de mulheres que estiveram na fronteira entre o crime e a loucura, o objetivo é formular uma crítica à razão por um viés feminista, constituindo um olhar para a história das mulheres observando corpos constituídos por saberes e poderes que produzem formas específicas de subjetividade. Buscaremos compreender processos que se formam por meio de “práticas divisoras”, em que os sujeitos são constituídos em uma divisão de si em relação aos outros, de modo que as figuras da normalidade são produzidas pela nomeação e classificação daquilo que é “desviante”, numa inspiração foucaultiana.⁹ Assim, tendo os discursos que conformaram o corpo feminino em torno do lar e da maternidade, adequando as mulheres às figuras da domesticidade feminina,

⁶LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia de gênero.” In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

⁷ Dados do censo do IBGE de 2010. Até a data em que o censo foi realizado, as Marias eram 11,7 milhões da população brasileira. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2020.

⁸ GATO, Margarida Vale. *Mulher ao Mar*, Mariposa Azul, Lisboa, 2010.

⁹FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 231-249, p. 231.

crimes contra os filhos, o matrimônio e ilegalismos cometidos por mulheres foram classificados como desvios ou doenças, produzindo, desse modo, os discursos de normalização das condutas.

Questões que se conectam ao poder-saber médico, práticas de higienização social e ideias de conduta moral em relação ao comportamento feminino apresentam-se nos arquivos. Nesse campo, a historiadora Maria Clementina Cunha em *Juquery, o espelho do mundo*, em uma análise sobre o Hospício do Juquery, aponta sobre os modos como a política disciplinar e asilar do hospital relaciona-se à produção da cidade no contexto de urbanização e higienização, compreendendo que os modos de produção da loucura se deram pela contenção de sexualidades desviantes, na disciplina do trabalho e criminalização das classes operárias, constituindo as práticas e saberes que confinavam corpos considerados “loucos”.¹⁰ Nesse percurso, Cunha abre possibilidades de reflexão sobre “a condição feminina, a questão racial, a sexualidade e a família, a interseção crime/loucura e outras”.¹¹ Nos arquivos do Manicômio Judiciário, como instituição quase que “irmã” do Juquery, as intersecções entre crime/loucura apresentam-se de forma intensa e sem muitas possibilidades de separação entre os diagnósticos. Compondo parte de uma rede institucional em que mulheres infames transitam, as passagens das mulheres entre o Manicômio, o Hospício do Juquery e os presídios do Estado de São Paulo são experiências que confundem os meandros que distinguem as mulheres tidas como “criminosas” e aquelas tidas como “loucas”.

Desse modo, os arquivos, em específico os arquivos judiciais, nos apresentam uma grande possibilidade de pensar os modos em que as subjetividades são constituídas e conformadas, pelo mapeamento dos discursos de identificação e classificação das condutas, cartografando os efeitos de poder das ações praticadas por essas mulheres. Em pesquisa realizada com arquivos do internamento do Hospital Geral da Bastilha, Foucault propôs pensar nesses arquivos como “existências-relâmpago” ou “poemas vida”, em um projeto incessante de “exumação” desses documentos. O filósofo discorre sobre as vidas infames ali encontradas:

O termo notícia me conviria bastante para designá-los, pela dupla referência que ele indica: a rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos relatados; pois tal é, nesses textos, a condensação das coisas ditas, que não se sabe a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras

¹⁰ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

¹¹ Idem, p. 208.

ou à violência dos fatos que neles se encontram. Vidas singulares, tornadas, por não sei quais acasos. Estranhos poemas, eis o que eu quis juntar em uma espécie de herbário.¹²

Essas “notícias” encontradas nos arquivos, tendo em sua brevidade ínfimos detalhes sobre as vidas ali encontradas, se apresentam neste caso por meio das histórias de tantas “*Marias*” reunidas nesses papéis em uma linguagem que as marca por identidades infames. Assim, articulo a leitura e elaboração dos arquivos ao pensamento de Michel Foucault e ao feminismo da diferença, traçando algumas possibilidades de pensar a conformação de suas subjetividades em meio aos discursos disciplinares aos quais se chocaram.

O modo de pensar a história empreendido por Foucault abre possibilidades de enxergar os corpos para além das dualidades instauradas nas práticas divisoras, mas por diversos feixes em que o corpo foi afetado, quais experiências produziram subjetividades. Fundamental para a análise destes tipos de arquivos na chave da relação cotidiana, a emergência desses acontecimentos apresenta o modo como os discursos e as práticas formam um poder que entra em embate com o corpo, entendendo o corpo como uma superfície em que os acontecimentos se inscrevem:

A genealogia diz respeito ao corpo. Ela se inscreve no sistema nervoso, no humor, no aparelho digestivo. (...) Sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados no mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. (...) A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.¹³

Diante da pergunta elaborada por Kant em uma nota de jornal em 1784, buscando responder a pergunta “O que são as luzes?”, Foucault se inquieta com a questão articulada pelo filósofo, entendendo que seu questionamento buscava responder “quem somos nós nesse momento da história”, uma pergunta filosófica sobre o próprio presente.¹⁴ Impulsionado por essa via, o autor busca em suas análises uma compreensão histórica dos processos de subjetivação da contemporaneidade. Assim, análise genealógica se debruça sobre as

¹² FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: Ditos e escritos IV. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. pp.203-222.

¹³ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 22.

¹⁴ FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?” In: *Ditos e Escritos Vol. II. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

condições de proveniência e emergência dos acontecimentos discursivos que produzem os modos em que os corpos se relacionam aos saberes estabelecidos, dentro de determinadas condições de possibilidade de um tempo histórico. Como nós nos tornamos sujeitos, por meio de quais relações, dispositivos, operações, discursos e imagens que conformam um modo de ver e falar sobre o mundo e sobre as singularidades.

Abrindo novas possibilidades de pensar a relação do sujeito com o poder, o pensamento de Foucault contribuiu para uma torrente de novas reflexões abertas durante a década de 1970 – na qual a análise genealógica do poder passa a integrar os estudos e pesquisas –, abrindo novas perspectivas para a reflexão em torno dos discursos e práticas em torno do corpo feminino. Relacionando o corpo ao poder historicamente constituído, uma crítica feminista passou a desenhar novas possibilidades de pensar as experiências femininas, permitindo historicizar o espaço privado ocupado pelas mulheres e desafogando formas de vida antes submersas por uma história universalizante.

Por meio da via aberta pelo pensamento do filósofo, que sugere a reflexão histórica sobre a constituição dos sujeitos em face a um poder que produz subjetividades, a epistemologia feminista abre a possibilidade de considerar as mulheres como sujeitos históricos, problematizando os lugares cativos e silenciados e permitindo a tessitura da história desse silenciamento por meio de uma nova linguagem e na produção de um contradiscurso.¹⁵

A imagem de mulheres “confinadas no silêncio de um mar abissal”, onde confinamento e infinitude se entrelaçam na mesma ideia, refere-se ao lugar que foi destinado às mulheres na trama dos fatos e dos relatos que organizam o tecido histórico.¹⁶ Essa metáfora é usada por Michelle Perrot, historiadora que abriu o campo de reflexão sobre a história das mulheres, questionando os modos como elas tiveram suas vozes excluídas da história oficial. Confinadas nas casas ou nas instituições, as mulheres estiveram por muito tempo fora do espaço público, e por consequência, afastadas do que foi constituído no imaginário social como uma história universal.

No âmbito da historiografia, a história das mulheres acabou por configurar-se como um tema de pesquisa, de modo que as ferramentas de análise estavam em vias de formulação. Situando esse debate, a historiadora Joan Scott propõe pensar a questão das mulheres por meio do uso da categoria gênero como um corte epistemológico, refletindo sobre os modos

¹⁵ RAGO, Margareth. “Epistemologia Feminista, Gênero e História.” Em: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.) - *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis : Ed. Mulheres, 1998.

¹⁶ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª ed. São Paulo : Contexto, 2017, p. 16.

como o gênero opera nas relações sociais humanas e dá sentido à organização e percepção do conhecimento histórico.¹⁷ A categoria gênero usada por meio da história das mulheres é operacionalizada para dar nome aos processos de construção da diferença sexual. Como modo de problematização das relações de poder, permite pensar a subjetividade de modo relacional, ou seja, constituída por meio das relações.

Para elaborar as histórias de tantas “*Marias Convulsionadas*”,¹⁸ inspirada no título da obra da artista visual Cristina Salgado, aludo à subjetivação do corpo feminino como um processo que se dá por meio de tensões, convulsões e rupturas. Mulheres tão diversas: brancas, negras, imigrantes, pobres, ricas, trabalhadoras como domésticas, lavradoras, prostitutas etc. Com Scott, penso suas experiências por meio da problematização dos múltiplos discursos que permeiam os “processos históricos que (...) posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sujeitos que são constituídos através da experiência (...) aquilo sobre o qual se produz o conhecimento.”¹⁹ Nesse sentido, por meio de mulheres tão diversas, tenho em vista refletir sobre as condições de possibilidade de suas experiências de crime e loucura. Buscarei, assim, seus modos de construção subjetiva em relação agonística com o poder, no modo como entram em embate com as noções de loucura e criminalidade representadas pelo discurso médico.

Ainda que em alguma medida todo processo de subjetivação seja parte de uma relação de poder, a linguagem que funda o corpo feminino é espelhada naquilo que ele “não é”: o corpo masculino. É nessa perspectiva que a filósofa Luce Irigaray pensa a questão do gênero, sendo o feminino estruturado na linguagem que compõe o imaginário social como o

¹⁷ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: Mimeo. Tradução: Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila. Recife, 1989, p. 5.

¹⁸ A obra “*Marias Convulsionadas*” (2006) (Imagem 1), da artista Cristina Salgado, faz parte da exposição “Mulheres em dobras”. Essa imagem que nos serve de inspiração e abre esta introdução é uma instalação composta por tecidos dobrados e contorcidos que ocupam um espaço interno da figura feminina, envoltos por duas sessões de tecidos dobrados de modo liso e reto contornando algo que se parece a um manto. As cores utilizadas “remetem aos tecidos corporais, a pele, dobrados escuramente pela artista, formando imagens de um corpo em transição”.¹⁸ A obra apresenta um interior que se mostra instável e intenso que se abre de modo informe em contato com o mundo exterior, envolto por um manto liso, em certa uniformidade, como se contivesse a intensidade interior. Nessa obra, o lado de dentro, subjetivo, aparece em embate consigo mesmo, vibrante, vermelho, visceral. Como argumenta a historiadora Luana Tvardovskas, a obra apresenta um corpo feminino de uma Maria, mulher cotidiana, em pura intensidade, convulsionado. Mostra que existem zonas de escape no corpo, (...) por onde irrompe o corpo convulsionado, não emoldurado, não controlado. Isso nos deixa entrever que não se trata apenas do jogo entre o interior/exterior do corpo, mas de campos intensivos que o habitam”. Ver mais em: TVARDOVSKAS, Luana. *Dramatização dos corpos: arte contemporânea e crítica feminista no Brasil e na Argentina*. São Paulo, Ed. Intermeios (Coleção Entregêneros), 2015, p. 246.

¹⁹ SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, Tradução: HADDAD, Lúcia; Revisão Técnica: MALUF, Marina. [S.l.], v. 16, set, p. 27. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11183/8194>. Acesso em 22 de abril de 2019.

outro do masculino.²⁰ A autora utiliza o termo falogocentrismo para entender a linguagem como estruturante da diferença nas práticas sociais, tendo na centralidade dos corpos e características masculinas uma produção de conhecimento sobre o sujeito que se pretende neutra e essencial.²¹ No falogocentrismo a subjetividade feminina é constituída na sua diferença, naquilo que lhe é diferente, no sentido de uma “falta”, em relação a um ideal masculino. Nesse sentido, Irigaray propõe pensar as questões de gênero colocando a mulher na figura de um outro ao lado do *outro* masculino – uma ruptura do sujeito universal –, e não pensando o gênero como uma diferença das mulheres em relação aos homens, questionando um “modelo único de subjetividade” e postulando a horizontalidade entre os sexos.²²

Reunindo os estudos feministas emergentes com a articulação que Foucault faz da história com o corpo, Judith Butler destaca a dimensão corpórea da subjetividade, argumentando que a materialidade do corpo deve ser pensada como efeito de poder. O gênero, nesse sentido, deve ser entendido como performativo, “como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia”.²³ Assim, ao nomear os corpos e estabelecer práticas, por meio de uma interpelação, o discurso produz as condutas sexuais por meio das distinções estabelecidas. Desse ponto de vista, o próprio sexo seria materializado por meio de normas regulatórias, de processos de reiteração daquilo que é colocado em discurso, fazendo emergir os sujeitos e seus atos.²⁴

Dessa forma, aquilo que escapa às normas regulatórias guiadas pelo binário masculino-feminino, marcada pela heterossexualidade como ideal normativo, de acordo com Butler, se constitui pelo que ela chama de “performatividade”, ou seja, o sexo é produzido por meio de sua exclusão e apagamento. Tal reflexão sobre o corpo contribui para pensar como funcionam tais sistemas regulatórios em torno do sexo, refletindo de que modo a exclusão é produzida pela norma. Como ilustra a historiadora Luana Tvardovskas, as problemáticas trazidas pela filósofa contribuíram para importantes redefinições do feminismo, referindo-se à “(...) despatologização de sexualidades tidas como ‘anormais’ à maior complexidade para compreensão da constituição das subjetividades, mostrando o alto

²⁰ IRIGARAY, Luce. *A questão do outro*. Labrys, Estudos feministas, n. 1-2, 2002, p. 1-12.

²¹ COSSI, Rafael Kalaf. *A diferença dos sexos: Lacan e o feminismo*. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 31. doi:10.11606/T.47.2017.tde-25072017-090645. Acesso em: 22 abril de 2019.

²² IRIGARAY, Op. Cit., 2002.

²³ BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In LOURO, Guacira Lopes (orgs.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3ª Ed. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2013, p. 154

²⁴ Idem, Ibidem, p. 163.

preço social pago quando são transgredidas as normas de gênero.”²⁵ Entendendo os discursos a partir das condições de possibilidade dessa inteligibilidade que produz corpos, Butler busca desconstruir esses saberes denunciando sua matriz binária e rearticulando esse poder para um outro efeito de necessidade: a possibilidade de criação e subjetivação do corpo sexuado.²⁶

Seguindo esta reflexão, a filósofa Margatet McLaren (2016) destaca que o pensamento de Foucault convida a pensar para além do par “sexo-desejo” para “corpos e prazeres”, mostrando as possibilidades da resistência “intrassubjetiva” ocorrida no corpo e através dele, que, ao coincidir com o poder, emerge em novos discursos, práticas e saberes sobre a sexualidade.²⁷ O corpo afetado pelo exterior é o que produz a zona de interiorização dos sujeitos, as normas sociais e patriarcais atravessam os corpos produzindo dobras na subjetividade. McLaren se aproxima das noções de Michel Foucault sobre poder que é positivo, que produz as subjetividades em vez de reprimir algo que estaria no âmbito do instinto natural da mente consciente ou inconsciente. Nesse sentido, a subjetividade é entendida como um efeito de poder sobre o corpo, tirando essas esferas da dualidade corpo-matéria/ subjetividade-imaterial. Indissociáveis, corpo e subjetividade se constroem e se compõe ininterruptamente: “para o pensador, e para as feministas, a subjetividade é sempre corporificada.”²⁸

A noção de cativeiro das mulheres, proposta pela antropóloga mexicana Marcela Lagarde, alude ao modo como as violências em torno das mulheres produzem sujeitos femininos que possam ser pensados em sua dimensão cativa. A categoria de “cativeiro” compõe a análise de modo a integrar a discussão da epistemologia feminista com o espaço de confinamento, subjetivo e objetivo. A autora reflete em torno do ideal de feminilidade instituído na chave do “ser-para/de-outros”, enclausurando as mulheres a ser para a família, para o marido e filhos. E, na medida em que se embatem com esse modelo e o transgridem de alguma forma, acabam vivenciando outras formas de enquadramento feminino.

Por meio das presas e das loucas, Lagarde compreende que essas experiências atuam como uma prisão genérica de todas as mulheres. Entende que as mulheres presas “vivem real e simbolicamente, no extremo de sua realização, um cativeiro, de tal maneira que a análise

²⁵ TVARDOVSKAS, Op. Cit., 2015, p. 40

²⁶ BUTLER, Op. Cit., 2013, p. 168-169.

²⁷ MCLAREN, Margareth A. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios (Coleção Entregêneros), 2016, p. 145.

²⁸ Idem, p. 110.

das presas oferece luz sobre as diversas prisões em que vivem as mulheres.”²⁹ Pela análise dos delitos femininos, a autora compreende que se expressam diferentes formas de transgressão das normas patriarcais e classistas. Problematicando a questão das mulheres presas por meio de sua dupla posição em relação ao crime, tanto como transgressoras ou como vítimas, seus papéis se relacionam às opressões sociais patriarcais e as suas relações afetivas com o sexo masculino. As loucas, distanciadas da possibilidade de cumprimento do dever-ser feminino, enlouquecem pela exaustão da via feminina para viver a vida, de modo que a loucura feminina se apresenta de duas formas: como resultado da vida em cumprimento dos deveres da “condição da mulher” e enquanto resultado da transgressão dessas condições de vida.³⁰

Assim, por meio dos prontuários das “*Marias*”, apresento imagens de mulheres que entram em luta com o exterior por meio de rompantes intensos. Desse mesmo modo, minha intenção na análise dos prontuários das “*Marias*” que foram presas no Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, se pauta em ler suas histórias na perspectiva de cartografar essas lutas, esses interstícios da subjetividade que, em meio a uma linguagem falocêntrica, tiveram suas condutas normalizadas pelos poderes médico e jurídicos.

Em *História da Loucura*, Foucault alude à imagem da “Sultifera Navis”, ou “Nau dos Loucos”, embarcação que fazia parte da paisagem da Renascença, onde os insensatos eram encaminhados para Naus lançadas à deriva marítima. Pensando a nau em analogia à situação simbólica, Foucault entende que essa partida do louco é parte de sua própria prisão, o *limiar*, fora dos muros da cidade, preso no lugar de passagem. Sendo colocado “no interior do exterior, e inversamente”, o insensato é o “passageiro por excelência, isto é, prisioneiro da passagem”.³¹ Para o filósofo, a loucura e a linguagem estão emaranhadas entre si, não sendo possível realizar a divisão precisa entre ambas, pois o louco está preso no exterior do universo fechado da linguagem.³² Pensando o corpo como ele mesmo um “nó de linguagem”, a razão é erigida frente a uma prática divisora na linguagem racional que, ao nomear a loucura, funda-se como verdade.

É nesse sentido que Michel de Certeau analisa os meandros da historiografia em relação à ficção. Pretendendo-se diagnosticar o que é falso, por meio de discursos admissíveis

²⁹ LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Coyoacán, México : Universidad Nacional Autónoma de México, 2005, p. 642. Tradução minha.

³⁰ Idem, p. 706-709.

³¹ Idem, p. 12.

³² FOUCAULT, Michel. “A linguagem enlouquecida”. In: *A grande estrangeira*. Sobre literatura. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 54.

e estratificados em uma sociedade, a história como disciplina foi concebida pela produção da verdade por meio da identificação do ilusório, errôneo, fictício.³³ Desse modo, uma cientificidade que se propunha mostrar a “verdade” ou a “realidade” das coisas é criticada por Certeau na medida em que essa narrativa, ao apresentar as realidades históricas “reais”, camufla as condições de sua produção. A história como ciência, ao “fazer conhecer” o passado à sua maneira, por sua linguagem, fabrica de modo performativo um discurso sobre o passado, produzindo uma memória no tempo presente. A ficção, ao usar da linguagem admissível para representar outros efeitos de sentido, utiliza-se dos saberes provenientes para produzir novas assimilações, combinações, metáforas entre si, ferindo a regra da cientificidade de fixação e classificação do “real”.³⁴

Tomando a escrita da história mesma como uma ficção, uma combinação de sentidos, Certeau entende que esta deve ser problematizada e politizada no ponto de vista de sua produção. Dessa mesma forma, Foucault pensa a “história efetiva”, genealógica, uma análise das proveniências que, em relação com o corpo, dimensionam condições de possibilidade para a emergência de acontecimentos.

A “nau das insensatas” emerge nesta pesquisa como um tema a ser historicizado e remete à cartografia das imagens de delírio e infâmia dessas “*Marias*”, convulsionadas, como uma linguagem a ser ficcionada, performatizada, no sentido de pensar as condições de possibilidade de seus crimes e devaneios, por meio da análise dos cativeiros da linguagem que permeiam suas experiências. Assim, a experiência de gênero sob a uma gestão racionalizada de suas condutas, por meio da observação, manipulação e escrita de seus corpos, conforma a formação de um saber sobre as populações trazido na maneira como classificam e interpretam os modos de vida dessas mulheres, diagnosticando seus atos e emudecendo seu sofrimento.

A subjetividade como zona de fronteira entre o interior e o exterior coloca o corpo sempre na linguagem. Como aponta Foucault, “as loucuras, mesmo quando mudas, passam, e passam sempre, pela linguagem. Que elas não são talvez mais do que a estranha sintaxe de um discurso”.³⁵ Desse modo, pensar a nau como essa fronteira entre a razão e a desrazão se relaciona à alegoria do navio como heterotopia trazida por Tony Hara, em inspiração foucaultiana. Fazendo uma analogia com a nau dos insensatos e o filósofo que decide

³³ CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise, entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 46

³⁴ Idem, p. 48

³⁵ FOUCAULT, Op. Cit., 2016, p. 54.

embarcar em seu próprio pensamento, é possível admitir esses lugares de fronteira pela possibilidade de chegar a outros lugares. Por meio de uma produção de verdades outras, não racionais e lineares, mas que estejam no âmbito da imaginação, do devaneio, o navio como heterotopia pode contestar e problematizar o real em que vivemos.³⁶

Quais os afetos que atravessaram esses corpos e que não cabem nas palavras usadas pelos médicos e juristas e transbordam em um silêncio abissal? Perceber o poder que constitui essas experiências tem em vista vislumbrar o sujeito que é produzido por essas práticas. Abrindo assim, um “mar de mil caminhos”³⁷ em meio às notícias da subjetividade de “*Marias*” convulsionadas em uma nau, aqui se encontram algumas cartografias dos modos como os discursos vigentes de uma época produziram alguns modos de ser e estar no mundo. Como aponta a psicanalista Sueli Rolnik, cartografar é estar atento aos murmúrios e estar aberto às múltiplas possibilidades de encontrar sentido para os fenômenos. Cartografar não é revelar, mas entender o movimento dos corpos que vibram; as intensidades buscando expressão. E o cartógrafo, “o que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia: pontes de linguagem”.³⁸

No primeiro capítulo, “‘Perigosas’: mulheres, corpo e normalização no início do século XX”, inicio a abertura dos prontuários entremeados com a constituição dos discursos médicos do período analisado. As visões da criminalidade e da loucura pela fala médica e jurídica serão refletidas em seus modos da constituição da subjetividade de mulheres nos ideais de feminilidade instituída em torno da moralidade do espaço doméstico. Constituindo uma imagem ideal de feminilidade em torno do “Anjo do Lar”, a emergência das formas médicas e jurídicas contribuíram para a formação de enquadramentos que definem tipos de subjetividade e formas de verdade.³⁹ Tratarei, neste capítulo, da historicidade do período analisado em confluência com os discursos eugênicos e higiênicos que marcaram a primeira metade do século XX no Brasil analisando excertos dos prontuários de mulheres que tiveram suas condutas patologizadas por não se enquadrarem na esfera do lar.

No segundo capítulo, “Maritcidas: entre violências e dispositivos” interpreto histórias de mulheres que tiveram seus atos criminosos e seus delírios marcados por violências de gênero sofridas ao longo de suas experiências. Pensando as violências

³⁶ HARA, Tony. “A errância e o mar de mil caminhos”. In *Ensaio sobre a singularidade*. São Paulo: Intermeios; Londrina: Kan Editora, 2012, p. 46

³⁷ Idem, p. 35.

³⁸ ROLNIK, Sueli. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989, p. 26.

³⁹ FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

matrimoniais sofridas pelas mulheres, como são “atravessadas” pelas “tecnologias de gênero”⁴⁰ e pelo “dispositivo amoroso”⁴¹, como se posicionam em um embate de forças em suas histórias de modo mais ou menos lúcido, tendo em vista, por vezes, o asseguramento da própria vida. Desse modo, buscarei evidenciar como essas mulheres vivenciaram as relações afetivas, marcadas por violência, delírios de ciúme, e como narram sobre a culpa ou vontade de se libertar de seus matrimônios de forma precisa, explicando seus atos e motivações.

No terceiro capítulo, “Filicidas: insurgências mudas” analiso os prontuários de mulheres que atentaram contra a vida de seus filhos e que apresentam em suas narrativas *delírios mudos*, ou seja, que não alcançam por meio de sua linguagem a elaboração de seus atos, não tendo como justificá-los ou defenderem-se das acusações. Por meio da noção de Susan Bordo de “ato de protesto”, como protesto e recuo no mesmo gesto⁴², formulo possibilidades de pensar seus *delírios* de assassinato como tentativas de resistir às formas de vida em torno do “Anjo do lar”. Assim, reflito sobre a esfera de uma linguagem emudecida na subjetividade, problematizando de que modo essas “*Marias*”, na falta de uma elaboração discursiva que desse conta de suas angústias, insurgem por meio de atos irruptivos, buscando aniquilar seu sofrimento atentando contra a vida de seus filhos.

Na conclusão do trabalho, reflito sobre as histórias encontradas nos prontuários das “*Marias*” do ponto de vista das dores vivenciadas. Assim, busco possibilidades de visualizar suas experiências por um ponto de vista ético, aludindo ao feminismo como um modo de oferecer uma linguagem para seus afetos.

⁴⁰ LAURETIS, 1994, op. cit.

⁴¹ NAVARRO-SWAIN, Tania. Entre a vida e a morte, o sexo. In: NAVARRO-SWAIN, Tania; STEVENS, Cristina (orgs.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Ilha de Sta Catarina: Editora Mulheres, pp. 285- 302. 2008.

⁴² BORDO, Susan. “O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault”. In. JAGGAR, Alison M. e Bordo. *Gênero, Corpo e Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

CAPÍTULO I

**“Perigosas”: mulheres, corpo e normalização
no início do século XX**

1.1 Uma mulher infame em um arquivo paulista

No dia 13 de março de 1943, “*Maria Ondina*”⁴³ foi transferida do Presídio de Mulheres, onde cumpria pena de 2 anos, 6 meses e 1 dia, para o Manicômio Judiciário, pelo fato de ser agressiva com as companheiras do presídio. “*Maria Ondina*” roubara um rádio receptor na cidade de Franca, onde residia no interior do estado. Sendo “*reincidente específica*”, como consta em seu prontuário, já havia sido presa por pequenos furtos e ferimentos leves, tendo cumprido anteriormente uma pena de 4 anos de reclusão.

Aos 33 anos de idade, negra, sem profissão especificada, a história de “*Maria Ondina*” retratada em seu prontuário é que nasceu em uma cidade no interior de Minas Gerais, tendo sido criada por estranhos, e por este motivo, teria começado cedo uma vida “*aventurosa*”. Sabendo ler e escrever “*regularmente*”, é tida pelos médicos como alguém de pouca instrução. Arguida, contou sobre seus familiares e sobre o fato de já terem existido episódios de psicopatia na família. Na sessão “*antecedentes sociais*”, é sublinhado que “*Maria Ondina*” faz o uso de bebidas alcoólicas desde a infância, sendo uma “*alcoolista, de vida desregrada, já tendo se envolvido em brigas e desordens (...) Além disso é ladra, tendo sofrido já dois processos por furto*”.

No exame psíquico, é relatado que a paciente se manteve calma, bem-humorada, consciente e orientada auto e alopsiquicamente. Sua “*atenção espontânea*” foi notada como diminuída, com certa tendência à interiorização, uma boa associação de ideias, compreensão e memória bem conservada. Este aparente prognóstico positivo em relação à sua psique é rapidamente desmontado, quando o médico perito responsável por seu exame percebe em sua forma de expressão “*maneirismos*” e uma inteligência pouco cultivada, referente ao meio social em que ela pertencia. É tida como tendo sentimentos éticos e morais deficientes, bem como seu senso crítico, sendo impulsiva e perigosa em suas reações. “*Maria Ondina*” negou ter alucinações, porém admitiu que as vezes falava sozinha, respondendo às suas próprias ideias.

Foi destacado que “*Maria Ondina*” externava ideias delirantes de fundo persecutório em relação às autoridades e às companheiras de cárcere, mostrando-se agressiva. Por “*graves desordens de conduta*”, podendo ter reações violentas, foi isolada das demais internas. Seu diagnóstico foi de uma “*personalidade psicopática de tipo perverso, sujeita com facilidade a surtos delirantes e apresentando um alto grau de periculosidade*”, não deixando de

⁴³ Prontuário localizado na caixa 148.

destacar em uma “*súmula*” que a paciente teria maus antecedentes hereditários, sendo luética e alcoolista, tendo em seus delírios uma base persecutória e interpretativa.

Passados alguns anos do primeiro laudo elaborado no Manicômio, “*Maria Ondina*” agrediu uma trabalhadora da sessão feminina, e após esse fato passa a se tornar mais reclusa. Ao relatar o ocorrido, em nova anotação realizada em seu arquivo, os médicos entenderam que a paciente evitava atritos com as companheiras a fim de não permanecer mais tempo no manicômio, de modo que interpretam que “*em liberdade seu comportamento não seria esse [de evitar atritos], pois reagiria quando fosse provocada*”. Em 8 de março de 1948, é descrito o modo como “*Maria Ondina*” conduz sua própria narrativa, “*sempre com orgulho de suas numerosas contravenções aos estatutos sociais, (...) não denota remorso algum e o seu arrependimento se baseia na detenção que está sofrendo*”. Apontam que a paciente apresenta regular inteligência, não apresentando distúrbios de sensopercepção ou ideias delirantes. Em conclusão, sua personalidade psicopática impulsiva teria “*mecanismos de frenagem muito frágeis*”, acrescida pelo abuso de álcool. Consideram, contudo, de modo “otimista” a evolução do caso devido a sua melhora de conduta.

Em 22 de março de 1948, quatorze dias após este último laudo, “*Maria Ondina*” é submetida a leucotomia pré-frontal, operação que retira o lóbulo frontal do cérebro. Em 1950 é posta sob liberdade vigiada.

O trecho acima apresenta como o caso de “*Maria Ondina*” foi assimilado pelo saber médico no manicômio, sendo uma mulher entre as centenas de outras que passaram pelo Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo e que podem ser vislumbradas no arquivo dos prontuários. Ainda que sua história soe violenta pelo modo como foi marcada pelas anotações médicas que enxergavam seu caso por um ponto de vista moral, casos como esse se repetem com grande frequência. Pelo modo como os crimes foram compreendidos por meio de um discurso moralizante, é possível vislumbrar que este poder buscava não apenas punir, mas regular um tipo de conduta docilizada e contida.

Retratando as narrativas de uma época, a história de “*Maria Ondina*” se situa neste trabalho como uma abertura dos arquivos, oferecendo possibilidades de conhecer o conteúdo de uma história entre tantas outras, que foi marcada pelo modo como se chocou com o poder. Buscando compreender como casos como este se apresentam sistematicamente, a análise que se segue destaca a constituição geral do arquivo dos prontuários, dando uma visão do modo como se estruturavam as anotações que embasavam as práticas médicas e jurídicas no manicômio. Mais adiante sua história será retomada.

1.2 Ínfimas notícias de Maria: os prontuários como fonte

Os prontuários dos pacientes do Manicômio Judiciário são divididos em duas partes, a primeira jurídica e a segunda psiquiátrica. Na folha seguinte à capa de cada prontuário, que contém o nome e número de entrada de cada paciente, uma folha impressa com campos a serem preenchidos manualmente contém as informações individuais de cada uma. No topo na página, escrito de modo centralizado um tipo de logo da instituição: “*Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública – Assistência Geral a Psicopatas do Estado de São Paulo – Manicômio Judiciário*”⁴⁴. Logo abaixo os dizeres: “*Relações entre o Manicômio Judiciário e o Poder Judiciário (Portaria de internação, peças do processo, pareceres, observação psiquiátrica, boletim de criminologia, ofícios, etc.) dizendo respeito a*” seguido do nome da paciente a ser preenchido, com sua data de internação, se a internação foi feita para fins de tratamento ou exame de sanidade mental, à disposição de qual comarca e o número do artigo em que seus crimes foram alocados. Nessa primeira parte, o arquivo é constituído por peças soltas do processo criminal, comumente resumidas por uma carta-guia redigida pelo juiz de direito da comarca de procedência de cada qual, oitivas das testemunhas em relação ao crime e muitos ofícios, mostrando uma comunicação assídua entre todos os procedimentos realizados no Manicômio Judiciário e o poder judiciário do Estado de São Paulo.

A segunda parte do prontuário, muito mais profícua a ser detidamente analisada em função do maior volume de informações encadeadas umas às outras, é constituída pelo “*Arquivo Psiquiátrico-Criminal*”, que corresponde a todas as observações e procedimentos realizados em cada paciente durante sua estadia na instituição. Após uma folha em que são colhidas as informações mais “básicas” como o nome, nacionalidade, idade, cor, estado civil, naturalidade, profissão, data de entrada, procedência, a data da elaboração da observação psiquiátrica e o diagnóstico, assinado pelo psiquiatra responsável, adentramos ao arquivo de fato. Virando a página, temos as digitais de todos os dedos das pacientes, bem como duas fotos tiradas seguidamente, uma de perfil, com a cabeça posicionada em um tipo de suporte de metal, sendo este inscrito com número da paciente, e uma foto de frente. Adiante, temos as sessões reservadas para a narração da “história criminal”, a “história social”, a “história médica”, o “exame somático”, os “exames paraclínicos”, o “exame psíquico” e as

⁴⁴ Nos prontuários que datam entre 1933 a 1952. Os prontuários recolhidos até 1933 trazem o logo do Hospício do Juquery, já que até esta data o Manicômio Judiciário era uma repartição apenas burocrática do hospital psiquiátrico.

“conclusões”. Nem todos os prontuários seguem essa distinção entre as sessões, sendo que muitos deles se abrem com o “exame psíquico” que contém todas essas informações, muitas das quais constam na primeira parte do arquivo, condensadas nos primeiros parágrafos.

Após o diagnóstico, contido nas conclusões, temos a área reservada para “evolução”: é onde será retratado como a paciente vem se comportando e quais as “terapêuticas” utilizadas pelos médicos. No caso de ser constatado que a paciente não tem condições psíquicas para retornar à penitenciária, ou ainda, retornar para a sociedade, já que muitas vezes a pena acaba prescrevendo, uma vez por ano é realizado um laudo das condições físicas e psicológicas da internada. Assim, os prontuários de maior volume são justamente aqueles em que muitos laudos foram produzidos – todos os anos de estadia na instituição. Após essa sessão, que contém todas as anotações sobre a vida dos pacientes ali dentro, há uma folha com o exame de Líquido cefalorraquidiano, considerado de suma importância para mapeamento de inflamações e infecções neurológicas (o resultado de quase todos eles foi negativo), seguido de uma outra sessão das terapias e medicamentos, com três colunas a serem preenchidas por data: “indicação”, com a indicação do que está acontecendo (se dor ou agitação, por exemplo), a “prescrição”, com o remédio ou terapia utilizada, e os “exames paraclínicos”.

A última parte do prontuário, que poderia ser considerada uma terceira parte se ela tivesse alguma real consistência, é o “serviço social”, onde poderiam estar reunidas as comunicações entre as pacientes e o mundo exterior, que na maior parte dos casos é nula, e mesmo quando estão presentes, não ficam necessariamente alocados nesta sessão. Entre o “serviço social” e a sessão de prescrições medicamentosas, por vezes há uma folha de cor-de-rosa provinda das “clínicas especializadas” escrita a próprio punho pelo médico que realizou o atendimento. Ali está descrito algum procedimento médico que foi realizado, normalmente de cunho cirúrgico, como uma retirada de apêndice, tumores, drenagem de abscessos na epiderme, ou ainda, retiradas do lóbulo frontal do cérebro como formas de tratamento em alguns diagnósticos, chamadas de lobotomias e as leucotomias, como no caso de *“Maria Ondina”*. Na maior parte das vezes essas cirurgias também eram relatadas ao poder judiciário por meio dos ofícios, e outras vezes, eram relatadas apenas pelos ofícios, sem nenhum vestígio cirúrgico no prontuário.

As informações que existem nos arquivos formam um desenho do modo como os médicos e juízes observavam as mulheres. Por meio de uma série de técnicas, interrogatórios, testemunhos, confissões e exames de sanidade mental, as *“Marias”* foram classificadas por diferentes distúrbios psíquicos, relacionados ao crime por cada uma cometido. Essas notícias

de seus atos e comportamentos apresentam o modo como seus corpos entraram em choque com os poderes e práticas discursivas descritas em seus prontuários.

Por meio das notícias dos arquivos é possível perceber os meandros que constituem os corpos em sujeitos, já que a escritura institucionalizada apresenta um modo de operação das práticas de uma sociedade e de uma época, contendo em si modos de enunciar os discursos e as imagens constituídas em uma cultura. Para pensar uma análise do modo como a escritura desses arquivos foi estruturada, me remeto a um texto manuscrito de Michel Foucault encontrado recentemente pelo pesquisador francês Philippe Chevallier, na qual o autor reflete sobre os modos como se compunham os sistemas documentais do século XVII e XVIII de instituições como a escola, o exército e o hospital, apontando para uma mudança de procedimento documental, sendo por meio dessas instituições e novos procedimentos em emergência que um tipo de poder específico está sendo formado.⁴⁵

Centrado no indivíduo e seu comportamento, esses mecanismos de controle detalhado fornecem uma acumulação de informações, “notícias”, sobre os indícios do corpo, inseridos em uma rede de vigilância e de escrita sobre seus dias, um olhar sobre o cotidiano, estabelecendo para cada indivíduo uma

(...) identidade característica, reconhecível, vinculante, inamovível; dar-se a eles singularmente, mas à sua multiplicidade, uma forma menos abstrata que os documentos fiscais, registros de batismos ou atos judiciais. Os corpos, as atitudes e os comportamentos devem ser levados a um sistema de identificação e classificação; problema da taxonomia; não tanto para trazer espécies como para reconhecer os traços singulares de um indivíduo, o que o torna insubstituível e utilizável. Em vez de especificá-lo, como qualquer ser natural que temos que reconhecer, identifique-o como um indivíduo sobre o qual temos que exercer o poder.⁴⁶

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. “*Émergence des équipements collectifs. Etat d’avancement des travaux*”. Manuscrito de Julho de 1974. In: CHEVALLIER, Philippe. “Michel Foucault et le CERFI: un étrange ‘inédit’”. Publicado no site francês “Ici et ailleurs” em 28 de outubro de 2018. Este texto de Michel Foucault, em forma de manuscrito, data de julho de 1974 e foi encontrado pelo pesquisador Phippe Chevallier, que publicou o texto do autor em artigo online intitulado “Michel Foucault et le CERFI: un étrange ‘inédit’”, no qual Chevallier introduz o texto de Foucault e apresenta o manuscrito na íntegra, tendo sua primeira publicação em 28 de outubro de 2018. Disponível em: <https://ici-et-ailleurs.org/contributions/politique-et-subjectivation/article/emergence-des-equipements#nb22>. Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

⁴⁶ Idem, Ibidem. A tradução é minha, no original: “C’est qu’il s’agit d’établir pour chaque individu une identité caractéristique, reconnaissable, contraignante, inamovible ; de se donner sur eux singulièrement mais sur leur multiplicité, une prise qui soit moins abstraite que des documents fiscaux, des registres de baptêmes ou des actes judiciaires. Il faut faire entrer les corps, les attitudes, les comportements, les conduites, dans un système de repérage et de classement ; problème donc de taxinomie ; non point tellement pour faire apparaître des espèces que pour reconnaître les traits singuliers d’un individu, ce qui le rend à la fois irremplaçable et utilisable. Au lieu de le spécifier, comme n’importe quel être naturel qu’on a à reconnaître, l’identifier comme un individu sur lequel on a à exercer un pouvoir.”

De modo análogo, Arlette Farge reflete sobre o tratamento de arquivos judiciais, sendo estes uma coleta de palavras que serve à polícia, que vigia e reprime.⁴⁷ Assim, os testemunhos encontrados nesses arquivos não reconstituem uma verdade, mas apresentam uma organização de cenas, detalhes, criatividade, reconhecimentos e valores sociais estabelecidos em uma época, de forma que a autora percebe as informações testemunhais desses arquivos como fragmentos de condutas e de palavras manifestadas para dizer os acontecimentos, refletindo “uma moral, uma estética, um estilo, um imaginário e o vínculo singular que o une à sua comunidade”.⁴⁸

Por meio da noção de acontecimento, como aquele ponto descrito em que o sujeito se choca com o poder⁴⁹, é que os prontuários das “*Marias*” se ligam a uma constituição social brasileira que teve durante as décadas de 1920, 1930 e 1940 um momento de estabelecimento de paradigmas em relação a um tipo de subjetividade que estava sendo constituída neste momento. Descrevendo as mulheres por meio de suas histórias de vida e buscando encontrar traços de “anormalidade” em suas condutas no manicômio e em suas vidas pregressas, os médicos descreveram seus corpos, gestos e atitudes. Mapeando os prontuários de um ponto de vista qualitativo, o que se vê é uma grande parcela das mulheres advindas de situações bastante desfavoráveis de moradia, trabalho ou casamento. Em sua maioria são mulheres pobres, analfabetas ou semianalfabetas que cometeram crimes relacionados a furtos, atentados ao pudor, homicídio ou tentativas de homicídio.

Entre os casos de mulheres que furtaram, como no caso de “*Maria Ondina*”, seus prontuários acusam modos de conduta considerados “imorais” e “perigosos”. Pelo ponto de vista social, seus processos apresentam mulheres de diversas idades que encontram dificuldades financeiras e de estabilização material. Entre 43 crimes que se referiam a furtos ou perturbações na esfera pública e que foram julgados por questões ligadas à moral, 33 foram cometidos por mulheres negras, demonstrando também o modo como as mulheres negras estiveram marginalizadas no período que se sucedeu à abolição da escravidão, se tornando trabalhadoras domésticas ou desempregadas nas novas cidades emergentes. Nos crimes que se referem a atentados contra a vida de outros, a maioria deles se insere em um contexto privado, onde as mulheres atentaram contra a vida de familiares, em especial seus companheiros ou filhos.

⁴⁷ FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2017, p. 14.

⁴⁸ Idem, Ibidem. p. 88-89.

⁴⁹ FOUCAULT, 1979, op. cit.

Pensando os prontuários como um modo documental de identificar e classificar os sujeitos e seus comportamentos, os arquivos figuram uma possibilidade de análise histórica que perpassa por uma problematização dos discursos médicos e jurídicos que formam a composição do documento. Nesse sentido, a historiadora Keila Grinberg percebe os documentos de um arquivo judiciário como mecanismos de controle social, percebendo-os como fragmentos históricos que se relacionam aos modos de regulação das práticas sociais. Aponta que o interesse do historiador é a produção de discursos sobre o crime e como isso se inscreve no real, como comportamentos cotidianos de uma sociedade e como opera a produção desta.⁵⁰ Para a autora, deve-se

(...) buscar suprir o silêncio, na medida do possível, com outras informações e documentos, fazendo as devidas – e as possíveis – inferências. É justamente na relação entre o particular e o geral, entre a micro e a macro-história, que está a arte do historiador.⁵¹

Assim, os prontuários como fontes apresentam uma possibilidade de análise dos modos como o poder descreve e classifica as mulheres, de modo que por suas informações é possível compreender um quadro maior que relaciona suas histórias individuais a um processo de urbanização e produção das cidades na qual o país passou neste período, neste trabalho, especificamente no estado de São Paulo. Ainda, seus crimes como modos de insurgência nos permitem problematizar os limites de um progresso erigido pela normalização de condutas que desviavam dos valores morais estabelecidos.

A veracidade dos fatos que esses arquivos aludem é sempre mediada pelos representantes das instituições, nos apresentando uma verdade produzida do ponto de vista do poder e que silenciou outras verdades que entraram em embate com o discurso instituído. O que podemos vislumbrar é o lampejo de alguns acontecimentos anotados, atitudes que foram capturadas e normalizadas, mas uma reconstituição “real” de cada evento se mostra falha e mesmo indesejável. Destacando o ponto de vista de Grinberg, no que se refere à importância de o historiador relacionar o particular e geral, o caminho escolhido nesta pesquisa é o de situar a fonte pelo ponto de vista dos discursos médicos que estavam em vigência no período em que esses prontuários foram preenchidos. Assim, neste primeiro capítulo nos interessa perceber de que modo é possível fazer as possíveis inferências de

⁵⁰ GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciários*. In PINSKY, Carla; DE LUCA, Tania Regina de (orgs.) São Paulo: Contexto, 2009. p. 128-129

⁵¹ Idem, p. 137.

saberes que constituíram o conteúdo dos documentos. Por meio de outras fontes que trazem os discursos médicos do período no que se relacionava às mulheres e à gestão populacional, o tópico que segue trata sobre a produção e constituição desses saberes na primeira metade do século XX, entendidas como condições de possibilidade para que fragmentos de histórias tão particulares acontecessem.

1.3 Rotas médicas e jurídicas: eugenia, família e cidade

O Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo foi inaugurado no dia 31 de dezembro de 1933, após 6 anos de construção. Um prédio elegante projetado por Ramos de Azevedo – arquiteto responsável por grandes obras na cidade de São Paulo – compunha traços de *art nouveau* em um hospital de segurança máxima.⁵² Idealizado pelo médico psiquiatra Franco da Rocha, falecido um mês antes da inauguração do prédio, a demanda pela construção da instituição foi fortemente apontada por este, que acreditava ser dever do poder público dar um tratamento adequado aos criminosos que tivessem sua sanidade colocada em cheque. Trazendo em sua prática médica conhecimentos do tratamento moral do alienismo até as teorias organicistas da degenerescência, o médico acreditava nos benefícios de um lugar propício para tratamento e isolamento de doentes mentais.⁵³

Antes da construção do Manicômio Judiciário no Estado, os delinquentes considerados insanos ficavam reclusos na colônia do Juquery, hospital psiquiátrico idealizado e dirigido pelo mesmo Franco da Rocha. Tornando-se terreno para a edificação do Manicômio Judiciário, sendo anexado ao hospital e submetido à Secretaria Estadual de Saúde, o Juquery e o Manicômio sempre mantiveram estreitas comunicações no que se refere ao fluxo de pacientes, como pôde ser verificado nos prontuários das pacientes. Segundo o estudo de Douglas Tavolaro, publicado em formato de livro reportagem, a colônia de mulheres do Manicômio Judiciário foi concluída posteriormente, sendo que até então aquelas que tinham problemas com a justiça compartilhavam espaço com as que não tinham, em pavilhão feminino no Juquery.⁵⁴ Essa informação não se apresenta na documentação, apesar de que os prontuários até 1940 trazem os dizeres do Manicômio Judiciário juntamente ao Hospício do Juquery com bastante frequência, o que pode significar uma reiteração do argumento de Tavolaro.

⁵² TAVOLARO, Douglas. *A casa do delírio: reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha*. 2a. Ed. São Paulo: SENAC, 2002, p. 24.

⁵³ Idem, p. 29.

⁵⁴ Idem, p. 33.

Durante a década de 1930, as discussões que embasavam os discursos médicos traziam um olhar de classificação para a população urbana que se formava nas cidades. Preocupavam-se com a gestão das práticas sociais e culturais para que, segundo sua visão, estivessem alinhadas aos ideais de moralidade que estavam sendo instituídos. Assim, a eugenia surge como um modo de higienizar as novas cidades que estavam sendo formadas no período, aliando a ciência com a área de médica e criminológica. Influenciados por uma ideia de processo social, noções racistas de “aprimoramento” do povo brasileiro por meio de medidas contra a reprodução daqueles considerados “degenerados” pautaram as discussões médicas e sanitárias que circulavam entre a elite intelectual.

Do final do século XIX para o início do século XX o contingente populacional das grandes cidades aumentou de forma exponencial, em especial na cidade de São Paulo, que em 1872 tinha pouco mais de 30 mil e em 1910, 357.325 habitantes.⁵⁵ O crescimento acelerado pela industrialização concentrou um enorme contingente de imigrantes e escravos libertos em busca de trabalho assalariado. Concomitantemente com a formação moderna das grandes cidades, médicos e juristas buscaram pensar uma gestão sanitária que moralizasse a população brasileira em formação.

O movimento eugênico brasileiro foi um dos primeiros da América Latina, reunindo um grande número de médicos em torno do debate da higiene moral, física e psíquica do povo brasileiro. Em 1910 foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, tendo realizado o Congresso Brasileiro de Eugenia no ano de 1929. Entre alguns órgãos em que circulavam essas informações estavam os Boletins de Eugenia, publicados entre os anos de 1929 e 1934, dirigidos pelo médico psiquiatra Renato Kehl, um dos líderes das ideias da eugenia no contexto científico brasileiro.⁵⁶

Defensores de uma sociedade higienizada de conflitos sociais, dos loucos, criminosos, doentes e de quaisquer comportamentos considerados imorais, os eugenistas acreditavam no aprimoramento da raça por meio de condutas que a população deveria tomar de modo individual, tendo o casamento e reprodução particular enfoque. A preocupação com o diagnóstico e classificação de doenças físicas e mentais, encontravam seu fundamento em questões morais referentes aos ideais da família burguesa, do branqueamento da população, do trabalho e da disciplina moral em todos os âmbitos da vida pública e privada. Nesse

⁵⁵ CUNHA, 1986, op. cit. p. 30.

⁵⁶ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920, 1930. Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 23, supl., dez. 2016, p. 93-110.

sentido, a medicina psiquiátrica brasileira se desenvolveu com o aporte do alienismo e da eugenia, fortemente ligadas à pressão aos órgãos públicos pelo estabelecimento de locais onde essas práticas de controle populacional pudessem se estabelecer. Trazendo conhecimentos científicos biológicos para justificar conflitos e desajustes no contexto social, numa influência positivista, esse discurso operava no âmbito de reconhecimento das “degenerações” da população, ligada aos vícios, doenças sexualmente transmissíveis, prostituição, ócio, pobreza, criminalidade, loucura e todo o tipo de doenças.

O alienismo, como um modo em que o discurso médico erigiu seu saber, tem na figura de Philippe Pinel, médico francês que colocou as ideias de moralidade e loucura lado a lado durante o século XVIII, um ponto de mudança na forma de se perceber a alienação mental. Até este momento toda a população que estivesse fora dos parâmetros sociais eram confinadas juntas nos hospitais gerais: loucos, criminosos, prostitutas, mendigos etc. A partir desse momento ocorre uma reorganização institucional, na qual os “loucos” deveriam ser diagnosticados e separados dos demais. Concomitante com um período em que outras instituições de confinamento também se tornam mais “especializadas”, o manicômio passa a ser um lugar de exame e tratamento das patologias mentais, segundo as novas classificações de Pinel e dos médicos que se seguiram.

Para os alienistas, a importância central do diagnóstico era definir a separação entre a loucura e a normalidade, que poderiam ser percebidos pelo modo em que o paciente se relaciona com as suas paixões. Nesse sentido, seria pelo controle das vontades que seria possível identificar um sujeito “normal” e aqueles considerados os “loucos” seriam os descontrolados, devendo ser submetidos a tratamentos morais nos asilos e manicômios para que pudessem ter sua moralidade educada. Neste momento, corpo e as suas funções, bem como sua hereditariedade não era o foco dessa medicina, mas pensar os comportamentos que poderiam ser classificados como alienação mental.⁵⁷ Em um segundo momento, a ideia de degeneração proposta por Benedict-Augustin Morel na segunda metade do século XIX e que influencia a psiquiatria durante o século XX, relaciona as classificações comportamentais do alienismo com um novo modo de observar o sujeito, agora por meio de um mapeamento hereditário. Assim, se preocupam com as “heranças mórbidas”, como escrevem os médicos, em que buscam explicar a alienação mental por uma série de mecanismos classificatórios do corpo (lesões cerebrais, intelectuais e morais) que são relacionadas às “causas” das doenças mentais.

⁵⁷ CAPONI, Sandra. *Loucos e Degenerados: Uma genealogia da psiquiatria ampliada*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, p. 55.

Quando o alienismo se alia às teorias da degenerescência, que compreendiam o corpo do paciente como um lugar de manifestação da loucura por meio das predisposições físicas e sociais degenerativas vinculadas às heranças patológicas, temos um cenário em que a psiquiatria passa a buscar no corpo diagnosticado as causas das doenças. Como ilustra a historiadora Sandra Caponi:

A aplicação da teoria da degeneração oferece para os alienistas um fundamento organicista que se refere a lesões cerebrais e a predisposições hereditárias. Permite também estender os domínios da psiquiatria além das fronteiras do asilo. A identificação de redes causais e a classificação etiológica das degenerações, incluídas as alienações, abrem a possibilidade de se detectar e interromper a sucessão patológica (...).⁵⁸

Desse modo, essas noções compõem uma estratégia de gestão social das cidades em que os corpos marginalizados eram classificados por suas condutas, do ponto de vista moral. Os corpos dos pacientes passaram a ser examinados pelo viés da anatomia, de seus componentes hereditários e de suas histórias de vida para justificar as causas das doenças. Assim, esse modo de compreender a loucura dentro e fora dos manicômios ocupou o papel de gerir os corpos politicamente, moralizando as massas e higienizando o meio social por meio de ideais eugênicos.

No Brasil, mais especificamente no Estado de São Paulo, a reunião dos conceitos do alienismo e da degenerescência aparece fortemente no modo como o pensamento eugênico foi desenvolvido, no modo como compreendiam a população pelo ponto de vista de ideais morais, classificados por meio das “heranças mórbidas”. Composto por artigos, estudos, resenhas e recomendações a população em relação às práticas higiênicas, os *Boletins de Eugenia* eram trimestrais e traziam temas relacionados ao casamento, pesquisas com pessoas presas em instituições, classificações de acordo com etnia e periculosidade de loucos e criminosos. Questões relativas à vida privada, relações matrimoniais, número de filhos, organizações familiares e educação moral estavam nas principais das páginas deste periódico. Em 1932, o Dr. Renato Kehl publica o texto *A Eugenia na prática individual*, no qual inicia distinguindo a higiene da eugenia, sendo a primeira, buscar melhorar as condições do meio, e a segunda, “corrigir as condições hereditárias (genótípicas), tanto nos indivíduos quanto na coletividade”.⁵⁹ Neste artigo o médico direciona aos leitores recomendações de exames

⁵⁸ Idem, Ibidem, p. 97.

⁵⁹ Boletim de Eugenia. Ano IV – nº 38. Abril – Junho de 1932, P. 81. Revista Trimestral de divulgação e propaganda de Eugenia no Brasil. Piracicaba, SP: [s.n.], 1929-1933. Fonte: CMU - Centro Memória da Unicamp.

médicos pré-nupciais para evitar a propagação de doenças hereditárias, apresentando ideias racistas e elitistas em relação ao casamento:

Evitar casamento com pessoa de classe inferior, e, sobretudo, com indivíduos de raça diferente e com mestiços das primeiras gerações. Está provado que tais casamentos são disgênicos, dando origem a tipos inferiores física, psíquica e moralmente.⁶⁰

Neste artigo de Renato Kehl muitos pontos fundamentais do discurso eugênico se encontram presentes. O tema do casamento e da família assume a centralidade devido à formação de valores morais que “reformassem” a população. O exame médico aparece entrando no seio das famílias e gestionando sua natalidade, diagnosticando doenças hereditárias, adquiridas, julgando e definindo o “bom ou mal” comportamento que as pessoas assumem em seu nível privado. Assim, nas décadas de 1920 e 1930, os discursos sobre nação integravam questões de raça e gênero, produzindo um imaginário social na noção de uma raça “purificada”, controlando a reprodução da população, os fluxos de imigração, definindo, por meio de uma política de identidade nacional, quem pertenceria a nação ou não.⁶¹

A historiadora Maria Clementina Pereira Cunha, ao analisar o Hospício do Juquery entre os anos de 1880 a 1930, percebe a quantidade de pessoas negras abandonadas à própria sorte no manicômio, como “loucos”. Pensando o contexto de urbanização em um período imediatamente posterior à abolição da escravatura, os negros foram estigmatizados nas cidades, vivendo muitas vezes em subempregos. A psiquiatria eugênica reservou para seus corpos o lugar de “degenerados” e “inferiores”,⁶² bem como daqueles que não estivessem dentro da lógica moral que se implantava. Nesse sentido, os Boletins de Eugenia se posicionam favoráveis às intervenções médicas e de isolamento da população considerada imprópria para o convívio:

Se pudéssemos transformar em eunucos todos os degenerados e fechar nos conventos todas as idiotas e dar aos indivíduos bem-dotados um harem e às mulheres inteligentes homens de caráter, ver-se-ia nascer, em pouco tempo, uma geração superior ao século de Péricles!
Sem nos perdermos em divagações quiméricas, basta refletir que se fosse estabelecida, depois da pena de morte, a castração como pena maior, a

⁶⁰ Boletim de Eugenia ano IV n 40 outubro-dezembro de 1932. A Eugenia na prática individual por dr. Renato Kehl, p. 81. Revista Trimestral de divulgação e propaganda de Eugenia no Brasil. Piracicaba, SP: [s.n.], 1929-1933. Fonte: CMU - Centro Memória da Unicamp.

⁶¹ STEPAN, Nancy Leys, *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, 135.

⁶² CUNHA, 1986, op cit. p. 31.

sociedade seria expurgada de gerações inteiras de tarados, pois ninguém ignora que a maioria dos crimes são cometidos entre os 20 e 30 anos.⁶³

Nesse contexto, a teoria da degenerescência ganha força na sua forma de explicar as mazelas da sociedade por um prisma determinista, ligando os comportamentos e a moralidade a genéticas e hereditárias. No modo de tratar a loucura pelo ponto de vista da teoria do progresso das espécies e da evolução moral da sociedade, o pensamento médico brasileiro na primeira metade do século XX marcou um modo de compreensão da normalidade por meio da invenção do corpo “degenerado”.

Desse modo, os Boletins de Eugenia foram um elemento de propagação e reunião das ideias eugênicas entre a formação desse pensamento no período. No que tange às políticas públicas que seus editores buscaram alcançar, destacam-se o exame pré-nupcial, iniciativas de esterilização da população considerada “degenerada”, educação moral para as escolas, e uma maior possibilidade de exclusão e gestão da população marginalizada, por meio da construção de lugares especializados nesse tipo de observação dos indivíduos. Assim, em resenha das *Principais conclusões aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Eugenia*, publicada em 1932, elaborada pelo Dr. Renato Kehl, na conclusão número 23, é aconselhada “a criação de dispensários psiquiátricos com serviços sociais anexos aos hospitais de assistência pública e de assistência a psicopatas.”⁶⁴ Espaços exatamente como o Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo foram pensados nesse contexto.

Como aponta Cunha, a teoria da degenerescência foi um instrumento que possibilitou unir a concepção da loucura aos processos sociais e políticos que insurgiam, reduzindo e abafando causas políticas de profunda desigualdade social a processos biológicos, genéticos e hereditários. Aliando-se a outros saberes que estavam sendo erigidos em outros âmbitos e forjando uma “cidade organizada, asséptica, livre da ameaça”,⁶⁵ a psiquiatria paulista da época geriu as problemáticas da loucura, do crime, da moral familiar e individual.

Retomando o prontuário de “*Maria Ondina*” do ponto de vista da narrativa médica ali registrada, é possível observar um julgamento moralizante em relação a conduta da paciente dentro e fora da instituição, além do modo como sua inteligência parece ser o tempo

⁶³ Boletim de Eugenia. Ano IV – nº 38. Abril – Junho de 1932, “Amor e Eugenia” (Notas de um precursor da boa geração), por Arthur Schopenhauer, p. 85. Revista Trimestral de divulgação e propaganda de Eugenia no Brasil. Piracicaba, SP: [s.n.], 1929-1933. Fonte: CMU - Centro Memória da Unicamp.

⁶⁴ Boletim de Eugenia. Ano IV – nº 38. Abril – Junho de 1932, RESENHA por Renato Kehl, p. 82. Revista Trimestral de divulgação e propaganda de Eugenia no Brasil. Piracicaba, SP: [s.n.], 1929-1933. Fonte: CMU - Centro Memória da Unicamp.

⁶⁵ Cunha, 1986, op cit. p. 50.

todo subestimada, questão que pode ter relação direta com o diagnóstico que teve no presídio, de “*oligofrenia*”, “*sujeita a excitações psicomotoras*”, considerada um tipo de atraso mental congênito ou adquirido em idade precoce, motivo de sua transferência para o Manicômio Judiciário. Tendo esse diagnóstico prévio em perspectiva, assim como as observações do Instituto de Biotipologia Criminal da Penitenciária do Estado de São Paulo⁶⁶ anexado ao seu prontuário, é interessante perceber os modos como as narrativas se conduzem. Na penitenciária, seu passado familiar e individual foi descrito, sendo assinalado como “*sem importância do ponto de vista clínico*”. Nas poucas anotações realizadas na penitenciária, destaco a área dos “*caracteres morfológicos*”, reservada para anotações de desvios físicos: “*Cabelos de carrapinhos, olhos pretos, sobrancelhas pretas. O resto normal*”. Esta passagem denota o modo como falam de seus cabelos crespos, olhos e sobrancelhas como se fossem quesitos de anormalidade, indicando que o racismo orientava a descrição médica e criminal. “*Maria Ondina*” foi transferida poucos dias após a sua prisão com certa urgência, a mando da Irmã Superiora, então diretora da ala feminina no presídio.

Se na penitenciária foi pouco observada, estereotipada por sua cor no modo como seu cabelo é descrito, tida como alguém incapaz de associação de ideias e por isso transferida com urgência ao manicômio, parece que ao chegar ao Manicômio a forma como será observada se transforma em um olhar mais minucioso, onde sua história familiar e individual é de suma importância na elaboração do diagnóstico, bem como sua conduta cotidiana no estabelecimento. Assim, a inteligência de “*Maria Ondina*” quando é tratada como “*razoável*” sai do escopo de um diagnóstico congênito (que seria a oligofrenia), “*débil*”, para ser enquadrada em um outro tipo de diagnóstico, agora relacionado aos atos considerados duvidosos no ponto de vista moral do que uma loucura que tivesse enraizada desde seu nascimento ou por uma afecção infantil. No Manicômio, “*Maria Ondina*” foi considerada de vida “*aventuosa*”, “*alcoolista*”, de um comportamento destoante do ponto de vista hereditário, mas também pelo fato de sua criação ter-se dado com “*estranhos*”, voltando seu diagnóstico para uma psicopatia que denota periculosidade social e não mais uma “*debilidade mental*”.

Essa marcação institucional que traz o laudo produzido pelo Instituto de Biotipologia Criminal, presente no prontuário de “*Maria Ondina*”, existe em todos os prontuários de

⁶⁶ O Presídio de Mulheres foi inaugurado no ano de 1942 nos terrenos da Penitenciária do Estado de São Paulo. A diferença entre ambos é que o Presídio de Mulheres ficava sob dos cuidados das freiras da Congregação Bom Pastor d’Angers, atendendo às determinações do Código Penal de 1940 que postulava a separação de homens e mulheres nas penitenciárias.

mulheres que passaram pela Penitenciária do Estado de São Paulo e pelo Presídio de Mulheres antes de serem destinadas ao manicômio. Nesses casos, os crimes cometidos não têm relação direta com a loucura, mas é o comportamento das mulheres na penitenciária que foi entendido sob o escopo da alienação mental. Desse modo, essa estrutura do arquivo denota muito do que foi o próprio discurso em relação à fronteira entre o crime e a loucura, e a impossibilidade de oferecer um contorno específico a um ou outro. O Presídio de mulheres foi fundado em 1942, sob direção das freiras da Congregação Bom Pastor d'Angers, e assim permaneceu até 1973. Após ser determinado no código penal de 1940 a construção de estabelecimentos adequados às mulheres criminosas, deram-se início à construção deste e da Penitenciária Feminina da Capital Federal no Rio de Janeiro, administrada por freiras da mesma congregação até 1955.⁶⁷

O Instituto de Biotipologia Criminal foi criado na Penitenciária do Estado em 1941, de modo que o Presídio de Mulheres é erigido em concomitância ao Instituto, um pouco depois da construção do Manicômio Judiciário.⁶⁸ Por ele passavam todos os presos, homens e mulheres, que estavam na Penitenciária do Estado e no Presídio de Mulheres. Influenciado pelas teorias positivistas da criminologia emergentes no período, a função do Instituto era medir os corpos dos presos e categorizar seus caracteres físicos segundo os crimes cometidos.

O método da Biotipologia Criminal foi proposto pelo médico italiano Césare Lombroso. Segundo seu pensamento, características físicas como o tamanho do cérebro, mandíbula, quadris, entre tantas outras definições, poderiam estar associadas a um biótipo criminal “nato”. Procurando por marcas atávicas nos indivíduos em que analisava, o médico acreditava que sinais remotos de hereditariedade estariam ligadas às manifestações comportamentais.⁶⁹ Guiado por noções racistas de que alguns grupos seriam naturalmente inferiores aos outros, Lombroso constrói uma narrativa em relação às populações negras, aos delinquentes e às mulheres, relacionando os crimes e comportamentos considerados imorais aos fenótipos dos sujeitos. Postulando uma visão baseada no racismo científico e em ideais eugênicos, os alvos de seus estudos eram aqueles que desafiavam a ordem social por meio de suas condutas, buscando fatores biológicos para suas explicações.

⁶⁷ ARTUR, Angela Teixeira. *Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e as freiras*. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2017.

⁶⁸ SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999, p. 327.

⁶⁹ ALVAREZ, Marcos César. O homem delinqüente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, Vol. 1, n. 47, p. 71-92, jun./jul.2005, p. 79.

Lombroso compreendia que a criminalidade estaria associada, por exemplo, à pele negra, cabelos crespos e grossos.⁷⁰ Essa definição lembra bastante o que foi destacado sobre “*Maria Ondina*” no racismo que se expressa no modo como percebem seus cabelos “*carrapinhos*” como desviantes, e o “*resto*” de seu corpo normal. Desse modo, é possível notar que a Penitenciária do Estado visava a classificação dos presos segundo os parâmetros lombrosianos, de modo que, os aparelhos que eram usados para fazer as medições se encontram hoje no Museu Penitenciário Paulista, na cidade de São Paulo, que reserva uma sessão para Lombroso e sua teoria criminal.⁷¹ Após a inauguração do Instituto de Biotipologia Criminal, o Manicômio Judiciário passa a receber mais mulheres em condições semelhantes às de “*Maria Ondina*”, com uma pena a ser cumprida por ilegalismos referentes a furtos e o que era considerado como “escândalos morais”, em sua maioria, mulheres negras.

Mais do que buscar uma resposta – se criminosas, se loucas – nesses casos, o arquivo dos prontuários à luz dessas fontes nos proporciona uma possibilidade de compreender as influências teóricas entre a criminologia do período, que tinha um de seus pontos culminantes na Penitenciária do Estado e a psiquiatria da época que buscava se “modernizar”, tendo no Manicômio Judiciário um grande expoente de observação e enquadramento de subjetividades. Nesse sentido, o Manicômio Judiciário era como se fosse um “braço” da penitenciária, colocando uma espécie de lente de aumento nos casos em que o dispositivo biotipológico na Penitenciária do Estado diagnosticou. Pautadas nas teorias da degenerescência, são anotadas todas as medidas do corpo das mulheres, suas cicatrizes, seus genitais, dentes, olhos, cabelo. Todo seu corpo foi medido e comparado à sua conduta, e então, após um primeiro diagnóstico foi remanejada para o Manicômio Judiciário para exame de sanidade mental. Uma vez transferida, foi observada detidamente pelo seu comportamento, história de vida e características físicas, compondo para os médicos possibilidades de diagnosticar distúrbios hereditários ou relacionados ao meio cultural, segundo suas noções alienistas e eugênicas.

Toda essa preocupação em torno dos corpos e da moralidade apresenta questões relativas à temática de gênero como um dos sustentáculos dessa noção de progresso. Como veremos no tópico a seguir, a moral familiar é colocada como o bem maior no sentido de uma “evolução humana” e nesta família existiriam papéis a serem cumpridos de modo distinto pelos indivíduos denominados como “homens” ou “mulheres”. Em relação às mulheres, os

⁷⁰ LOMBROSO, Cesare. *The criminal man*. Tradução de Mary Gibson e Nicole Hahn Rafter. Durham: Duke University Press, 2006, p. 91.

⁷¹ MASSMANN, Débora Massmann. Versões controversas na leitura de arquivos: o Museu Penitenciário Paulista. *Revista Rua: Campinas – São Paulo*, vol. 24, nº 2, pp. 525-541, nov. 2018, p. 533.

discursos morais postulavam que deveriam ser esposas e mães devotadas, constituindo a centralidade de suas vidas em torno de outras pessoas e não a si mesmas.⁷² Assim, a noção de que o comportamento feminino ideal é o da abnegação de si para a construção familiar, centralizado no marido e no amor dos filhos, permeia todo o modo como esses saberes médicos e jurídicos entram em contato com os corpos de mulheres que entraram em conflito com a lei.

1.4 Limiares da afetividade feminina: o Anjo do lar

O problema da criminalidade feminina já havia sendo observado pelo poder público desde pelo menos o final da década de 1920, datando de 1928 uma pesquisa publicada pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, realizada pelo *Conselho Penitenciário do Distrito Federal* sobre “*As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil (Distrito Federal, Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Geraes e Espírito Santo)*”.⁷³ A proposta era fazer um mapeamento da população carcerária feminina nestes estados, e foi constatado que as mulheres viviam em péssimas condições junto aos presos homens. Baixíssimo era o número de mulheres presas, 39 mulheres criminosas em todos esses estados e 16 mulheres presas por contravenção. A natureza dos crimes era homicídio em MG, RJ e ES, sendo que no DF e SP era homicídio, infanticídio, ferimentos, roubo furto e uso de tóxico. Em 1927 em São Paulo, havia duas mulheres condenadas por homicídio e uma mulher condenada por roubo, sendo que 16 municípios do estado foram apurados, havendo uma mulher em cada um deles, totalizando 19 mulheres presas no Estado de São Paulo.⁷⁴

O debate que se propunha com a publicação da pesquisa era que se construísse uma penitenciária agrícola feminina interestadual, reunindo todas devido ao pequeno número de mulheres presas. Após a publicação dos números, segue-se no documento uma sequência de três anexos de publicações em jornais referentes ao problema da criminalidade feminina, e do impacto da publicação da pesquisa. Buscando compreender as causas do baixo índice de

⁷² A antropóloga mexicana Marcela Lagarde usa a expressão “ser de outros e para outros” para designar o modo como ideal de domesticidade feminino opera na constituição de um tipo específico de “*cautiverio*” na experiência das mulheres, caracterizado pela abnegação de si para responder ao desejo de *outros*. Ver em: LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Coyoacán, México : Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

⁷³ CONSELHO Penitenciário do Distrito Federal. “*As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil (Distrito Federal, Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Geraes e Espírito Santo)*”. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928. Fonte: Biblioteca Nacional

⁷⁴ Idem, p. 11.

criminalidade feminina e assinalando as diferenças das mulheres em relação aos homens, alguns debates foram colocados:

No Brasil, onde a mulher, das classes mais rudes, tem tão excelentes sentimentos innatos, era natural que registrassem, como o relatório que acabamos de citar consigna, a pequena proporção de criminosos do sexo feminino.

O velho Lombroso já dizia que o criminoso nato era raro nas mulheres e que era raro encontrar nellas o typo criminal.

Assim é natural que num paiz de baixa criminalidade como o Brasil a proporção de mulheres seja tão pequena quando a dos homens brasileiros natos não é grande.

Ora, esse pequeno número de mulheres sentenciadas facilita a experiência de uma prisão interestadual, com o auxilio e a direcção da União, para as mulheres criminosas.⁷⁵

No fragmento do editorial acima, chamo a atenção para o modo como Lombroso e suas teorias dos tipos criminais, pautados nas ideias de degenerescência, são acionadas. Trazendo uma noção de que as mulheres cultivariam “excelentes sentimentos inatos”, como o amor doméstico e a benevolência, a ideia da mulher em torno do lar é tida como um comportamento essencialmente feminino. Em outra passagem, publicada no editorial da sessão “feminismo” do jornal *O Paiz*, é publicada uma entrevista realizada com o presidente do conselho penitenciário, Cândido Mendes, quem teria se encarregado de promover a pesquisa em relação às mulheres criminosas no Brasil. Segundo ele,

Conhecidas são as palavras de Lombroso e G. Ferrero, affirmando que a mulher tende a defender-se ou a atacar, antes torturando o inimigo do que matando. Prefere paralyza-lo pelo soffrimento, podendo notar-se que nas vinganças da mulher, a tendência é fazer sofrer a victima, dando-lhe a morte pouco a pouco. E, pelo contrário, o homem, comquanto mais feroz, mata e destroça com sem piedade; mas conhece menos do que a mulher a arte de prolongar os soffrimentos e de fazer supportar a um homem o maximo da dôr de que possa ser capaz um sêr humano. (La Femme Criminelle, traducção de Meille, Paris, 1896, pags. 85 e 69.)

Lange Rubio, que assignala não haver justificação para cognominar de bello sexo o sexo feminino, se isso fosse verdade, insurge-se contra o que chama impertinentes exagerações, que levam a classificações algum tanto caprichosas e arbitrias. Accentua que, tanto mais perfectas são as obras humanas, quanto maior é a intelligencia dos autores, e pergunta: será, por acaso, inferior na intelligencia a mulher ao homem, para que, applicando-a

⁷⁵ “Um grande problema fácil de resolver” (Editorial da gazetilha do “jornal do commercio” de 13 de março de 1928. Anexo em: Conselho Penitenciário do Distrito Federal. “As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil (Districto Federal, Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Geraes e Espírito Santo”. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928. Fonte: Biblioteca Nacional.

ao mal, não possam alcançar ambos igual refinamento? (La mujer em el Derecho Penal, Madrid, 1911, pag 25)⁷⁶

Citando Lombroso e outros autores positivistas, o presidente do Conselho Penitenciário aponta para a outra faceta colocada pelos teóricos. Se os sentimentos de maternidade e devoção eram tidos como inatos às mulheres “normais”, a ausência desses atributos tornaria a mulher “degenerada”, sórdida, “capaz de fazer sofrer a vítima. Apontando sobre “exagerações do sexo feminino”, que levam a escolhas “caprichosas e arbitrarias”, ficam claras as concepções do conselho penitenciário em relação às noções da criminalidade feminina do ponto de vista moral. Lombroso e Ferrero estudaram mulheres que consideravam “anormais” de seu ponto de vista: as prostitutas. Como aponta a historiadora Margareth Rago, a antropologia criminal dos autores elabora a noção da “prostituta nata”, como meio de definir aquelas mulheres que não estariam dotadas da vontade de compor os ideais de família instituídos. Associadas à “loucura moral”, fruto da “degeneração da raça”, a “prostituta-nata” é aquela que não possui sentimentos maternos, preocupa-se com a aparência e adornos. De gostos extravagantes, como comidas picantes, licores, roupas coloridas e podendo ter testa curta, mandíbula larga, sendo tagarelas e egoístas, eram compreendidas as mulheres degeneradas do discurso do progresso.⁷⁷

Conforme Michelle Perrot, a partir de meados do século XIX houve uma ascensão nos crimes relacionados às questões morais, destacando uma grande incidência de abortos, infanticídios, e atentados ao pudor em crianças.⁷⁸ O olhar médico e jurídico sobre a questão da propriedade e da sexualidade figuravam uma “dupla obsessão” do discurso sobre os delitos. A historiadora aponta que os novos modos de vida burgueses justificariam essa maior incidência nos delitos pela preocupação do aumento dos crimes de furto dentre classes populares, tanto pela cobiça à riqueza como pela criminalização e disciplinarização destes delitos, grande preocupação das autoridades nesse tempo de acumulação capitalista.⁷⁹

⁷⁶ “Um grande devotado à regeneração das criminosas (editorial da secção “feminismo”, dirigida pelas exmas. Sras. Berta Lutz, presidente, e dra. Ormindia Bastos, No “O Paiz de 18 de março de 1928.) Entrevista com o “Exmo. Se. Conde Cândido Mendes de Almeida, presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal”. Anexo em: Conselho Penitenciário do Distrito Federal. “As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil (Distrito Federal, Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Geraes e Espírito Santo”. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928. Fonte: Biblioteca Nacional.

⁷⁷ RAGO, Margareth. “Foucault, a histeria e a aranha”. Atigo publicado em: MUCHAIL, S.T.; FONSECA, M.; VEIGA-NETO, A. (orgs) O mesmo e o outro. 50 anos de História da Loucura. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, pp. 235-246. p 243.

⁷⁸ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros*. 7ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2017, p. 253.

⁷⁹ Idem, Ibidem, p. 267.

Sobre as mulheres, o discurso jurídico postulava que “sua criminalidade responde à sua fragilidade. Ela tem como centro a casa, sua ou dos seus patrões, como alvo a criança indefesa ou o velho impotente, como armas de fogo, ou melhor, o veneno.”⁸⁰ A autora indaga sobre a pouca incidência das mulheres na criminalidade quando comparada aos índices gerais, ao mesmo tempo em que a elas são atribuídas à sordidez e à dissimulação como se fossem intrínsecas aos crimes femininos, em especial dentro das relações familiares. Questiona se, sendo o crime e o delito, assuntos de homens, o “esvanecimento [das mulheres] nesse teatro será o índice de uma submissão, de uma moralização ampliada da mulher?”⁸¹ Esta formulação também pode ser empregada no caso dos prontuários do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, já que foram catalogados 184 nomes femininos entre 1887 e 1952, em meio a 2.252 prontuários, sendo 2.068 prontuários masculinos.

Em outra passagem, Cândido Mendes fala sobre a questão da delinquência feminina por um prisma biológico, no qual acreditava a raiz das “perturbações” das mulheres viriam do útero, fazendo com que ficassem suscetíveis a serem “arrastadas até o delito”:

(...) depois de largo desenvolvimento do estudo da criminalidade das mulheres, que não se deve buscar a explicação da delinquência do bello sexo por veredas tortuosas nem por extranhos caminhos. A sua essência principal é a mesma da do sexo masculino. A favor da mulher há, porém, uma nota sympathica que reclama, com justo título, a nossa benevolência. A mulher padece, como o homem, o influxo mórbido da herança e da degeneração; está sujeita às duras provações a que por desgraça sua submeter a nossa defeituosa constituição social; e soffre, além disso, as perturbações orgânicas, próprias de seu sexo, e principalmente o histerismo, que, com tanta frequência, a arrasta até o delicto. Mas, apesar de tudo, os crimes que commette são em muito exiguas proporções.⁸²

Por perturbações sociais, entende-se que as mulheres estão sujeitas às mesmas perturbações que os homens. Mas por perturbações orgânicas, o que o trecho acima deixa ver é o viés organicista pelo qual o corpo das mulheres foi compreendido. Como aponta a historiadora Magali Engel, as mulheres foram associadas ao instintivo, ao corpo, tendo sua “saúde mental” associada à menstruação, à gravidez, à maternidade. O corpo foi colocado

⁸⁰ Idem, Ibidem, p. 272

⁸¹ Idem, Ibidem.

⁸² Um grande devotado á regeneração das criminosas (editorial da secção “feminismo”, dirigida prlas exmas. Sras. Berta Lutz, presendente, e dra. Orminda Bastos, No “O Paiz de 18 de março de 1928.) Entrevista com o “Exmo. Se. Conde Cândido Mendes de Almeida, presidente do Conselho Penitenciário do Districto Federal”. Anexo em: Conselho Penitenciário do Distrito Federal. “As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil (Districto Federal, Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Geraes e Espírito Santo”. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928. Fonte: Biblioteca Nacional.

em uma relação ambígua na qual essas “questões femininas” eram ligadas à uma ideia de “normalidade” das mulheres, ao mesmo tempo que poderiam desencadear a irracionalidade destas.⁸³ Nesse sentido, as mulheres foram entendidas como inferiores aos homens, como a própria loucura que deve ser contida em seu corpo.

Construindo a ideia da mulher como o “Anjo do lar”, por meio dos “tradicionais costumes da família brasileira”, o presidente do Conselho Penitenciário continua sua narrativa sobre a relação entre as mulheres e a família tradicional brasileira:

A amenidade do clima, a abundância dos productos naturaes, a relativa facilidade da vida, a quantidade de mulheres, menos numerosas que os homens, e principalmente os tradicionaes costumes da família brasileira, em que a mulher é mais o **anjo do lar** do que um simples trabalhador braçal, concorrem para diminuir as occasiões de delinquir.⁸⁴

Ao buscar uma justificativa para a baixa incidência das mulheres nos crimes, a figura da mulher enquanto o “Anjo do lar” é acionada, trazendo para o imaginário a ideia da mulher envolta de seus afazeres domésticos, estando desse modo, incursa na vida privada, e por isso, se seguir seu fluxo “natural”, de sentimentos “inatos”, estaria protegida das ocasiões de delinquir. A cientista social Carla Cristina Garcia, analisa a aproximação das mulheres às noções biologizantes da psiquiatria do século XIX, que colocou as mulheres sob a mira dos diagnósticos de loucura, sendo cada vez maior as internações femininas nos sanatórios.⁸⁵ Como a medicina da época ligava o sistema reprodutor das mulheres ao que consideravam “reflexos da insanidade feminina”, consideravam haver uma parte que as mulheres não poderiam controlar de si, tornando-as inferiores aos homens. Nesse sentido, todos os comportamentos considerados inapropriados do ponto de vista moral eram considerados do ponto de vista biológico:

A insanidade moral redefinia a loucura não como a perda da razão, mas como o desvio do comportamento socialmente aceitável, colocando a loucura no patamar de perversão mórbida dos sentimentos naturais, das inclinações, temperamentos, hábitos, disposição moral etc. Esta definição

⁸³ ENGEL, Magali. *Psiquiatria e Feminilidade*. In: DEL PRIORE, Mary; BANANEZI, Carla. História das mulheres no Brasil. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

⁸⁴ Um grande devotado à regeneração das criminosas (editorial da secção “feminismo”, dirigida prlas exmas. Sras. Berta Lutz, presidente, e dra. Ormind Bastos, no “O Paiz de 18 de março de 1928.” Entrevista com o “Exmo. Se. Conde Cândido Mendes de Almeida, presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal”. Anexo em: Conselho Penitenciário do Distrito Federal. “As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil (Distrito Federal, Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Geraes e Espírito Santo”. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928. Fonte: Biblioteca Nacional. p. 48. Grifo meu.

⁸⁵ GARCIA, Carla Cristina. *Ovelhas na Névoa: Um estudo sobre as mulheres e a loucura*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995, p. 51.

poderia enquadrar na categoria de loucura qualquer comportamento considerado atípico.⁸⁶

A ideia da mulher como o “Anjo do lar” aparece também na literatura feminista, como um modo de identificar e reagir às normas sociais instituídas para as mulheres. Em Janeiro de 1931, a escritora inglesa Virginia Woolf leu para a Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres, na Inglaterra, o texto *Profissões para mulheres*.⁸⁷ Nesse artigo a autora aborda a figura do “Anjo do lar” como uma metáfora para a constituição subjetiva das mulheres na sociedade ocidental, como aquela que deve ser cuidadora, abnegada, atarefada com o doméstico, constituindo sua identidade para outros, em torno da família e das palavras doces adequadas para mulheres.

Woolf alerta que o “Anjo do lar” possa aparecer e tentar domesticar a criatividade feminina, conduzindo as mulheres a serem afáveis, mentirosas para si mesmas e para os outros, e como se fossem puras, sacrificando a si pelos outros. Nessa situação, a autora aponta para uma saída possível do ponto de vista subjetivo: buscar um modo de “assassinar” esse “Anjo” que representa a forma instituída e opressora que conecta a mulher ao lar.

(...) Fui pra cima dela e agarrei-a pela garganta. Fiz de tudo para esganá-la. Minha desculpa, se tivesse de comparecer a um tribunal, seria legítima defesa. Se eu não a matasse, ela é que me mataria.⁸⁸

No artigo a autora refere que “naqueles dias – os últimos dias da rainha Vitoria – toda casa tinha seu Anjo”,⁸⁹ uma alusão à era vitoriana, quando se conformaram um conjunto de regras sociais sobre a conduta feminina. No primeiro capítulo de *História da Sexualidade I, “Nós, vitorianos”*, Michel Foucault vai na contramão da “hipótese repressiva” de que durante o século XIX a sexualidade tivesse sido apenas reprimida pelos poderes vigentes.⁹⁰ Argumenta que, durante esse período, no ocidente, a sexualidade teria sido também conformada, normalizada, colocada em discurso. Desse modo, as instituições sociais produziram modos de se falar de sexo, normalizados, instâncias de produção discursiva – e de silêncios – na sociedade.

Uma aparelhagem para produção de discursos entrou em vigência; nas práticas religiosas, confessionais, que enunciavam em torno do sexo normalizado, do quarto do casal,

⁸⁶ Idem, p. 52.

⁸⁷ WOOLF, 2012, op. cit., pp. 9-19.

⁸⁸ Idem, p. 13.

⁸⁹ Idem, p. 12.

⁹⁰ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988a.

da família. O lugar da religião é, muitas vezes, o lugar da penitência feminina, como no caso do presídio de mulheres. Nas técnicas sociais, o sexo se tornou o discurso da natalidade, morbidade, fecundidade, saúde, conformando o surgimento da população como problema econômico e político. A normalização do sexo, desse modo, constituiu um discurso científico em torno do corpo.

Pensando um contexto europeu pós-revolução francesa, Michelle Perrot nos oferece a observação de um cenário em que a família burguesa foi erigida dentro de uma teoria política, em um sistema que coloca o problema do Estado versus sociedade civil e coletivo versus indivíduo, o pensamento político se preocupa na organização dos interesses privados, tendo a família como base.⁹¹ Desempenhando um papel de “deus oculto”, a família se insere como instância fundamental de normalização e inserção de papéis sociais.⁹² Instaurando fronteiras entre o público e o privado, o masculino e o feminino, a moral e a imoralidade, a família assume lugar de grande investimento discursivo, e a figura feminina ganha destaque no que se refere ao ideal de domesticidade. Constituir a moral das mulheres em torno das noções do “Anjo do lar” assume um caráter de reprodução dos valores e da moral da família burguesa. Nesse sentido como aponta Cunha, desse modo elas tornam-se “cúmplices” do médico moldando a base familiar em noções de “virtude” e “pureza”.⁹³

A formação de um saber sobre a sexualidade no ocidente se deu pela incitação dos discursos sobre a sexualidade e patologização das condutas consideradas imorais pelo discurso pastoral, emergindo um discurso científico de regularização das práticas sexuais.⁹⁴ Dessa forma, o saber sobre a sexualidade foi formulado a partir das instituições pastorais atreladas ao desenvolvimento de saberes científicos que nomeavam e explicavam as sexualidades desviantes por um viés determinista, como aponta Foucault.

Ao refutar a hipótese repressiva, dos discursos como repressores dos instintos humanos, Foucault pensa a sexualidade como um dispositivo de produção discursiva em torno do corpo pela confissão, produção normalizadora que o indivíduo faz sobre si mesmo e pelas instituições que falam, mas que também silenciam. Assim, o discurso produz o corpo e a sexualidade em vez de apenas reprimi-la. A partir do século XIX, a preocupação da justiça penal e da medicina na jurisdição miúda dos pequenos atentados e na classificação das

⁹¹ PERROT, Michelle. “A família triunfante”. In: *História da vida privada 4: Da revolução à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁹² Idem, *Ibidem*, p. 80.

⁹³ CUNHA, 1986, op. cit. p. 34-35.

⁹⁴ FOUCAULT, 1988a, op. cit. p. 38.

perversões sexuais, produz as sexualidades periféricas em relação à sexualidade normativa, do “casal legítimo, com sua sexualidade regular, [que] tem direito à maior descrição, [e] tende a funcionar como uma norma mais rigorosa talvez, porém mais silenciosa.”⁹⁵

A partir de sua análise, Foucault abre caminho para pensar a construção do corpo disciplinado e sexualizado, problematizando os grandes modelos universais racionais que produzem os corpos marginalizados e sobre eles intervém. O “Anjo do lar” é construído por meio da definição de imoralidade e “natureza” feminina. Como se presas em cativeiro, em um manicômio ou em suas casas, é como se as mulheres estivessem em cárcere pela construção social feita em torno de sua imagem, como pensa Lagarde, sobre os cativeiros das mulheres.⁹⁶ Esses “cativeiros” se refletem no modo como as imagens das mulheres foram produzidas pelos discursos médicos, se apresentam por meio de dois pólos de comportamento: a mulher “normal”, representada pela figura da mulher doméstica, mãe e esposa, e a mulher “anormal”, como a prostituta ou a degenerada, como aquelas que rompem com o destino da mulher no lar.

Os discursos aqui elencados são alguns entre uma gama de outros nomes e veículos que formaram esse constructo na psiquiatria e suas inferências no âmbito jurídico pautado em pressupostos normalizadores. Trouxe por meio da abertura do prontuário de “*Maria Ondina*” algumas possibilidades de correlação de seu documento, tão particular, com os saberes médicos do período. Em seu prontuário podemos vislumbrar o modo como seu diagnóstico vai se tornando mais esmiuçado no Manicômio Judiciário, ocorrendo uma elaboração mais precisa dos diagnósticos iniciais biotipológicos por meio de uma observação minuciosa da evolução de seu comportamento. No manicômio, os médicos formulam os meandros pelos quais poderia ser entendida a história pessoal e criminal de “*Maria Ondina*” e de tantas outras mulheres, como uma personalidade psicopática de tipo perverso.

1.5 Personalidades psicopáticas: figuras do perigo na construção da (a)normalidade

A recorrência dos diagnósticos de “*personalidade psicopática*” e “*personalidade psicopática de tipo perverso*” chama a atenção na análise da documentação pelo modo como designa e patologiza comportamentos de mulheres que não condizem com os desígnios das regras sociais. No âmbito do modo de compreensão do discurso médico em relação ao

⁹⁵ Idem, Ibidem, p. 39

⁹⁶ LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2005, op. cit.

comportamento feminino, as personalidades psicopáticas são aquelas em os valores morais do casamento, família, honestidade e resguardo do corpo e da vida privada são colocados em xeque pelo modo como muitas mulheres vivem.

Entre tantos diagnósticos diferentes que recebiam as mulheres, 31 delas apresentavam, na visão dos médicos, características de uma “personalidade psicopática”. Na maior parte dos casos esse diagnóstico acompanhava a ausência de alucinações e delírios, mas um dos principais pontos levados em consideração era o nível de afeto que as mulheres demonstravam em relação aos familiares e se se arrependiam verdadeiramente dos crimes cometidos. Das 31 “personalidades psicopáticas”, 7 mataram os maridos, 6 mataram os filhos e 14 cometeram crimes relativos a furtos, agressões ou perturbações no espaço público. Dessas 31 mulheres, 21 foram descritas como negras.

O primeiro prontuário em que o desígnio “*personalidade psicopática*” aparece é de “*Maria Eugênia*”⁹⁷, datado de 1927. Naquele momento, seu diagnóstico foi o de “*loucura moral*”, sendo muito bem detalhado em seu arquivo como este diagnóstico é referido na literatura psiquiátrica, juntamente com a mudança na designação para “*personalidade psicopática de tipo perverso*”:

Quando o processo mórbido está bem evoluído, com rico quadro sintomatológico, fácil se torna a tarefa do perito; mas, quando se trata de casos que estão no limiar do patológico, mal definidos, com sintomatologia escassa e imprecisa, não pode o perito ir além da realidade, e com imprecisão tem de se pronunciar.

Assim o são frequentemente os casos que dominam de maneira genérica de “personalidades psicopáticas” ou “personalidades desharmonicas” entre as quais se encontram os casos que denominamos “loucura moral” como foi diagnosticado em pareceres anteriores o que temos em estudo. (...)

Entre as personalidades psicopáticas se classifica a “Personalidade Psicopática Perversa” que corresponde à “Moral Insanity” dos autores ingleses, isto é, a loucura moral.

Assim, vemos como ambas as expressões diagnósticas se equivalem. Modernamente não mais se emprega a expressão “loucura moral” por inadequada e em seu lugar ficou a de “Personalidade Psicopática Perversa”.

Por seu diagnóstico ser o primeiro que traz esse desígnio da “*Loucura Moral*” ou da personalidade psicopática, seu prontuário está bastante detalhado, contendo até mesmo um embasamento teórico sobre o tema, um tipo de informação bastante escassa nos prontuários de modo geral. Neste momento, em 1927, ainda eram apenas 14 mulheres presas sob a

⁹⁷ Prontuário localizado na caixa 22.

jurisdição do Manicômio Judiciário, ainda que este funcionasse no Hospício do Juquery. Na elaboração do seu diagnóstico, apresentava-se uma noção dos limites entre aquilo que era considerado congênito e daquilo que fora adquirido:

A expressão loucura moral, que para uns constitue uma entidade nosographica correspondente à “Imoralidade Constitucional”, é para outros uma syndroma que pode ser congênito como adquirido. Cumpre estabelecer esta distincção ao se cogitar o prognóstico. Na forma congênita, o prognóstico é sempre desfavorável, enquanto na adquirida já o é menos, pois, principalmente nos últimos tempos tem-se observado melhoras accentuadas do syndroma “Imoralidade”, determinado pela encefalite epidêmica. No caso de “Maria Eugênia” trata-se, com toda a verossimilhança, da primeira forma – congênita. Fallam nesse sentido os antecedentes hereditários, o seu carácter anômalo desde a infância, como a ausência de qualquer elemento que venha tornar plausível o diagnóstico da segunda modalidade.

Nestas passagens do prontuário de “*Maria Eugênia*”, o que percebemos é o esforço em estabelecer limites entre doenças que seriam “congênitas” ou “adquiridas” por meio de um valor moral estabelecido sobre a história de vida das pacientes. O que chama atenção é a derivação da noção de uma constituição psicopática e perversa da personalidade atrelada ao modo como a moral é concebida por esse saber. O diagnóstico “congênito” de “*Maria Eugênia*” deu-se referente às crises epiléticas que teve desde a infância, e pela constante manifestação de profundas tristezas e vontade de atentar contra a própria vida desde muito cedo. “*Maria Eugênia*” recebeu o diagnóstico de Personalidade Psicopática em 1927, outras duas mulheres em 1933 e 1936, e as outras 28 mulheres que tiveram o mesmo diagnóstico deram entrada no Manicômio Judiciário entre 1940 e 1952.

Um outro caso é retratado no prontuário de “*Maria Izabel*”,⁹⁸ classificada como “*brasileira, negra e doméstica*”. Em 6 de outubro de 1943, com 21 anos, foi encaminhada para o Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo. “*Maria Izabel*” vinha do Presídio de Mulheres do Estado de São Paulo, onde cumpria pena por furto. Seu diagnóstico, advindo da penitenciária, a descrevia como portadora de uma “*personalidade psicopática*”. Sua pele, seus cabelos, suas cicatrizes, seus dentes, as medidas de seu corpo e cabeça foram minuciosamente descritos em seu prontuário. No laudo elaborado pelo Manicômio Judiciário, consta que sofreu castigos no Presídio de Mulheres por seu comportamento “*insubmisso, revelando tendências reacionárias, mau caráter e impulsividade exagerada*”. Na descrição sobre suas condições físicas no momento de sua transferência, utilizada como justificativa

⁹⁸ Prontuário localizado na caixa 152.

para sua transferência para o manicômio, consta: *“Sem defeitos físicos aparentes, além dos característicos raciais (preta)”*. Sua vida sexual foi interpretada pelos médicos como sendo *“(...) muito irregular, fazendo admitir, pelas suas informações, relações com fins pecuniários (prostituição disfarçada). Contudo, sua profissão declarada e costumeira era a de empregada doméstica.”* Sobre suas condições mentais, seu diagnóstico foi mantido, sendo acrescido como *“perversa”* por *“atrofia completa do senso altruístico”*.

“Maria Izabel” trabalhava como empregada doméstica, furtando dinheiro das casas onde se empregava. Foi presa e transferida ao manicômio por não se submeter às regras do Presídio de Mulheres, no que tange à rigidez colocada pela Madre Superiora, como a própria paciente relatou aos médicos. Interrogada por sua conduta, *“Maria Izabel”* responde querer viver à sua maneira e fazer o que bem entende, não admitindo a interferência de outros. Ao confirmar para os médicos sua longa história judicial, o que eles analisaram no comportamento e na fala da paciente é que ela não se arrepende dos seus crimes cometidos. Tendo ela confessado os furtos que praticava, suas detenções anteriores, *“com a maior naturalidade”*, bem como os hábitos que possuía como álcool, fumo e jogo, os médicos entenderam que *“Maria Izabel”* não se sentia constrangida ao ser recriminada desses fatos, de modo que julgaram que *“a sua personalidade está perfeitamente integrada nesse modo de vida, que representa para si o ideal”*. Seu diagnóstico é também de *“loucura moral”*. Segundo seu prontuário:

Estamos pois diante de um caso típico de “moral insanity” dos autores ingleses, ou melhor, de um desvio instintivo global, para o qual o lugar mais adequado é o Manicômio Judiciário e não o cárcere, pois este não conseguirá modificar a sua estrutura, inadaptável, como se tem mostrado, ao regime reeducacional.

Em vez de constituir a permanente “carne de presídios” (...), melhor estará no hospital de alienados, abrigando-se assim a sociedade de uma maneira definitiva, dos danos que a ela vinha e virá causando. Depois de todas as tentativas feitas no sentido de uma regeneração, sem qualquer proveito, revelando-se pois de uma insuficiência de juízos morais a toda prova, mercê de uma defeituosa estruturação afetiva num sentido predominantemente egoístico e instintivo e não resta outra alternativa senão a segregação.

“Maria Izabel” foi analisada desde sua vida pregressa, até o modo como se comporta e como confessa os atos por ela realizados. Deixa transparecer na fala médica que é o modo como a paciente diz sobre seu ato criminoso frente a autoridade médica que determina o diagnóstico. A noção de uma *“atrofia do senso altruístico”*, de como lida moralmente com a sua afetividade, como sua subjetividade responde aos valores morais instituídos é o crivo

médico. Para Foucault em *A verdade e as formas jurídicas*, nas práticas judiciárias é possível localizar um modo como novas subjetividades foram formadas, pensando na constituição histórica de um “sujeito de conhecimento”.

Tendo as práticas judiciárias na história do Ocidente definido o modo como os homens e mulheres poderiam ser julgados pelos “erros” cometidos, e tendo as práticas judiciárias definido o que são esses “erros”, “crimes”, “insanidade”, pode-se dizer que as práticas jurídicas produzem modos de concepção da subjetividade.⁹⁹ Nesse sentido, toda a constituição do processo criminal faz parte de uma produção da verdade que permeia todo o tecido social. O inquérito como uma forma de “pesquisa da verdade” assume o posto de neutralidade e verdade última, orientando o modo como a ciência erigiu seu modo de conhecimento. Do mesmo modo, o exame, realizado de modo hierárquico, por meio da vigilância, deu forma a modos de controle político e sociais no momento da formação da sociedade capitalista, no final do século XIX.¹⁰⁰ A confissão, prática pastoral inserida no interior da prática jurídica, conforma um modo pelo qual o indivíduo constitui a si mesmo e produz, frente a um poder que lhe é exterior, a própria noção de verdade dos fatos do indivíduo em relação a si mesmo e em relação à sociedade.¹⁰¹

No estudo que fez no Juquery, Cunha aponta para os diagnósticos de “loucura moral” em relação às mulheres que tinham uma vida ativa nos espaços da cidade, sendo as prostitutas consideradas degeneradas, e os negros ligados a noções de primitivismo. Diagnosticando as “perversões”, em tudo o que não estivesse de acordo com os ideais eugênicos correntes.¹⁰² Em trecho comentado pela historiadora, Franco da Rocha cita Lombroso: “O criminoso nato de Lombroso confunde-se com o louco moral em todas as suas particularidades”.¹⁰³ Lançando luz aos prontuários das mulheres negras e pobres internas no Juquery, Cunha percebe o modo como as práticas médicas eram duplamente inferiorizantes, sendo a degeneração e a loucura “inerentes à visão ‘animalizada’ das negras, tornando sua presença no hospício uma contingência quase natural.”¹⁰⁴ No contexto europeu, Rago argumenta que o corpo das mulheres negras foi espetacularizado, sexualizado, confinado e dissecado ainda no século XIX, de modo que a racialização do corpo negro feminino e sua construção como

⁹⁹ FOUCAULT, 2003, op. cit. p. 11.

¹⁰⁰ Idem, Ibidem,, p. 12.

¹⁰¹ FOUCAULT, 1988a, op. cit.

¹⁰² CUNHA, 1986, op. cit. p. 52.

¹⁰³ FRANCO DA ROCHA apud CUNHA, 1986, op. cit. p. 52.

¹⁰⁴ CUNHA, 1986, op. cit. p. 124.

um outro inferior biologicamente, “ (...) não deixa de ser uma valorização dos ‘civilizados’ e que das elites passa para toda a sociedade.”¹⁰⁵

No Brasil, esse discurso racista e misógino pode ser analisado em sua forma eugênica, de modo que entre os anos 1930 e 1940, a psiquiatria ganha um discurso de “branqueamento” na ordem social. Nas relações que o positivismo estabeleceu entre prostituição e loucura, com a ideia de “degenerescência social”, Rago mostra como Lombroso atrelou a ideia do “criminoso-nato” à ideia da “prostituta-nata”, assimilando a prostituição à criminalidade, abrindo um modo de perceber a noção de loucura às noções morais estabelecidas. Nesse panorama, a prostituta de Lombroso é a imagem da mulher moralmente enlouquecida.

Nessa lógica, estabelece-se uma identidade psicológica e anatômica entre o criminoso e a prostituta-nata, assimilados por sua vez ao louco mental. Ambos possuem “o mesmo gosto precoce pelo mal”, nenhum senso moral e total indiferença diante da infâmia social. O rol das perversas sexuais se estende progressivamente: as lésbicas, de cabelos curtos, invejam os homens, pois gostariam de ter pênis; as solteironas, as feministas, as escritoras, as negras e mulatas. Próximas da aranha, ameaçadoras e fatais. Loucas.¹⁰⁶

O grande interesse dos médicos pela sua atividade sexual, seu comportamento afetivo para com os outros, e a descrença em “cura” para seu caso, apontam algumas maneiras pelas quais o discurso médico constrói seu diagnóstico em relação às mulheres a partir do “dispositivo de sexualidade”. Essa formação dos códigos de sexualidade é trabalhada por Margareth Rago em *Os prazeres da noite*, problematizando os discursos médico-jurídicos em torno da prostituição entre 1890 e 1930, e de que modo confluíram para justificar a “inadequação” da presença feminina nos espaços públicos. As prostitutas, entendidas como “mulheres públicas”, eram associadas à noção de degeneração da natureza feminina, marcando o imaginário das mulheres no espaço público por discursos patologizantes.¹⁰⁷

Como desenvolve a historiadora, a regulamentação em torno da sexualidade das mulheres pelo discurso moral que conformou a noção de prostituição serviu não apenas para a patologização de suas condutas, mas para a construção da moralidade das mulheres em torno do espaço doméstico, opondo-se a tudo que envolvesse o imaginário da prostituição. A maternidade foi compreendida como um remédio para as “moléstias” femininas, de modo

¹⁰⁵ RAGO, Margareth. O corpo exótico, espetáculo da diferença. Revista Labrys/ Estudos feministas, n. 13, jan-jun, 2008.

¹⁰⁶ RAGO, 2013, op. cit. p. 9.

¹⁰⁷ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1880-1930*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991, p. 141.

que aquelas que não compartilhassem do amor materno e dedicação ao ambiente doméstico eram tomadas como portadoras de distúrbios biopsíquicos, consideradas de mente frágil e perversa, refletidos em determinado meio social, considerado amoral. Assim, a partir da incitação ao discurso que regula as sexualidades femininas, as mulheres foram enquadradas pela polarização de duas figuras dicotômicas, mas que foram constituídas uma pela outra: a dona de casa como mulher “normal” e a meretriz como mulher “patológica”.

Um outro prontuário que faz alusão às questões tratadas neste capítulo é o caso de “Maria Viola”,¹⁰⁸ que em julho de 1948, aos 23 anos de idade, negra, “meretriz”, foi transferida do Presídio de Mulheres para o Manicômio Judiciário. Em seu prontuário consta “Maria Viola” como uma “conhecida desordeira, que registra antecedentes criminais e policiais constantes”, tendo no dia 24 de janeiro de 1947 sido detida em um bar “por promover um de seus costumeiros distúrbios”, e agredido uma mulher que a acompanhava no interior da viatura.

“Maria Viola” foi condenada no Presídio de Mulheres do Estado de São Paulo por ferir gravemente a mulher que junto com ela era encaminhada para a delegacia. No presídio, por se mostrar “indisciplinada, desajustada e impossível de ser contida”, foi transferida para o Manicômio Judiciário. Seu diagnóstico foi de uma “personalidade psicopática do tipo amoral ou perverso”, “endógena”. Foi, assim, tomada como incapaz de julgamentos éticos, de afetividade egoísta, e de “regeneração problemática”. Na penitenciária, o laudo elaborado pelo médico levava em conta seu boletim biotipológico:

Se compulsarmos seu boletim biotipológico e a peça dos autos, onde se centram informações sobre sua conduta anterior; verifica-se que “Maria Viola”, na sociedade, sempre foi uma “marginal”. Inicialmente desajustada do lar; reagindo contra a “vigilância” que sobre ela exerciam os seus, impedindo-a de ir a bailes (tinha 13 anos mais ou menos), etc, abandonou a casa paterna. Ingressou assim, em tenra idade, na vida desregrada que, afinal, passou a ser inteiramente abraçada por ela. Prostituiu-se, viciou-se, tornou-se ébria. Ingressou com esse lastro de maus atributos que veio adquirindo, na senda do crime e, atualmente, revelando suas características amorais, cumpre a pena que lhe foi imposta.

No Manicômio Judiciário, na elaboração de seu diagnóstico, é feita uma menção às “personalidades instáveis”, um diagnóstico relacionado às “personalidades psicopáticas perversas”:

Os instáveis não são débeis mentais propriamente ditos, mas sua débil vontade, sua incapacidade de concentrar-se, ainda que seja

¹⁰⁸ Prontuário localizado na caixa 256.

passageiramente, e sua repugnância a assumir qualquer compromisso, faz com que a maioria deles permaneçam desde a escola em um grau inferior (...) procuram satisfazer todos seus gostos e desejos, e assim chegam as mulheres à prostituição pelo caminho do luxo, do cinema, das viagens, etc; homens e mulheres sucumbem à morfina e, mais frequentemente ainda, ao álcool. Ora não foi outro o caminho que tomou a paciente.

A precoce fuga do lar – outro característico dos instáveis – já visa satisfazer seus desejos controlados pelos pais. Queria frequentar bailes tendo apenas 13 anos. Posteriormente seguiu aquele caminho da prostituição, alcoolismo, vagabundagem, roubos, etc. (...) Seu comportamento aqui no manicômio apresenta os característicos citados de instáveis e de perversa amoral.

A “loucura moral”, que se designa como “personalidade psicopática de tipo perverso”, denota algumas linhas de continuidade entre as mulheres, de modo que por meio do modo como executam seus crimes ou exercem sua afetividade rompem com o ideal do “Anjo do lar”. Entre o crime e a loucura, a personalidade psicopática é aquela de moralidade outra, que passou para outra margem dos códigos de conduta. Tendo o comportamento entendido como congênito, hereditário, o diagnóstico da anormalidade feminina pautava-se pela investigação do corpo, narrativa e história de vida das mulheres.

Entende-se que penalização em torno dos corpos femininos está relacionada de forma direta a sua inserção no espaço público, tacitamente compreendido como masculino. De acordo com Richard Sennet, há uma tendência à supervalorização do espaço privado na modernidade e um esvaziamento do espaço público como constituição subjetiva. No capitalismo industrial, a constituição do espaço público como esfera da sociabilidade foi dando lugar a saberes de regulação e modulação da ordem pública, elevando a vida privada como um refúgio idealizado de valor moral incontestado, tendo sua representação na família burguesa. O autor aponta que esta constituição subjetiva do homem no espaço público no século XIX atingia as mulheres de forma muito distinta:

O público como um domínio imoral significava coisas um tanto diferentes para homens e mulheres. Para as mulheres, era onde se corria o risco de perder a virtude, enxovalhar-se (...) O público e a ideia de desgraça estavam intimamente ligados. Para um homem burguês o público tinha uma conotação moral diversa. (...) para os homens a imoralidade da vida pública estava aliada a uma tendência oculta, para que se percebesse a imoralidade como uma região de liberdade, ao invés de uma região de simples desgraça, como era para as mulheres.¹⁰⁹

¹⁰⁹ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público : as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 39.

A ideia da família como o “refúgio” da imoralidade do espaço público deposita na figura da mulher um “dever ser” em relação ao seu papel de sustentação dessa forma de vida privada, intimista. O privado enquanto um espaço moralizado e seguro, como uma espécie de lugar de conforto masculino das demandas da vida pública – ou a vida, mesmo. Um discurso de que na vida íntima é o lugar da mais extrema felicidade, lugar de realização do eu é muito presente na modernidade através de modos de pensar sujeitos universalizados, ideais e constituídos por meritocracias. Assim, para a “definição” de um modo de vida correto, os comportamentos considerados “desviantes” foram normalizados na medida em que foram patologizados, tendo a moralidade da conduta feminina o fardo de ser considerada uma das bases para um ideal de felicidade do lar, num modo de vida ensimesmado e individualizado, e que por isso deveria se manter distante do espaço público.

Sujeitando os corpos femininos, associando à culpa e à transgressão de regras morais, a divisão dos papéis femininos e masculinos trataram por fazer cortes de gênero sobre a esfera pública, destinada aos homens enquanto produtores de um lar, e as mulheres como reprodutoras.¹¹⁰ Assim, as teorias que se referiam à delinquência feminina giravam em torno da “degeneração” do feminino puro, casto e culpado. A ideia da prostituta era associada a uma série de regulamentações em torno da prática, como analisa Margareth Rago sobre a prostituição em São Paulo entre 1890 e 1930. Uma série de regulamentações sobre a descrição de seus corpos, horários de trabalho, legislação sobre suas aparições no espaço público apresentam as ideias de que a presença das prostitutas era uma questão médica e policial.

A presença feminina no espaço urbano incomoda de várias maneiras; seja como trabalhadora, seja como prostituta; fumando ou usando roupas mais curtas. Desconhecida, a sexualidade feminina se tornava um grande medo e uma atração. Daí o enorme interesse em torno do desvendamento do corpo da mulher, desde meados do século passado, tanto pelos saberes científicos, quanto pelas artes.¹¹¹

1.6 O exame médico-legal como dispositivo de normalização

Os prontuários, enquanto arquivos judiciais, representam um conjunto específico da prática do exame médico-legal e de seus modos de produção, em uma instituição do Estado de São Paulo, no Brasil de uma época específica. Porém, ao trazer a dimensão da produção deste tipo de documentação em um contexto mais amplo, Foucault faz uma análise

¹¹⁰ SCOTT, 1989, op. cit.

¹¹¹ RAGO, 1991, op. cit. p. 121.

do papel do exame médico-legal contemporâneo, pensando o modo como substitui uma exclusão do discurso médico pelo discurso jurídico ou vice-versa. Constituindo um saber em torno da noção de “perversidade”, cunhada a partir da segunda metade do século XIX, a medicina e a criminologia se aliaram para definir uma prática que não pertence nem a um campo, nem ao outro, mas compõe um *continuum* expiatório e terapêutico que se propõe gerir os comportamentos, de modo que o exame médico legal tem o perigo e a perversão como seu núcleo essencial e teórico.¹¹² O que o exame apresenta não é a inocência ou culpa, nem a doença do indivíduo, mas sim passagens que chegam a ser “ridículas”¹¹³ para estabelecer o diagnóstico das pacientes, como “*Maria Viola*”, que por querer frequentar bailes aos 13 anos e sendo impedida pelos pais, na visão médica de seu prontuário, é o primeiro indício de sua perversão, instabilidade e amoralidade.

Um dos papéis do exame é o medo gerado pelos perigos da perversão no seio social e que contribui para a moralização da população, nos moldes de um modo de normalização. Quando medicina e justiça aliam-se, tratam de inventar a ideia da “anormalidade”, possibilitando formular observações mais abrangentes do que a oposição “normal” e “anormal”, mas que leva em conta cada minuciosidade, com diferentes níveis de gradação entre os modos de entender as patologias. Para Foucault, o poder da normalização, fortemente marcado no exame médico-legal, faz parte de uma invenção de tecnologias positivas de poder, onde a exclusão e marginalização de setores da população considerados “anormais” se realiza na sua profunda inclusão na gestão da cidade, observação institucional, organização e vigilância de espaços, “multiplicando efeitos de poder a partir do acúmulo da observação do saber”.¹¹⁴

Nesse sentido, a norma surge como um princípio de qualificação e um princípio de correção, intervindo e transformando por meio de um poder normativo.¹¹⁵ Nesse sentido, a noção de anormalidade é fruto de uma constituição híbrida entre o discurso médico e o discurso jurídico. Pensando as linhas de continuidade entre os crimes e diagnósticos nos prontuários das mulheres, percebemos que muitas das que se mostraram insubmissas à moral instituída provocaram algum tipo de insurgência nos espaços públicos, no que se refere aos modos que exerceram a sexualidade, fora dos limites do casamento, no modo como

¹¹² FOUCAULT, Michel. *Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 29 -30.

¹¹³ Idem, Ibidem.

¹¹⁴ Idem, Ibidem, p. 41.

¹¹⁵ Idem, Ibidem, p. 43.

transitaram nos espaços públicos, nos bares e ruas, causando mobilização às autoridades que buscavam mantê-las sob vigilância. Em relação a esses crimes relacionados a furtos e insurgências “imorais”, percebemos a formulação foucaultiana acerca da gestão do perigo como um poder que produz e normaliza no sentido de que, a partir do momento em que há uma base teórica e prática para a elaboração desses saberes, instituições são erigidas e o contingente carcerário feminino cresce rapidamente no que concerne a esse tipo de crime.

Nos primeiros prontuários do Manicômio Judiciário, em um conjunto de 15 prontuários de mulheres que formam o primeiro arquivamento que vai de 1887 a 1933, nenhuma mulher presa no Manicômio Judiciário cumpria pena por questões relacionadas aos desvios de conduta moral. A partir do ano de 1943, momento em que o Presídio de Mulheres já estava consolidado, o número de mulheres que eram presas por crimes referentes a furto e questões relativas aos bons costumes começa a surgir. Ao todo são 43 mulheres com histórias criminais que permitem relacionar os ilegalismos que foram motivo de suas prisões à uma moralidade normalizadora por parte dos médicos. Dessas 43 mulheres, 20 foram diagnosticadas como “personalidades psicopáticas”, 13 delas não apresentavam distúrbios e, dessas 13, 9 eram negras.

Ressalto quando aparece o termo “não apresenta distúrbios” pois existe uma recorrência em muitos prontuários de mulheres negras representadas pelos médicos como personalidades psicopáticas, anormais, bem como, muitas vezes, como sem distúrbios, já que o saber médico identifica que um comportamento desviante de uma mulher negra seria “natural”. Muito raro era uma mulher branca ali ser internada e sair sem diagnósticos de esquizofrenia ou de patologias que se referem aos períodos femininos, como a psicose climatérica por exemplo, que se refere à menopausa.

As mulheres negras foram mais estigmatizadas e ao mesmo tempo o olhar para elas direcionado é muito mais culpabilizante de seus atos, posto que o crivo da doença mental tira a responsabilidade da ré. Como personalidades psicopáticas ou sem apresentar perturbações mentais, as mulheres negras ocupam um espaço nos saberes jurídicos entre o crime e a loucura: muitas vezes respondendo a necessidades básicas da vida cotidiana, se encontravam em luta com uma sociedade que as relegou à marginalidade e à profissão de doméstica na casa de outras mulheres. Para essas mulheres existe a responsabilização, e a maioria delas veio do Presídio de Mulheres ao se mostrarem insubmissas frente ao poder religioso das freiras, e para lá retornaram quando, na concepção dos doutores, atingiram um nível de periculosidade mais baixo. Sendo que, em todos os seus prontuários, por terem vindo do presídio de mulheres, traziam seus registros corporais, medidos e destacados pelo Instituto

de Biotipologia Criminal na Penitenciária do Estado de São Paulo, pelo qual todas elas passaram.

Em ofício do Departamento de Presídios do Estado de São Paulo protocolado em 1947, destinado a André Teixeira Lima, então diretor do Manicômio, 4 mulheres foram transferidas juntas do Presídio de Mulheres para o Manicômio judiciário, por se tratar de personalidades psicopáticas:

*Tenho a honra de apresentar a V.S., devidamente escoltadas, as sentenciadas “Maria *”, “Maria **”, “Maria ***” e “Maria ****”, respectivamente matriculadas no Presídio de Mulheres sob os números 112, 113, 114 e 115, que aí deverão ser internadas visto serem inadaptáveis ao regime ali adotado, mantendo comportamento amoral e parecendo tratar-se de personalidades psicopáticas. Outrossim, esta Diretoria Geral, oportunamente, fará remessa a V.S. dos atestados respectivos e de mais documentos a fim de legalizar ditas internações.*

Ofícios como este eram bastante comuns e se apresentam na primeira parte de cada prontuário, designando os trâmites legais nos quais cada paciente foi conduzida. Essa documentação reunida sob o nome de cada mulher torna-se, a partir de um arquivo privado, que diz respeito a cada história individual, um espaço riquíssimo de perceber práticas e saberes que costuravam os modos de vida na primeira metade do século passado, e que de muitos modos diferentes baseiam boa parte da história cultural e política de nossos tempos atuais. Um ofício que legaliza que um “comboio” de mulheres vindo de uma penitenciária para um manicômio no ano de 1947 na cidade de São Paulo, pensando do ponto de vista da história genealógica de Foucault, compõe os bastidores que construíram todo um campo de saberes, poderes e subjetividades, se tornando condição de possibilidade para o desenrolar dos acontecimentos ínfimos, mas que foram totalmente estruturantes dos tempos de hoje e de outrora.

Na disputa de uma forma hegemônica de organização da cidade em determinado paradigma racial e cultural – como é o caso da eugenia e do modo como seu discurso foi arraigado às estruturas institucionais –, em um momento de emergência de uma preocupação estatal referente às condições das mulheres presas no Brasil no final da década de 1920, entre outros fatores confluentes, contribuíram para a construção de um saber em torno da população, em especial em relação às mulheres, na qual a vigilância de seus corpos foi aumentada e pormenorizada em instituições específicas de controle moral, jurídico e também religioso. Assim, o aumento de mulheres presas, de mulheres negras, de personalidades

psicopáticas e o aumento geral de mulheres presas no manicômio a partir da década de 1930 apontam para o modo como se apresenta o crescimento dos saberes e estruturas médicas e jurídicas em torno da normalização, diretamente proporcionais ao aumento de mulheres capturadas por esse poder que as coloca como epicentros de perigo social.

Apesar de o Manicômio Judiciário ter sido pensado por Franco da Rocha, quem o inaugurou foi o médico psiquiatra Antônio Carlos Pacheco e Silva, nomeado por Franco da Rocha médico anatomopatologista do Hospício do Juquery desde 1921 e assumindo a direção do Hospício em 1923. Em 1930 cria a Assistência dos Psicopatas do Estado de São Paulo, submetendo-o ao departamento de psicopatologia da faculdade de medicina da Universidade de São Paulo. Deixou o cargo de diretor do Manicômio Judiciário em 1938, quando assume a cátedra na faculdade de medicina.

Em discurso proferido na aula inaugural do curso de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, publicado no ano de 1936 nos Arquivos da Assistência Geral a Psicopatas do Estado de São Paulo,¹¹⁶ Pacheco e Silva, enquanto professor, discorreu sobre as separações entre psiquiatria e neurologia, buscando frisar uma forma muito própria do saber psiquiátrico no que se refere em compreender os caminhos da mente “desviada”:

Não há, meus senhores, melhor caminho, para bem se conhecer a mente sã, do que se recorrer à observação da mente desviada do seu curso normal. Nesta, as reações instintivas se realizam livremente, sem malícia, sem interesses, sem o crivo dos preconceitos sociais. Despido de todas as inconveniências, liberto das forças frenadoras, o homem, sem dissimulação e com sinceridade, nos oferece aqui uma fonte inesgotável para estudos psicológicos, que para serem profícuos terão que ser pacientes e meticolosos.¹¹⁷

Compreendendo os processos que se formam por meio de “práticas divisoras”, Foucault assinala que os sujeitos são constituídos em uma divisão de si em relação aos outros, de modo que as figuras da normalidade são produzidas pela nomeação e classificação daquilo que é “desviante”.¹¹⁸ Nesse sentido, a fala de Pacheco e Silva apresenta o modo como esse pensamento se estrutura de modo bastante preciso. Mostra que para se conhecer a razão é

¹¹⁶ “Aula Inaugural do Curso de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.” por A. C. Pacheco e Silva, Catedrático de Clínica Psiquiátrica. Em: *Arquivos da Assistência Geral a Psicopatas do Estado de São Paulo*. Ano I, nº I, São Paulo, Brasil, 1936. Fonte: Biblioteca de Manguinhos - Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

¹¹⁷ Idem, p. 7-8.

¹¹⁸ FOUCAULT, 1995, op. cit., p. 231.

necessário estabelecer o que é considerado como anômalo, como “solto”, aquela suposta parte não normalizada, instintiva.

É na gestão de Pacheco e Silva que essa psiquiatria organicista toma corpo, e as terapêuticas invasivas passam a ser aplicadas na instituição, como o eletrochoque,¹¹⁹ a insulinoaterapia,¹²⁰ a lobotomia e a leucotomia pré-frontal. A leucotomia, presente no primeiro caso apresentado, de “*Maria Ondina*”, era mais frequentemente recomendada em casos de esquizofrenia, consistindo em uma incisão no olho da paciente, por onde será alcançado seu lóbulo frontal, e este manipulado cirurgicamente. Mais “simples” do que a lobotomia, que tem o mesmo objetivo, mas acabava sendo bem mais complicada do ponto de vista do corte e processo de recuperação, a leucotomia foi uma terapêutica adotada em diferentes casos, e entre as mulheres “personalidades psicopáticas”, duas delas sofreram sua intervenção.¹²¹

Entre as leucotomizadas, ao lado de “*Maria Ondina*” está “*Maria Irina*”,¹²² advinda da comarca de Bauru, presa por praticar furtos nesta cidade, em 1941, aos 23 anos, parda, buscou ganhar a confiança dos funcionários do manicômio para tentar uma fuga, sem sucesso. Na visão dos médicos, sua afetividade estava normal, tendo desejos de sair do manicômio por se sentir regenerada, como dizia a paciente, e deveria ser entendida como saudável. Porém, analisam seu comportamento social como “anômalo”, visto que seus furtos eram praticados correntemente e várias haviam sido suas prisões anteriores sem que tivesse sucesso sua “regeneração”. Acreditavam que “*Maria Irina*” fosse “*maneirosa*”, iludindo todos com quem conversa.

“*Maria Irina*” mentiu para os médicos quase todas as suas informações pessoais, como a cidade natal, idade, número de irmãos, entre outras questões. Seus dados estão trocados até mesmo no prontuário, visto que os médicos se confundiram com suas histórias. É muito interessante o modo como “*Maria Irina*” parece acionar a possibilidade de contar qualquer “verdade”, e de certo modo escapa do espectro confessional. Tendo alguns “ataques

¹¹⁹ A terapia de eletrochoque passou a ser aplicada em São Paulo por Pacheco e Silva na Clínica Psiquiátrica do Serviço de Assistência aos Psicopatas de São Paulo, atendendo pacientes do Juquary e do Manicômio Judiciário, em 1941. Consiste em choques aplicados em determinadas regiões da cabeça que provocam crises convulsivas em pacientes agitados. Por sua fácil aplicação e baixo custo, o eletrochoque se mostrou “prático”, com indicação para quase todas as doenças mentais, e usado como principal modo de manutenção da ordem asilar, podendo ser aplicado em função de “maus comportamentos” entre os pacientes. Foi o maior símbolo da psiquiatria asilar até a década de 80. Ver em: MARINHO, Maria Gabriela S. M. C.; MOTA, André. *História da Psiquiatria: Ciência, práticas e tecnologias de uma especialidade médica*. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina UFABC, Universidade Federal do ABC: CDG Casa de Soluções e Editora, 2012, p. 224-225.

¹²⁰ Comas provocados por injeções de insulina.

¹²¹ MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. Punição e Experimentação em Mulheres e Meninas. Em: Anais do V Encontro Nacional Antropologia e Direito, 2017.

¹²² Prontuário localizado na caixa 134.

histéricos”, como o único sintoma que tiraria sua lucidez, os médicos atestaram que “os componentes anormais, mitomaniaca e perversão, aliadas as reações históricas representadas por “grandes ataques”, perfazem um conjunto mórbido constitucional: personalidade psicopática”.

Removida para a comarca de Bauru em 1942, retornou para exame de sanidade mental no Manicômio Judiciário em 1944, após ser presa novamente por furtar. No novo laudo escrito a seu respeito, foi postulado que seus distúrbios haveriam se agravado, com pouca possibilidade de regeneração, *“possivelmente mercê de influências ambientais (círculo vicioso para os criminosos psicopatas),”* tendo se entregado à prostituição. Desse modo, em face de sua “periculosidade”, deveria permanecer no manicômio. Depois de alguns anos com poucas informações em seu prontuário, em 1950, um ofício comunica:

A paciente goza de boa saúde física e não externa distúrbios psicopatológicos. Submetida a leucotomia cerebral bilateral, apresentou melhora de comportamento. Não só tem melhorado a conduta, como tem trabalhado com eficiência no serviço auxiliar. Interessa-se pela liberdade e parece ter recobrado, em parte, julgamento mais apurado de sua vida anti-social. Sua internação parece ter-lhe sido útil, razão pela qual somos de parecer que pode ser tentada sua liberdade sob vigilância. É nosso parecer.

No prontuário de “*Maria Irina*” não houve a folha rosada das Clínicas Especializadas, seu procedimento não foi sequer registrado senão por um ofício que comunica sua “eficiência”. Por esse motivo, é difícil precisar o número de mulheres leucotomizadas, pois outras mulheres das que não foram verificadas nas temidas folhas rosas no final dos prontuários podem ter sofrido intervenção sem que essa tivesse sido devidamente documentada.

A leucotomia foi utilizada como uma solução simples e barata para o tratamento de distúrbios mentais, e foi aplicada de modo crescente em São Paulo de modo amplo entre 1940 e 1950, sendo posteriormente substituídos paulatinamente por tratamentos psicotrópicos. Ainda assim, a leucotomia foi utilizada até meados da década de 1970.¹²³ A historiadora Maria Gabriela Marinho vê na criação do Serviço de Assistência à Psicopatas um marco decisivo para a implantação dessas práticas, de modo que por meio desse órgão que Pacheco e Silva o ligou ao Manicômio Judiciário e à possibilidade de experimentação das técnicas

¹²³ MARINHO, 2017, op. cit.

psiquiátricas recolhidas pelo mesmo junto ao quadro técnico de médicos formado pela Faculdade de Medicina de São Paulo.

Nessa busca incessante por se compreender uma “natureza” psicológica, os saberes psiquiátricos determinaram, por mecanismos positivistas e biológicos, onde se concentra a imoralidade perversa. A partir daí, nessas “práticas divisoras” que estabelecem um limite entre a razão e a desrazão, e suas gradações, o medo da “anormalidade” é que vai constituir a produção e gestão de tudo o que é considerado normal. Assim, tendo os discursos que conformaram o corpo feminino em torno do lar e da maternidade, adequando as mulheres às figuras da domesticidade feminina, os ilegalismos cometidos por mulheres foram classificados como doenças, normalizando suas condutas e de todo um discurso que passou a permear todo um tecido social.

CAPÍTULO II

Maritcidas: entre violências e dispositivos

2.1 “O medo me dominava”: violência, dominação e liberação

“Aqui termino Dr., para não ir mais longe, podes crer [que] matei para defender-me tanto a mim como a meu filho. A minha consciência é limpa em qualquer sentido, não sou criminosa covarde, nada tenho que possa me envergonhar; podeis trabalhar (...), com todo o amor em prol de minha defesa, por que tenho certeza e confiança em mim, sobre o acto que cometi. Antes de ir para o sertão andava de cabeça erguida, depois do acto a mesma, e voltarei de cabeça erguida, por que não tem esse que possa me apontar e aprovar. Mesmo que queiram.”

O trecho acima foi retirado do prontuário de “*Maria Francisca*”,¹²⁴ branca, então com 27 anos, presa no dia 25 de novembro de 1935 por ter matado seu marido. A citação é o último parágrafo de uma carta escrita por ela, com destino a seu advogado. Possivelmente não entregue ao destinatário, já que se encontra dentro de seu arquivo. Feita a próprio punho, a carta conta com doze páginas numeradas, escrita com letra miúda, algumas vezes espremendo de duas a três linhas escritas em uma única linha de caderno. No documento, “*Maria Francisca*” relatou a história que viveu com seu marido, iniciada quando tinha apenas nove anos de idade e do mundo de violência que a partir desse momento ela adentrou. Tendo matado seu marido para se defender, em sua narrativa minuciosa e detalhada, os episódios de sua vida aparecem com vivacidade em sua escrita:

“Em 1917 tinha eu nessa ocasião apenas 9 anos, (...) nessa mesma idade vim conhecer o J.C. e por infelicidade viemos ser vizinhos; sua mãe com a minha mãe já eram velhas conhecidas. Minha mãe sozinha trabalhava para nos sustentar, e eu já com 9 anos, e também boa aluna de escola, já estava no 3º ano, as forças de minha mãe não dando para sustentar os meus estudos; ella foi obrigada a tirar-me do grupo escolar; e passei a estudar em casa, tendo em meu auxílio o J.C. os primeiros dias seguiu muito bem, mas, creança ainda, muito acanhada, não me foi possível continuar aquelas pequenas horas de estudo com elle, por razões de que tornou-se um rapaz audacioso, eu disse a minha mãe que não queria mais dar lições com elle, e (...) me retirei já ao mesmo tempo dando-lhe o meu desprezo. Era uma criatura infeliz, infeliz porque em todo lugar eu encontrava-o, perseguia-me, sem nada compreender, sentia por elle uma grande antipatia, e por ali os anos foram passando, e meu desprezo por ele tornou-se cada vez maior. Perseguiu-me quando eu ia para o trabalho e quando (...) ameaçando-me sempre, caso encontrasse eu conversando com algum rapaz, etc. Eu com tão pouca idade já tinha dele um medo terrível, e assim foi até meus doze anos. Não podendo o mais suportar e nem convencê-lo, com as minhas franquezas e desprezo, fui obrigada a tocá-lo de minha casa; Passado dias num domingo em que tinha chego do meu trabalho, quando ele chegou inesperadamente para mim e me disse você me dá o seu casamento, ou não: e eu ao mesmo tempo respondi-lhe; é impossível casar-me com você (...): e ao mesmo tempo vi que elle ia levando a mão no revólver e ao mesmo

¹²⁴ Prontuário localizado na caixa 352.

tempo corri para o lado de minha mãe que se achava no quintal; mas (eu nada) disse-lhe. O medo me dominava.”

A narrativa que “Maria Francisca” construiu sobre si e sobre sua história abre uma possibilidade de refletir a sua escrita como uma prática que dá sentido à própria existência. É nessa perspectiva que o historiador Philippe Artières reflete sobre as várias dimensões que os arquivos tomam na construção das verdades na esfera social e individual. Para o autor, por meio de escritos autobiográficos o “arquivamento do eu” pode manifestar uma prática de elaboração de si e de resistência, sendo preciso analisar os modos como esse arquivo liga o indivíduo às injunções sociais, como foi realizado esse arquivamento e como se manifesta na escrita a intenção autobiográfica. Os escritos pessoais foram valorizados pela medicina a partir do século XVIII e XIX, momento em que na sociedade ocidental “estabeleceu-se progressivamente um formidável poder da escrita que se estende sobre o conjunto do nosso cotidiano: (...) para existir, é preciso inscrever-se: inscrever-se nos registros civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias”.¹²⁵

Assim, Artières analisa os registros pessoais de um homem preso no século XIX que fez um arquivamento de suas memórias, primeiramente de modo espontâneo e em um segundo momento a pedido do médico. Refletindo sobre os modos como o prisioneiro conduz a sua narrativa autobiográfica, o historiador nota a condução de uma narrativa que visa uma elaboração do próprio destino, trazendo os episódios que compõem sua vida, mostrando uma coerência da própria existência.¹²⁶ Ao escolher os arquivos pessoais de um homem preso, o autor reflete sobre a intenção autobiográfica da prática da escrita, que não se dá de modo neutro, ainda mais quando sua produção se dá dentro de um ambiente institucionalizado como a prisão, ou, em nosso caso, o Manicômio Judiciário.

O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo.¹²⁷

¹²⁵ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.9-34, 1998, p. 12.

¹²⁶ Idem, p. 28.

¹²⁷ Idem, p. 31.

Tendo em vista essas ferramentas, penso que o modo como “*Maria Francisca*” desenvolveu sua narrativa pode ser analisado mais de perto como uma “tecnologia de si” e como prática de “arquivamento do eu”. Desse modo, aludindo a um modo de construção de si que visa reunir em sua história a argumentação para a sua própria defesa, é possível construir um olhar que acolha o modo como sua subjetividade fica impressa nessas páginas.

No arquivo consultado nesta pesquisa, raríssimos são os relatos que as mulheres fizeram sobre si mesmas. Como descrito no capítulo anterior, as mulheres foram ditas pelos médicos e esse é praticamente todo o material disponível para que possamos pensar suas histórias, buscando capturar nas entrelinhas pequenas falas de autoria feminina, já enquadradas pelo discurso médico. Em alguns prontuários existem bilhetes ou pequenas cartas de familiares buscando informações sobre o paradeiro das pacientes, um fragmento ou outro que dificilmente compõe uma história sobre a vida de alguma delas ali. Como notícias, os prontuários analisados figuram possibilidades de olhar suas histórias por um outro prisma, mas não nos contam sobre o encadeamento dos fatos, na visão das “*Marias*”, de como chegaram até ali.

Nesse sentido, a história de “*Maria Francisca*” destoa de todas as outras, e não é somente por se tratar de uma carta escrita pela própria mulher, fato este que já traz consigo muitas significações para este trabalho, mas pelo modo como sua escrita é elaborada. Em vistas não apenas de se confessar ou se explicar para quem possa lhe defender, ainda que também seja isso, a sua escrita se insere no jogo de poder em vistas de reclamar sua liberdade. Chama atenção o fato de que “*Maria Francisca*” não centralizou sua narrativa na história do assassinato e não explicou com maiores detalhes de que modo isso aconteceu, como costuma ser o que é requerido nas práticas confessionais da prisão e do hospício. O crime cometido foi assunto apenas do último parágrafo. O assunto mesmo da carta parece ser a sua história de vida e o modo como o desenrolar dos acontecimentos se deu ao longo de seu casamento precoce.

“Elle tratou de tudo, falcificou a minha idade, e no ano de 1923 no mez de maio completei 15 anos, e casei-me no dia 13 de outubro; as 9 horas da manhã, e fui morar em Sta Adelia, depois de uns dias fomos pra Cedral, e dali um mez fomos para (...) na Villa Xavier, e fiquemos lá 6 mezes, passemos a residir em Taquaritinga, onde tive a minha primeira filha. Nesse mesmo ano de 1924 mez de dezembro fomos para R. preto, e dia 8 de janeiro de 1925 a minha filha faleceu. Meus sofrimentos aumentaram-se, estando já grávida de meu filho Milton, e residindo na Vila Ercília. Residindo na villa quasi 5 anos, nunca frequentei casas de vizinhos, vivia como se fose eu só no mundo, assim era obrigada, de modo que a primeira vizinha que veio em minha casa foi a D^a Thereza, muito desembaraçada e

*bastante agradável e serviçal. E assim passaram-se uns anos. Era (...) de todos elles. A Thereza e meu marido tornaram-se (...) de minha casa; eu vendo isso queixei-me para meu marido, **tive por resposta palavras pesadas e um tapa em pleno rosto.** E sempre resignando e tendo paciência, esperando que ele se regenerasse. E mais filhos fui tendo, e mais anos foram passando, sem esperança alguma. E eu também costurava para ajudá-lo, e também cheguei a costurar para prostitutas delle, e sendo o meu serviço pago com o mesmo dinheiro delle. E mesmo sabendo de tudo isso, era obrigada a fazer e calar-me, sob suas miseráveis ameaças.” (Grifo meu)*

“*Maria Francisca*” relatou o modo como se manteve isolada em sua casa ao passo que seu marido tratava de tantas mudanças de cidade, deitava-se com várias mulheres e inclusive com a única mulher que estava mais próxima dela, sua vizinha. Sua escrita é bastante intempestiva, a narrativa é entrecortada de memórias fragmentadas, emoções e traumas vividos, que “*Maria*” busca ordenar em um sentido cronológico. O modo como ela acumulou tantas palavras em uma única linha de caderno é um padrão até a página 8, depois disso, cada linha é escrita em uma linha de caderno. Interpreto que no início de sua escrita, até mesmo um pouco confusa, “*Maria Francisca*” sabia que tinha muito a dizer, mas não sabia o quanto, então economiza nas linhas. Seguindo o fragmento acima, “*Maria Francisca*” não teve só duas gravidezes, mas sete. Todos seus filhos, exceto o último, morreram com pouca idade.

“E assim passei esses anos de pior a pior, no ano de 1930 mudamos para a colonia de casas pertencente ao Sr. Julio Gonsalvez, passando o meu marido a trabalhar, no seu armazém de café, nesse mesmo tempo faleceu a 5ª filha minha de 6 mezes, eu já em véspera de outro, ali também sofri horivelmente, os seus maus tratos, e desprezo: eu me achava já bastante grávida e também gravemente doente, sem ter uma pessoa junto de mim, principalmente à noite, e assim foi indo até o dia 18 de dezembro, de 1930, e que dei a luz do meu sexto filho. Tendo ao meu lado a minha mãe, meu filho depois de 9 dias faleceu a tardezinha e eu num estado de (...), [eu] bastante abatida, nesta noite em que meu filho faleceu, tive por companhia no meu quarto, não o meu marido, mas sim, a sua amante Zulmira e D. Tereza, a tal da comadre, ambas moravam juntas. Meu marido nem sequer respeitou as famílias que se achavam nessa casa guardando o cadáver de meu filho, cousa que deu o que falar [para] o povo de Rio Preto; eu nesse ano de 1930, eu estava casada há de 7 anos e 2 meses, e com a idade de 22 anos: no mês de janeiro de 1931, elle, para ficar livre de mim, e vendo que eu não morria, de geito nenhum, levou-me embora para a Barra Dourada; indo trabalhar lá numa machina de café; e lá me deixando, e passando elle quasi constantemente em Rio Preto, e eu fiquei sendo sua empregada na machina de café, tomando conta de tudo, e até atendendo fregueses que vinham de longe, altas horas da noite, pelo motivo que era difficil encontrá-lo em casa; era fregues [e] precisava atender. E sentindo-me cada vez mais enfraquecida de saúde, mas não podia queixar-me. E assim fiquei lá 1 anno, e voltamos para Rio Preto em dezembro de 1931: -

-- em 1932 fomos para Vila Teves, onde eu fiquei quasi que boba, devido enfraquecimento do 'selebro'".

Queixando-se das violências físicas e psicológicas sofridas pelo marido, “*Maria Francisca*” relatou o modo como foi desrespeitada em seu casamento pelas infidelidades dele e pelo modo como viveu o sofrimento de perder os filhos sozinha, acompanhada de novas gravidezes. Envolvida pelos mandos e desmandos do marido, “*Maria Francisca*” relatou uma história de solidão estando absolutamente à mercê das vontades dele. Em uma passagem, narra que no ano de 1932 seu marido foi convocado para servir ao exército, ficando neste período com muito pouco dinheiro, mas tendo conseguido se manter por meio de suas costuras. O irmão de seu marido lhe fez companhia durante esse tempo, mostrando-se um bom amigo. Nesse momento de sua vida, “*Maria Francisca*” contou que “*esse foi o tempo em que depois de casada eu me senti mais feliz, foi essa ausência dele.*” Até este momento, ela conhecia apenas a farmácia e a casa do médico da família na cidade de São José do Rio Preto, onde residiam. Quando seu marido se ausentou, e na companhia do cunhado que discordava fortemente do tratamento que seu irmão dava para “*Maria Francisca*”, ela contou que passou a dar pequenos passeios na cidade, saindo vez ou outra.

Em outra passagem, narrou sobre o desenrolar de um episódio na qual se hospedaram na cidade de São Paulo por um período de tempo em que seu marido passou por um procedimento médico:

“Viemos embora para R.P., meu marido se tornou ainda pior, chegando a dizer que eu tinha amante em SP, sendo que era a primeira vez que eu ia em São Paulo, etc. Respondi ao meu marido por que razão ele me desrespeitava tanto assim, e não se considerava a si mesmo, e fazendo de nossa casa uma prisão, do que mesmo de família. Pelo ciúme que ele tinha, suas respostas eram sempre as mesmas: um de nós dois tem que desaparecer e assim por diante. Nesse mesmo tempo uma noite ele chegou em casa mais furioso do que nunca e de revolver na [cinta?], e ele me disse “acorda, preciso falar-te”, respondi-lhe: “ainda não dormi”. Ele me disse “quero saber de você, me fala de teus amantes, etc”. E depois respondi-lhe: “Como já estou cansada de viver assim, tantas falsidades e tantas calúnias, isto não pode continuar assim, você precisa se considerar mais um pouco, não traga mais homens aqui, nem de noite nem de dia, vê que a nossa casa é só frequentada por homens? Não vem visita de senhora nenhuma, só de homens, e com o comportamento que tens etc. Tudo isto, vê, outros reparam, uns falam porque não convivem com suas famílias, outros por despeito, etc. Nessa noite eu não era mais esposa e nem companheira, eu era amiga conselheira, fiz ver-lhe tudo, e foi tudo inútil, elle queria que eu confessasse, que dissesse que tinha um amante; Dr, como poderia eu dizer que tinha se não tinha, elle queria que eu dissesse, que eu fracassasse, para ele ter razões para dar cabo de mim. Mas a minha força de vontade foi mais forte que elle, levei o pensamento em Deus, e pedia de coração puro para com

elle(...) Graças a deus elle se acalmou, perguntei a ele quem era o protagonista desse drama.” (Grifo meu)

Em muitos momentos de sua escrita ela frisou o fato de seu marido tomar alguma atitude de se mudar para outro lugar, ao perceber que ela “*não morria de jeito nenhum*”. O último ato tomado pelo marido foi o de levá-la para o sertão, por este mesmo motivo, lugar onde o crime aconteceu, como veremos no desenrolar da história, mas o que parece interessante no modo como conduz a sua narrativa e de que constantemente este homem fazia intervenções na rotina de “*Maria Francisca*” a fim de mantê-la isolada.

“Eu me achava muito doente no ano de 1935, dizia o Dr. Borges que eu precisava me operar-me, uma vez ele indo para São Paulo ele me levou também, e lá fui consultar-me com a Dra. Carmem Escobar Peres, médica, dizendo-me ella também que era necessário operar-me, e pedindo ao Dr. que me deixasse lá, que ella cuidaria muito bem de mim, etc. Ele vendo que a Dra. se simpatizara muito por mim, tratou logo de me tirar-me dela, dizendo que não; a doutora ficando muito desapontada devido aos modos dele disse: “vai filha, e que sejas feliz”. Voltamos para Rio Preto, elle com uma pressa doida para que eu fosse me operar; fui para a Casa de Saúde Santa Helena e lá me operaram, e eu de cama vi dele o maior desprezo, em que o mesmo não passou uma noite comigo e ninguém, sendo os enfermeiros obrigados a deixar o portão pequeno encostado, porque ele só vinha altas horas da madrugada. De 7 dias fui para casa, mais morta do que viva, sem tomar uma injeção de fortificante, e mais doente ainda, e tendo a sinusite há anos. Quando ele viu que eu estava salva da operação, e quando fez um mês, elle me fez ir doente ainda e enfraquecida da operação, ir em Villa Toledo, (...) chegando na vila as 4 horas da tarde, descansando num dia e voltando no outro, me senti muitíssimo abatida com essa viagem tão estúpida, mas enfim as minhas queixas de nada adiantavam mais, e assim foi até o mês de outubro, elle já há dois meses que ia e vinha, para o sertão de (...), e sempre forçando-me para me levar; (...) E assim ele me obrigou a ir para o sertão, no mês de outubro, dia 6, dizendo a todos que era só por uns 8 dias.”

E foi nesse “sertão” que os fatos se desenrolaram. Aqui cito as duas últimas passagens da carta de “*Maria Francisca*”, que apesar de serem bastante longas, é a melhor narrativa dos últimos dias que viveu com seu marido:

“No dia e na hora de me despedir do cunhado, ele me disse: “não sei o que o meu irmão quer fazer com você naquele sertão”. Eu respondi a elle: “eu sei como eu vou, mas não sei como volto e, adeus”. E saí. Meu filho me acompanhou até a esquina onde tomamos a “jardineira”, e meu filho me disse “mamãe, volte logo, não deixe papai segurar a sra lá”. Entre abraços e lágrimas nos despedimos, pensando que eu jamais tornaria a vê-lo e, pensando assim, assim eu cheguei no sertão, fui conduzida para dentro de uma tapera e lá fiquei cuidando de meus deveres de casa; assim passou-se oito dias, pedi a elle que me levasse embora, respondeu-me mais adiante “você ainda não viu nada”, me levando para passear pelo mato, até a

quarta légua de distância, e atormentando-me para o suicídio; quando eu reagia elle ficava furioso, e me dizia: “aqui eu posso fazer-te o que eu quero, e você pode gritar que ninguém te ouvirá”. E ia dando jeito para fazer do melhor jeito possível, para que notassem que fui eu que me suicidei. Vendo tudo isto, eu não lhe dava as costas (...) E assim passei mais dias, cada vez mais ameaçada. No mês de novembro meu cunhado foi para Itirapina, ficando meu filho em casa alheia, eu pedia para ele que me levasse embora, que o menino não podia ficar assim. Elle concordou, já fazia um mês e tanto que eu estava nesse martírio.

Quando chegou o dia eu me aprontei, e tomamos a estrada. Quando tínhamos feito um bom trecho, elle disse: “você não vai embora”, voltamos para trás. Sob aquele olhar furioso eu obedeci e rezei: “Ah Deus divino, olhae meu filho para mim e proteja-me deste homem”. E na volta do caminho ele me disse: “custei para te trazer aqui, aqui não tem nem teu cunhado nem o teu filho! Podes chorar o que quiseses, que daqui não voltarás mais”. Que medo horrível que se apoderou de mim, sem ter ninguém, sem ter quem me defendesse, eu só pedia, ah Deus, se há um Deus no céu proteja-me, defenda-me deste homem, se eu mereço. Dizia-me elle que (...) vinha para Rio Preto, e ia levar meu filho para passar uns dias comigo, e depois levaria elle para um colégio em SP. Elle já estava com os planos delle feito: eu cada vez mais doente, tinha uma nuvem ante meus olhos, parecia que via coisas horríveis, aquelles homens horríveis me arrodando, rindo e contentes de sua glória, e assim fui indo. Elle vinha sempre de Rio Preto e me dizia que ia ver a favorita delle.

“*Maria Francisca*” narrou os acontecimentos de cárcere que viveu com o seu marido, que se recusava a trazê-la de volta para a cidade. Segundo seu relato, conforme avançavam os dias, ela começou a sentir-se fraca e passou a ter alucinações de homens ruins perseguindo-a e rodeando-a. Trazendo imagens do seu desespero, “*Maria Francisca*” descreveu o modo como estava se sentindo, com uma nuvem ante os olhos, enxergando perante de si coisas horríveis. Sendo sistematicamente ameaçada, acreditava que esse estado mental em que se encontrava fazia parte dos planos sórdidos do marido para que ela adoecesse.

*E assim foi até o dia fatal. Nesse dia elle me disse: “vá para a casa da Marcolina buscar feijão para uns camaradas, e na volta vou te fazer uma tocaia. Eu disse-lhe “**deixe disso, que o medo pode não fazer nada, e pode fazer tudo**”. Ele rindo me disse: “Bem que você tem medo, e por isso pode esperar”, como quem diz, talvez assustando assim: “ella morreria”. E era fácil, pois eu sentia já o meu coração bastante doente e fraco, tinha dias que parecia que ia parar, por não ter forças suficientes para trabalhar. E assim eu toquei o animal e atravessei uma légua de estrada entre o mato, Marcolina já sabia um pouco a vida que eu tinha, mas nesse dia eu sequer me queixei com ella; e não encontrando o feijão, me despedi e voltei, já o sol desaparecia por entre as matas, devido ao tempo de chuva que ameaçava. E assim vinha vindo, qualquer barulho de bicho que vinha do mato, parecia que eu me desfalecia de tanto medo, parecia-me os mesmos homens horríveis desdentados rindo ameaçando-me, parecia-me que eu combatia, explicava, chorava, etc, mas de nada valia, as forças delles eram superior a minha, nada comovia elles, e assim ficava, horas, dias, e quando*

*voltava a mim, eu estava no mesmo lugar cansada, chorando, e depois passado um momento é que me recordava, o [que] tinha passado antes, e pensava: “estou ficando alucinada, não tenho ninguém por mim a não ser o meu carrasco, que é o meu marido”. E assim cheguei em casa. Ele ainda disse: “viu a tocaia?”, respondi-lhe: “você não foi”. Ele ainda tornou a dizer seu por pensamento: eu fiquei muda, a vontade de chorar me embargava a voz; [desci] do animal, entrei. Elle me bateu nas costas e disse: “isso não é nada, a noite você verá”. Com aquele “verá”, senti que a alucinação me voltava, e fui para a cozinha, arrumei-a, ajudei por ali, para disfarçar aquele quadro que me atormentava, mas era impossível, elle estava sempre me perseguindo e assim fiquei até altas horas da noite, parece que me levantei e fui para o quintal, **minha cabeça parecia um foco de fogo**, eu já não pensava mais. Quando voltei dei com as armas ali no alcance das mãos, e passando a mão numa dellas, atirei-o, completamente alucinada. O empregado Pedro, que dormia em casa, acordou com os estampidos, vendo o seu estado de lucidez, conduziu-me para a casa do Sr. Santos, e ali fiquei altas horas da madrugada, e que vi mais ou menos os trajes que eu estava, sim, em trajes menores: e ali fiquei até chegar o inspetor de V. Magda. Entreguei-me para a polícia de Monte Aprazível e ali fiquei o meu sumário até dia 13 de fevereiro, dia 16 vim-me embora, e aqui estou aguardando o dia do meu jure.” (Grifos meus)*

Seu relato termina com a passagem do início deste capítulo, da qual retomo as últimas palavras: *“Antes de ir para o sertão andava de cabeça erguida, depois do acto a mesma, e voltarei de cabeça erguida, por que não tem esse que possa me apontar e aprovar. ~~Mesmo que queiram~~”*. A rasura da última frase é da própria “Maria Francisca”, da qual pode ter desistido de escrevê-la, mas que nesta análise fica até mesmo ressaltada, propositalmente. Penso que quando “Maria Francisca” anota “mesmo que queiram”, é como se ela soubesse que outros vão apontar e desaprová-la, mas quando ela risca, é como se mostrasse que não importa, que não tirariam a sua verdade escrita naquelas doze páginas das quais aqui apresentei fragmentos.

Ainda que seja uma carta escrita dentro de um manicômio judiciário, sendo o propósito da narrativa mobilizar a defesa do seu advogado – e nesse sentido a carta também se insere em um jogo de poder da qual a autora busca uma compensação de outrem, podendo comover algum tipo autoridade com o seu relato e assim conquistar a liberdade – pode-se compreender que “Maria Francisca” constituiu em sua escrita um espaço múltiplo, onde também é possível vislumbrar a elaboração de uma ética sobre seu ato por meio da memória de sua história de violência. Nesse sentido, “Maria Francisca” rememorou em sua escrita a história de sua vida a partir de um ponto que converge todos os fatos: a violência encarnada na figura do marido.

Nas peças de seu processo, junto a seu prontuário, o relato de “Maria Francisca” à polícia – e o modo como as autoridades transcreveram esse relato – teve um conteúdo muito

parecido ao da carta, de modo a sua versão de dos fatos se sustenta durante todo o tempo. Tendo erigido toda a sua vivência emocional e material ao lado do homem descrito por ela, tendo sua mobilidade restrita a se comportar como esposa e mãe dos filhos que teve com ele, assistindo-os morrerem, e em companhia de mulheres que acreditava serem as amantes de seu marido, “*Maria Francisca*” relatou uma vida de sofrimento por conta das violências físicas, mas principalmente das violências psicológicas, de modo que ele esteve no domínio de todas as decisões que ela deveria ter tido consigo mesma.

Se a escrita e as formas de conhecimento inserem os sujeitos nos discursos, e em determinado modo de se contar uma história, como trabalhado no primeiro capítulo em relação à produção dos arquivos judiciais, a escrita do sujeito sobre sua história possibilita que um outro olhar seja construído perante as instituições. Pensando as práticas feministas, a filósofa Margareth McLaren reflete sobre a escrita de si proposta por Foucault, trazendo a ambivalência do ato de confessar-se e de elaborar-se:

O sujeito é subordinado pelo discurso dominante que o impele a confessar, mas também se torna um sujeito através desse processo de falar. Escrever, também, posiciona o sujeito de modo ambivalente. A escrita de avaliações ou históricos de casos contribui para a objetificação do sujeito, enquanto a escrita de si contribui para a própria autoconstrução ativa do sujeito.¹²⁸

Assim, McLaren reúne contribuições do filósofo para refletir a questão da construção do sujeito moral e a produção da verdade no que se relaciona às questões feministas: “Quem pode falar? Sobre o quê? O que acontecerá? E quais relações de poder estão atuando com relação à prática de falar a verdade?”¹²⁹ Colocando os discursos de verdade sob mira, aqueles que já organizam verdades sobre os comportamentos femininos em diagnósticos e sentenças, como no caso dos prontuários, questionar-se sobre o lugar de onde a verdade é enunciada coloca o problema de não encontrar a contrapartida, na maioria das vezes. Nesse sentido é que a carta de “*Maria Francisca*” nos coloca sob uma evidência valiosa: sua carta é a contraparte. Nela são explicitados os porquês de não mais poder levar a vida que vivia, em uma escrita que denota que “*Maria Francisca*” havia compreendido que as atitudes de seu marido não poderiam ser justificadas pelo fato de ser seu “esposo”. Muito pelo contrário, aparentemente desde os 9 anos ela já entendia que as atitudes daquele rapaz eram

¹²⁸ MCLAREN, 2016, op. cit. p. 194.

¹²⁹ Idem, p. 200.

estranhamente invasivas. Aos 12 anos, quando recebeu o convite de casamento, a peça de seu processo é mais detalhada que a própria carta:

Passados uns dias, J.C. disse que se a declarante se casasse com outro homem, ele mataria ambos a tiros; que a declarante recebeu uma carta, ameaçando-a de morte, caso não aceitasse o casamento; que diante das ameaças e a insistência de J.C., a declarante, com medo de ser assassinada, consultou sua mãe e, constrangida, concordou com o casamento, tendo sido realizado no dia 13 de outubro de 1923.

A violência conjugal como um modo de vida apresenta-se na história de “*Maria Francisca*” e em muitas outras. O que chama atenção no seu caso é como foi possível que ela estivesse por tanto tempo submetida aos domínios desse homem, com quem se casou sob ameaças de morte. Seu relato deixa entrever que se casou com “J.C.” por que não teve a quem reclamar ajuda para sair dessa situação. Na passagem acima, ela relatou à polícia que consultou sua mãe antes de aceitar a proposta de casamento, e que a mãe não lhe pôde ser suporte, já que também se viu de mãos atadas perante a ameaça de morte. Na carta, onde relatou essa mesma cena, “*Maria Francisca*” assinalou: “*O medo me dominava*”. Quando estavam indo para o sertão, lugar em que aconteceu a cena do crime, ela contou: “*Que medo horrível que se apoderou de mim, sem ter ninguém, sem ter quem me defendesse, eu só pedia, ah Deus, se há um Deus no céu proteja-me, defenda-me deste homem, se eu mereço*”. Quando “*Maria Francisca*”, no sertão, voltou da casa de Marcolina, já “avisada” sobre as tocaias do marido, sentindo-se “alucinada”, novamente o medo: “*E assim vinha vindo, qualquer barulho de bicho que vinha do mato, parecia que eu me desfalecia de tanto medo, parecia-me os mesmos homens horríveis desdentados rindo ameaçando-me*”. “*Maria Francisca*” estava sozinha e por isso tinha medo.

A solidão presente nesse relato está para além de uma solidão afetiva, da qual poderia estar “acompanhada” no caso de ter tido um outro tipo de casamento. A solidão de “*Maria Francisca*” é a solidão da vida privada na qual, durante a década de 1930, ainda era uma esfera em que a política não permeava. Nesse sentido, o casamento pode ser considerado como uma instituição total, nos dizeres de Marcela Lagarde, “se assemelhando à prisão e ao manicômio em que os indivíduos se encontram sozinhos e a mercê do poder, desarmados e em absoluta desigualdade”.¹³⁰ A autora argumenta que muitas vezes as mulheres não têm uma legislação ou mesmo força para se inserir no espaço público e encontrar onde se apoiar,

¹³⁰ LAGARDE, 2005, op. cit. p. 284.

como acontece em outras instituições laicas e democráticas, e que isso se dá pela separação entre os espaços público e privado. O mundo público, espaço das regras sociais, leis, economia e história se contrapõem ao privado, entendido como pessoal, onde não existem questões sociais ou aplicabilidades históricas: “é o reino *del pater* em que tudo se sucede porque sim, porque assim tem sido sempre e seguirá sendo. É o mundo em que não há história, senão força da natureza ou vontade divina, espaço fértil da violência”.¹³¹

De forma análoga, a relação entre violência, patriarcado e esfera pública aparece na análise da antropóloga Rita Segato, para quem a história da esfera pública é a história do patriarcado.¹³² Segato faz uma reflexão sobre a construção das estruturas binárias, em que a partir da figura do sujeito universal masculino, branco e heteronormativo, o espaço público foi erigido, tornando tudo o que é diferente como *o outro*. A construção do gênero, nesse sentido, faz parte dessa construção da figura do outro, já que as mulheres não puderam permear o espaço público pelo fato de serem *o outro* do masculino. Remetidas ao espaço *outro*, o espaço privado foi constituído como um lugar íntimo e a-histórico, dos domínios da natureza, ou ainda, como espaço que deveria ser submetido ao espaço público, tido como universal: “visto dessa forma, a história da esfera pública ou esfera estatal não é outra coisa do que a história do gênero”.¹³³ Sendo a esfera pública o lugar de enunciação discursiva, o espaço privado é “defenestrado e colocado no papel residual de outro na esfera pública: desprovido de politicidade, incapaz de valor universal e interesse geral. Margem, verdadeiro resto da vida pública, é imediatamente compreendido como privado e íntimo”.¹³⁴

É nesse espaço isolado da vida privada que se desenrola o drama de “*Maria Francisca*”, onde parecem não terem existido possibilidades ao seu alcance para manter este homem fora de sua vida. Alguém que, como é relatado por ela, queria vê-la morta, buscando minar suas forças, mantendo-a cada vez mais isolada. Contínuas mudanças da cidade para o campo, deixando-a por lá e depois buscando; a não permissão dele para que ela realizasse a cirurgia no espaço que estava mais preparado; o modo como ele a manteve sob cárcere privado nesses “últimos dias” no sertão, apartando-a de seu filho; o modo como ele só lhe permitiu que existisse dentro do espaço do lar, e como continuava a desrespeitar o lar, sempre levando pessoas, outras mulheres, e lhe questionando sobre possíveis amantes. O modo como ele lhe bateu e lhe ameaçou contínuas vezes. Quando “*Maria Francisca*” rememorou sobre

¹³¹ Idem, p. 285.

¹³² SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid : Traficantes de Sueños, 2016. p 91.

¹³³ Idem, p. 94.

¹³⁴ Idem, pp. 94-95.

o período em que o marido serviu ao exército e que pela primeira vez saiu para passear na cidade em que já residia há bastante tempo, esclarece bastante o sentido da separação entre o espaço público e o privado, e do confinamento que pode ser esse lugar de intimidade da casa.

Como já foi assinalado, “*Maria Francisca*” define como “*dominada pelo medo*” o estado em que se encontrava em quase toda a sua vivência com o marido falecido. Quando narrou o modo como se deu o assassinato, “*Maria Francisca*” se mostrou bastante nervosa e ansiosa e definiu seu estado emocional como “*minha cabeça parecia um foco de fogo*” e que estava “*completamente alucinada*”. Naquele momento tão limítrofe, onde ela havia entendido que as ameaças do marido se tornariam realidade naquela noite, alguma coisa dentro de si funcionou de forma distinta de como vinha funcionando ao longo dos anos. Em um movimento que poderia ser entendido como uma forma de liberação, ainda em estado de alucinação, “*Maria Francisca*” cometeu o ato que se não a libertaria, definitivamente poria fim ao seu sofrimento vivido com o marido. Reencarcerada na prisão e depois no manicômio, conta sua versão e depois a escreve em carta, levando em consideração seu momento de “alucinação”, ela explicou os fatos que a levaram a este estado e adverte que não haveria como fazerem-na acreditar que seu ato não tenha sido em legítima defesa. Manteria a sua cabeça erguida sem se importar que lhe apontassem ou desaprovassem. Depois de seis meses no manicômio recebeu atestado de que não apresentava distúrbios mentais, e depois foi removida para a comarca da cidade de Monte Aprazível, de onde procedia, de modo que não sabemos como se deu o andamento de seu processo.

Trazendo reflexões sobre casos de “mulheres que matam”, a antropóloga Rosemary Almeida articula as representações dos crimes de assassinato cometidos por mulheres como uma possibilidade de libertação dos papéis de invisibilidade que ocupam ao longo da vida, como mães, esposas e do lar. A autora entende que existem as significações sociais em relação às mulheres, dentro dos estereótipos citados, mas que “novas significações podem surgir em relação à mulher e sua ação no mundo. O crime também faz parte dessa ação, tornando-se também uma forma de manifestação, de grito em relação a algo que não vai bem”.¹³⁵ Dessa forma, os crimes de assassinato dos maridos, representam mulheres que mudaram a sua ação, agindo diferente do modo resignado que a maioria das mulheres que sofrem violência se colocam. Desse modo, o crime contra o marido pode representar que a mulher sai da

¹³⁵ ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro : Relume Dumará : UFRJ, Núcleo de Antropologia Política, 2001. p. 37.

“condição de mulher pacata e dominada pelo homem para a condição de autora, buscando transformar a sua vida”.¹³⁶

Para além da similaridade do tema aqui abordado em relação ao estudo citado, existe uma passagem em que a autora analisa a cena de um crime cometido por uma mulher que assassinou seu marido, que podemos associar ao caso de “*Maria Francisca*” de forma interessante. Motivada pelo ciúme do marido e constantes ameaças de morte, a mulher citada por Almeida tinha 22 anos, era doméstica e se amasiou com o “finado” – como ela mesma o chamava – aos 14 anos.

(...) vivia, sob a dominação de um homem que a coibia de sair com as amigas tentando mantê-la fechada na própria vida do lar. Ela acatava, (...) vivendo nessa contradição diária, sentindo-se fortemente dominada e, como muitas mulheres, calava-se para o que o companheiro fazia. No dia do crime, entretanto, estava louca. (...) Algum motivo despertou-lhe mais a transgressão do que a submissão, culminando no desejo de morte do outro. (...) Por um instante, deixou de ser a mulher culturalmente construída, que aceita as diferenciações de gênero – o homem que bate e tem amantes e a mulher que aguenta tudo calada – para ser a mulher que busca por transformação. Tudo se inverteu. Não seria mais ela a ser perseguida, na corrida desesperada de escapar do homem, mas ela é que correria atrás e agiria como de fato agiu, através do assassinato.¹³⁷

Cito aqui um caso fora das fontes por perceber algumas similitudes entre o caso de “*Maria Francisca*” que assassinou seu marido na década de 1930 e de uma mulher que assassinou seu marido em nossa contemporaneidade. Ambos os mariticídios foram cometidos por mulheres que percebiam os problemas da relação, mas ainda assim se mantinham “pacatas” frente às violências cotidianas. Mas por algum motivo, algo que chegou ao limite, ficaram *loucas* ou *completamente alucinadas*, mas puderam inverter as regras de um jogo que, se continuasse, seriam elas as que pagariam com a própria vida. Desse modo, por meio do ato do assassinato, puderam inverter o jogo do poder para sair do estado de dominação. Nessa direção, Foucault entende que nas relações de poder existem dinâmicas de compensação entre as partes, entre sujeitos “livres”, havendo possibilidades de diversos modos de conduta acontecerem. Já nas relações de dominação não haveria possibilidades de exercício da liberdade, por se encontrarem em estados de exploração e coação da individualidade ou coletividade em questão.¹³⁸

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem, p. 39.

¹³⁸ FOUCAULT, 1995, op. cit. p. 244.

Foucault aponta que “a relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então, ser separadas”,¹³⁹ nos convocando a pensar que, no centro de toda relação de dominação, existe o querer da liberdade, que se mostra intransigente. Assim, pensa as relações por meio de um “agonismo”, nas quais a incitação e a luta são recíprocas. Nesse sentido, o filósofo Pedro Dotto reflete sobre essa formulação foucaultiana nos termos das práticas de liberdade e dos processos de liberação. Tendo nas práticas de liberdade um modelo que se refere às estéticas da existência, nas quais o indivíduo compõe sua vida como uma obra de arte, os processos de liberação não seriam o oposto disso, mas talvez um caminho para tal. A liberação é pensada em um contexto de dominação, onde aquele que libera não tinha até o momento ferramentas para sair do estado de estagnação e bloqueio. O processo de liberar-a-ação, nesse sentido, ocorre como uma fenda que produz novas significações e ferramentas para a relação de poder:

É necessário haver o que chamou de processo de liberação para garantir uma abertura mínima, de modo que as ações voltem a realizar-se em um espaço de maior amplitude de possíveis e de capacidade de condutas. (...) Libera a ação, ou, melhor, libera a possibilidade da ação que estava aprisionada dentro de uma situação de dominação em que as relações de poder encontravam-se por demais estratificadas e saturadas.¹⁴⁰

Na história de “*Maria Francisca*”, o homem que a violentou aparece em sua narrativa como a centralidade de todos os caminhos que tomaram sua história, de modo que podemos interpretar que quando sua “*cabeça parecia um foco de fogo*”, ela passava por um processo de liberação da situação de dominação pela violência do marido na qual estava submetida desde a infância. Sobre sua escrita, ela pode ser vista como uma prática de liberdade, por ter sido ao menos intencionada por “*Maria Francisca*”, que usou de seus direitos para elaborar uma forma de se defender, sozinha, mas munida de seus argumentos e da elaboração ética que pôde realizar dentro de si. Sua situação revela-se ainda em estado de dominação, não mais pelo marido, mas pela instituição, já que no manicômio sua carta serviria como evidências médicas para seu caso e seria anexada ao seu prontuário.

¹³⁹ Idem, Ibidem.

¹⁴⁰ DOTTO, Pedro. *Usos da liberdade e agonismo em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2018. p. 87.

2.2 “Espero ser perdoada pela minha franqueza”: confissão e tecnologias de gênero

“Juquery 18-2-1940

Lucinda,
 Viestes ver-me! És boa que tem Deus nunca te desampare, porque a mim virou-me as costas, e pertença a outro...
 Daqui deste hospício onde passo todas as misérias do mundo, eu sou a mais infeliz. Noites e noites eu passo sem poder dormir, pensando, serei louca? Ou não serei.
 Eu penso não ser, mas fico na incerteza, devo ser louca mesmo e pergunto a mim própria por que vivo ainda? Sou uma inútil.
 Eu que era tão boa para meus filhos.
 Queria fazer deles como homens, viviam noite e dia em meu coração. Hoje não me lembro de ninguém, não tenho mãe, pai, nem marido nem filhos. Tu Lucinda mesma (...), sou indigna de tua amizade, eu bem sei envergonhei a todos.
 Quanto mais vivo mais compreendo que não tenho gosto de viver. (...)
 Não temo a morte, pelo contrário, amo-a. Sócrates também provou aos sábios que desprezava as coisas do mundo. Já vós, minha irmã, quem sou uma desgraçada pecadora.
 Excomungada, desculpa de te chamar de irmã, nem direito tenho de ser tua irmã.
 Mas já disse, vieste ver-me aqui no hospício por que és boa. Quem é que não quer ser bom e feliz, eu também quis mas não me deixaram. Mal eu (...) os medicamentos, que estou gastando aqui, e o trabalho que todos tem comigo. Tenho vergonha, não deviam me tratar tão bem, todos aqui tem feito por mim o que não mereço. Digo mais uma vez: querer morrer não é loucura. Afirmo aqui ainda não encontrei uma louca que queira morrer, tenho perguntado a todas que aqui estão, ou então aqui não há loucas.
 E preciso que compreenda bem.
 Quem tem coragem para liquidar com a vida não é louco, e sim [um] desapego como outro qualquer.
 Morrer é preciso, tanto importa hoje como amanhã.
 Aqui não há loucos. Loucos estão lá fora; aqui estão os desprotegidos da sorte.
 Espero ser perdoada pela minha franqueza, termino com um afetuoso adeuzinho.

‘Maria Olga’”

A carta acima foi escrita por “Maria Olga”,¹⁴¹ presa por ter assassinado seu companheiro no ano de 1939. Branca, de origem portuguesa, com 34 anos de idade, “Maria Olga” foi casada durante 10 anos com seu primeiro marido, tendo desta relação 2 filhos, sendo que nos 5 anos anteriores ao crime estava vivendo com o companheiro contra quem cometeu o assassinato. Este homem, segundo o modo como foi relatado em seu prontuário, era também casado e também tinha 2 filhas, mas tendo ambos se relacionado, passaram a

¹⁴¹ Prontuário localizado na caixa 123.

morar juntos e apenas ela trouxe seus filhos para o novo lar. Segundo ela relatou para os médicos, viveram em harmonia por todo o tempo, até o momento em que o homem passou querer se separar dela para retornar ao seu antigo casamento. Neste momento ele lhe disse que a abandonaria, que estava apenas esperando que ela *“arrumasse um outro amante que a pudesse sustentar”*.

“Maria Olga” não aceitou o rompimento, dizendo que o homem a havia seduzido a abandonar sua família para que vivessem juntos, deixando-a para voltar com a esposa, da qual este nunca havia deixado de frequentar a casa e sustentá-la, bem como a suas filhas. A situação de *“Maria Olga”* parecia ser bastante distinta, de não ter para onde *“voltar”*. Segundo o laudo que foi elaborado no Instituto de Biotipologia Criminal no Presídio de Mulheres:

Enciumada e revoltada contra a atitude de seu amante, premeditou o crime e seu estado de espírito ficou de tal forma alterado (sic), que permaneceu 4 dias e 4 noites sem conciliar o sono e sem ingerir alimento de espécie alguma. Nesse estado de enfraquecimento geral resolveu eliminá-lo e, quando encontrou-o dormindo, tentou matá-lo, tendo sido impedida pelo próprio amante (sic).

No dia do assassinato, ao amanhecer, enquanto o homem ainda dormia, *“Maria Olga”* pegou um revólver do guarda-roupa e o colocou em cima da mesa de costura. Em seguida, foi no quintal pegar uma machadinha e se dirigiu até a cama onde ele dormia e lhe desferiu 3 golpes na barriga. Sua ideia era matá-lo com a machadinha e se suicidar com o revólver. Ela relatou aos médicos que o homem ferido se levantou, perguntando-lhe o que estava acontecendo, respondendo ela que *“morresse tranquilo porque ela também morreria. A seguir tomou o revólver e o levou ao ouvido para suicidar-se, quando ele a segurou pelos braços. Desfechou-lhe então toda a carga da arma”*, tendo o homem morrido em seguida. *“Maria Olga”* dirigiu-se então para a casa de seu cunhado – não sabemos se irmão do primeiro ou do segundo marido – e de lá seguiram para a delegacia, onde ela se entregou, algumas horas depois do assassinato.

Segundo os esclarecimentos que *“Maria Olga”* deu no dia no ato, os médicos descreveram que *“era de seu firme propósito suicidar-se, para deixar exemplo aos homens que tem responsabilidade de família, os quaes não devem causar a desgraça de muitos lares, como o fez o amante, quem infelicitou a sua própria família e a levou a desgraça”*. Em seu processo criminal, anexado ao prontuário, as autoridades emitiram um juízo do ato criminoso, entendendo que o homem havia compreendido que não se pode abandonar a família, um homem bom que retornaria ao lar. É interessante notar que *“Maria Olga”*, que fez

exatamente a mesma coisa que o homem em relação ao primeiro casamento, não foi colocada sob o mesmo julgamento, de que deveria reatar com o marido anterior. Pelo contrário: compreendida como o pivô da separação do homem e com a esposa, foi tida como alguém que não teria uma família ou um marido devido ao fato de ter abandonado o lar, e por isso, não mais tivesse para onde voltar.

Foi recolhida no Sanatório Pinel, depois de passar por *“fortes excitações psicomotoras”* em tentativas de suicídio, depois encaminhada para a Casa de Detenção e em seguida para o Presídio de Mulheres, onde passa por análises psicológicas e corporais no Instituto de Biotipologia Criminal. É entendida como uma mulher intempestiva, de fortes inclinações impulsivas, mas não uma doente mental. *“Maria Olga”* manteve boa conduta, até o momento em que lhe chegam as notícias da negação de sua liberdade condicional. Neste momento, é acometida por algo que foi chamado pelos médicos como um *“episódio psicopático”*, na qual *“Maria Olga”* foi *“tomada por forte crise de excitação psicomotora ameaçava as Irmãs, gritava, procurando estabelecer a desordem entre as demais sentenciadas, instigando-as contra a diretoria e o médico responsável”*. Depois desse episódio, mais calma, ainda trazia a ideia do suicídio. Então foi transferida para o Manicômio Judiciário para *“cuidar do episódio psicopático”*, por *“apresentar um estado de depressão intenso após a crise de excitação psicomotora”*.

No Manicômio Judiciário, *“Maria Olga”* relatou aos médicos que não se julgava culpada, que agiu como qualquer mulher agiria *“ao se ver desprezada pelo amante que a fez separar-se do marido”*, segundo transcreveram. Os médicos assinalaram que ela era bastante impulsiva, por vezes agredindo as companheiras e enfermeiras, sendo *“de ‘gênio forte’, reagindo impulsivamente ao menor estímulo, e não acusando remorso após a prática de um ato destruidor ou agressivo”*. Ela mesma se afirmou bastante *“nervosa”* por estar em um manicômio sendo que não era louca, e dizendo que terminaria sua pena tranquilamente se pudesse voltar para a Casa de Detenção, mas que no Presídio de Mulheres *“não poderia passar nem mais um dia”*, se referindo ao tratamento rigoroso das Irmãs. Seu modo nervoso foi relacionado pelos médicos e pela própria *“Maria Olga”* à uma cirurgia realizada para não ter mais filhos, ficando registrado também sua menstruação irregular. Sem diagnóstico, *“Maria Olga”* foi registrada como quem *“não apresenta perturbação mental”*, e em 1941 foi removida para a Casa de Detenção.

A história de *“Maria Olga”* traz profundos quesitos de dor, por meio de suas vontades suicidas marcadas por uma relação afetiva na qual foi abandonada. Na carta, que parece não ter sido enviada, escrita para alguém chamada Lucinda, *“Maria Olga”* traçou uma narrativa

de confissão e sofrimento no tom da sua fala, denotando que já não pertencia mais à determinada comunidade, cristã no caso, depois de seu ato, mas que esperava ser perdoada pela sua franqueza. Em seu prontuário é notado pelos médicos o modo como ela trazia como marca de sua identidade o fato de ser católica, ainda que frequentasse de forma assídua às sessões espíritas na prisão. Assim, vemos uma mulher que seguia os pressupostos cristãos como modelo de conduta, e que por meio de sua narrativa na carta, transpassa a ideia de que espera ser perdoada não apenas pelo modo como pôde falar a verdade sobre suas emoções, mas pelo enorme sofrimento que vinha passando, já que levava em consideração o suicídio de forma sistemática.

Trazendo importantes contribuições para uma análise das práticas confessionais, Foucault analisa o modo como as práticas pastorais da igreja católica, por meio de sua hegemonia política de tantos séculos, inculcou nos sujeitos uma forma de lidar consigo mesmos que convoca uma autoridade, exterior a si, para fazer um julgamento moral – segundo os preceitos morais cristãos – de cada uma de suas condutas. O modelo do pastorado, do pastor de ovelhas e seu rebanho, promove uma instância na qual, desde o modo em que o indivíduo se relaciona consigo até cada relação que estabelece no mundo externo, passará pela marca do pecado e da culpa, e por isso, pela necessidade de agenciar um outro que possa dizer a verdade sobre si mesmo. Incitando a obediência como uma forma de virtude, o pastor deve conhecer e guiar o seu rebanho, tecendo uma forma específica de conhecimento que individualiza cada “ovelha” em direção a um exame de consciência que não é elaborado pelo sujeito, mas que passa pela autoridade do pastor.¹⁴²

Essa ideia de pastorado pode se manifestar na ideia de deus, do padre, do doutor, da ciência, ou ainda dentro relações pessoais, onde se busca que um outro diga e constitua o que se é, a partir da exposição completa de cada um de seus sentimentos mais “profundos”. Espera-se que o outro conduza a própria conduta. Nesse sentido, a confissão atua como um modo de se constituir a si próprio perante o olhar do outro, apresentando o sofrimento como uma moeda de troca, em uma relação penitencial.

Nesse sentido, em sua narrativa para Lucinda, “*Maria Olga*” se considerava desamparada por Deus, em um “*lugar onde passa todas as misérias do mundo*”. Seu relato elaborado de modo intelectualizado, citando até mesmo Sócrates no que se refere ao desapego às coisas mundanas, alude a um possível apagamento de si, em vias de ser

¹⁴² FOUCAULT, Michel. Omnes et singulatim para uma crítica da razão política. In: *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 86.

reconhecida pela dor que vinha sofrendo. Coloca-se como uma vítima dela mesma, na medida em que se sente desamparada por sua própria mente, por não entender se ela seria louca ou não, diante de seus atos. Uma única saída parece se apresentar diante confusão por não saber a verdade sobre si: mortificar-se. A mortificação de si, para Foucault, compõe as técnicas pastorais ao lado da confissão, exame, direcionamento de consciência e da obediência. Combinados, esses modos de constituir a subjetividade em nossos tempos produz uma forma de poder que individualiza cada qual perante seu “pastor”, permitindo a sujeição das pessoas a uma dinâmica que, por um lado, generaliza – “*Maria Olga*” era a detenta número 8 no Presídio de Mulheres – e, por outro, particulariza na concepção da conduta de cada um: no modo como foi retratada pelos médicos como possuidora de “*gênio forte*”, impulsiva, melancólica etc.

Para Foucault, essas técnicas como *modus operandi* do poder em nossa sociedade, têm como resultado a produção de sujeitos que se dedicam a mortificar-se neste mundo, como uma forma de renunciar aos prazeres, às vontades, aos modos de subjetivação de si para consigo mesmo. Produzem desse modo, um “corte” entre o si e a verdade do sujeito, pois a verdade de cada um será mais uma interiorização dos discursos que mobilizam o “rebanho” construído por essas técnicas, do que uma verdade produzida pelas estéticas da existência, citadas no tópico anterior. Nesse sentido, o autor afirma que “a mortificação não é a morte, evidentemente, mas uma recusa a este mundo e a si próprio: uma espécie de morte cotidiana. Uma morte que supostamente proporciona a vida em outro mundo”.¹⁴³ “*Maria Olga*” relatou para Lucinda que, de alguma forma, ela morre todos os dias: “*morrer é preciso, tanto importa hoje como amanhã.*” Se considerava inútil, já que “perdeu” aqueles a quem ela representava um papel feminino, seu(s) marido(s), seus filhos, seus pais e amigos. Demonstrou para sua amiga culpa por ser tratada com medicamentos pelos médicos dentro do manicômio, dizendo que não merece tal “cuidado”. Por outro lado, fala em sua carta entra em contraste com o que os médicos escrevem sobre ela em seu exame mental: “*Revolta-se contra que lhe é instituído, oral ou parenteral. Não se julga doente e por isso dispensa remédios*”.

Assim, percebemos, no caso de “*Maria Olga*” condutas ambíguas entre resignação e revolta sobre a situação em que se encontrava. Ainda que suas queixas e a vontade de suicidar-se fossem uma constante, ela flerta com a morte no sentido de uma redenção, um desapego de si no sentido pastoral, por “merecer” viver esta dor diante do ato que cometeu e, por outro lado, revolta-se com a sorte, sentindo como se Deus a tivesse abandonado, e não

¹⁴³ Idem, p. 87.

se arrependendo do fato, já que insinua que não há outra coisa que uma mulher, nessa situação, poderia fazer. Nesse sentido, cabe problematizar sua escrita em relação à narrativa médica pensando até que ponto a escrita confessional de “*Maria Olga*” teria traços de uma representação daquilo que a amiga poderia esperar dela, como uma mulher cristã, tendo alto grau de apagamento de si perante seu crime. Em sua conduta no manicômio, na forma como foi descrita, “*Maria Olga*” não parece ter se resignado ou aceitado algum “bom tratamento” dentro da instituição, mostrando-se mesmo agressiva em muitas situações, conforme foi descrito.

A intenção dessa reflexão não é deslegitimar a escrita de “*Maria Olga*”, mas trazer uma possibilidade de refletir sobre a disparidade de informações apresentadas em sua narrativa e na narrativa médica. A dor de “*Maria Olga*” está presente em ambas as versões, mas o modo de encarar a realidade que estava vivendo parece distinto. “*Maria Olga*” revolta-se no Presídio, incita mulheres contra o Instituto de Biotipologia Criminal em um lugar ministrado por freiras. Em outra passagem, ainda não citada, deste mesmo episódio, os médicos do Instituto destacaram: “*entremeadas com o vocabulário sem nexo e baixo que ‘Maria Olga’ estava a proferir, recebeu-nos dizendo: ‘então, o Sr. é o doutorzinho das ciências ocultas? O Sr. pensa que sabe tudo?’ e após essas perguntas ria desabridamente*”. Essa passagem denota uma revolta vivida por “*Maria Olga*” em relação ao poder médico, jurídico e pastoral dentro do Presídio. Mesmo na carta para Lucinda, buscando encontrar o tom em que ela desenvolve sua narrativa, percebemos no início uma voz de vítima e de sua sorte, e conforme ela se aproxima do fim, sinais de revolta podem ser sentidos em seu tom, ainda que encobertos por uma aura deprimida: “*Aqui não há loucos. Loucos estão lá fora; aqui estão os desprotegidos da sorte*”. Com essa frase percebemos uma singela denúncia das condições das pessoas dentro do manicômio, denotando uma percepção de que aqueles que ali chegam tiveram questões mais emblemáticas do que um simples diagnóstico de loucura.

O interessante do olhar sob a perspectiva confessional que passa pela história da “*Maria Olga*”, é que ela se confessou: tanto o seu crime, para os médicos, como na forma como se expressou à amiga, buscando, de algum modo, justificar-se, seja pelo ato ou pela dor sentida. Ela esperava ser perdoada por sua franqueza, como assinala na carta. Aqui, acredito que possamos pensar essa “franqueza” no modo como ela entende que não haveria outra coisa que ela pudesse fazer a não ser matar o esposo, frente à situação de abandono. Longe de buscar justificar o ato de “*Maria Olga*”, penso que é possível pensar uma operação na qual essa verdade em que ela trazia fizesse sentido do ponto de vista de sua construção enquanto mulher.

Como afirma Lagarde, ser mãe e ser esposa consiste culturalmente para as mulheres em viver conforme as normas sociais, sendo “de outros e para outros”, reproduzindo relações de “servidão voluntária”.¹⁴⁴ Trazendo o mito da Virgem Maria como a construção das mulheres em torno da esfera privada, a autora reflete a imagem da mulher em sua relação com os homens como meio de definir quem se é. Desse modo, as relações de poder em torno das mulheres passam pelo âmbito da conjugalidade que lhes confere obediência e devoção, sendo que, culturalmente, “para que a mulher exista é necessária a existência do homem. Ela só existe social e individualmente por essa relação. Daí a importância do laço conjugal das mulheres. Daí que devam ser esposas para existir”.¹⁴⁵ Assim, o espaço para que as mulheres existam na sociedade se circunscreve em torno do grupo doméstico, um espaço de reprodução dos valores morais da sociedade e que “organiza as relações, atividades e funções econômicas, sociais, sexuais (procriadoras e eróticas), afetivas, sociais e políticas”.¹⁴⁶

Constituindo personalidade e identidade aos indivíduos, a série de mecanismos políticos, sociais e pastorais que o indivíduo opera sobre si, a exemplo da confissão no caso de “*Maria Olga*”, é estruturada em torno de eixos de gênero, classe e etnia, produzindo o modo como o espaço privado vai ser articulado com o espaço público.¹⁴⁷ Foucault entende que essas técnicas e mecanismos constituirão um “dispositivo de sexualidade”, na qual não consiste em simples repressão das sexualidades, mas incitação ao discurso sobre o sexo que regula as condutas. A confissão, na medida em que coloca o sexo no discurso, compõe uma verdade do sujeito sobre si na medida em que:

(...) obriga a enunciação verídica da singularidade sexual, (...) um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, (...) a instância que requer confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e pelas resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se. (...) Durante séculos a verdade do sexo foi encerrada, pelo menos quanto ao essencial, nessa forma discursiva.¹⁴⁸

Assim, a verdade de “*Maria Olga*” constitui-se nesse modo como o “dispositivo da sexualidade” reverberou em suas práticas e condutas formadas no modo como estava inserida no mundo culturalmente. Como mulher e como católica, seu discurso confessional foi o

¹⁴⁴ LAGARDE, 2005, op. cit. p. 363.

¹⁴⁵ Idem, p. 367.

¹⁴⁶ Idem, p. 369

¹⁴⁷ Idem, p. 369-370.

¹⁴⁸ FOUCAULT, 1988a, op. cit. p. 61.

caminho mais conhecido para “desvendar” ou “salvar” a si mesma. Mortificando-se nas suas promessas diárias – e não cumpridas – de suicídio, o que interessa não é se ela iria ou não matar a si mesma, mas o esvaziamento de sentido de sua vida, após não mais ter um grupo doméstico no qual ela pudesse exercer seus papéis internalizados durante a vida. Havendo já abandonado um lar frente às promessas do companheiro que ela matou, “*Maria Olga*”, assim como tantas mulheres, colocou toda a sua existência nas mãos das relações afetivas, inclusive e principalmente a existência material.

É possível ter mais clareza deste argumento quando ela conta que o homem lhe disse que estaria apenas esperando que ela encontrasse um outro amante para lhe sustentar, antes de abandoná-la. Também é possível fazer uma reflexão no que se refere que o homem jamais abandonou a família anterior, e não o fez por ter sustentado a ex-esposa e as filhas, desse modo constituindo a base material de ambas as mulheres. Fato este que não ocorre em relação ao ex-marido de “*Maria Olga*”, o qual ela não cita, denotando que após encontrar o companheiro com quem havia passado os últimos anos, por este cuidar das estruturas financeiras do espaço doméstico, cortou os laços com o anterior. O interessante dessa reflexão é pensar o modo como as mulheres são socializadas para o ambiente doméstico, para “ser de outros e para outros”, e as consequências que desse funcionamento subjetivo e objetivo de suas demandas acarreta para a possibilidade de construção material e financeira da própria vida. Para além perderem os seus papéis sociais quando abandonadas por um homem, muitas mulheres, como o caso de “*Maria Olga*”, perdem também as estruturas financeiras e materiais de sua vida.

Nesse sentido, o esvaziamento de sentido que o abandono do companheiro cria na vida de “*Maria Olga*” convoca análises sobre a questão afetiva das mulheres sob um ponto de vista dos modos como essa esfera erige as demais instâncias da vida prática. Trazendo a dimensão do “dispositivo da sexualidade” proposto por Foucault por uma perspectiva feminista, a historiadora Tânia Navarro-Swain conceitua o “dispositivo amoroso”, pensando o modo como as mulheres constroem suas práticas e representações sociais por meio da ideia do amor que virá de um homem. Para a autora, uma série de tecnologias investidas pela educação, mídia e cultura promove uma constituição feminina em volta da vaidade e do casamento, tendo na questão amorosa o grande objetivo das mulheres. De modo que produz o feminino e as referências de feminilidade, inserindo as mulheres na cultura ao passo que a cultura é produzida por meio desses referenciais.

O dispositivo amoroso e a sexualidade formam a trama onde se tece e se produz o feminino – a objetivação indissociável do processo de subjetivação, a produção do sujeito de um saber e a produção do saber sobre um sujeito por meio de práticas discursivas e não discursivas diversas. As tecnologias do gênero têm assim uma dupla face, externa e interna a si mesma, que trabalha na produção do sujeito feminino em quadros de valores para os quais é e cria referência. A ação sobre si utiliza técnicas de adaptação, de recusa, de assujeitamentos aos códigos, aos limites, às normas de gênero e de sexualidade.¹⁴⁹

Buscando trazer algumas teorizações sobre a dimensão da afetividade e da vida conjugal para as mulheres, constituídas por meio de uma série de técnicas e dispositivos que permeiam as condutas da vida privada, reflito sobre esse espaço, aparentemente despolitizado e sem interesse público, ser minuciosamente constituído na forma como os corpos vão ocupar esse espaço doméstico. Nessa mesma linha, a filósofa e psicóloga Valeska Zanello aborda o “dispositivo amoroso” como o meio de subjetivação das mulheres, que, conseqüentemente, na relação consigo mesmas, são mediadas pelo olhar de um homem que “as escolhe”, constituindo assim o amor como um fator identitário para elas.¹⁵⁰ E é talvez nesse sentido que “*Maria Olga*” entende que não haveria um outro modo de reagir perante o abandono do companheiro. Destituída, em seu modo de ver, de uma outra possibilidade de existência fora daquelas impostas pelo casamento, tanto no sentido material como subjetivo do que significa ter um marido, é que ela acredita que o homem “*o levou a desgraça*”.

Desse modo, a história de “*Maria Olga*” reflete como, por meio do dispositivo da sexualidade, desdobrado no dispositivo amoroso no caso das mulheres, são compostas uma série de tecnologias de gênero — categoria pensada pela pensadora Teresa de Lauretis — que atuam no modo como as mulheres são representadas e autorrepresentadas na sociedade. Por meio das tecnologias discursivas presentes nos discursos, nas instituições, nas produções culturais, que constituem um sujeito “engendrado”, produzido por meio das experiências de sexo, raça e classe em que está inserido: “(...) um sujeito, portanto, múltiplo ao invés de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido”.¹⁵¹ Assim, o gênero se configura na sociedade como processo e produto de sua representação discursiva, bem como pela autorrepresentação que os sujeitos constituem de si ao serem interpelados pela tecnologia de gênero.

¹⁴⁹ NAVARRO-SWAIN, 2008, op. cit.

¹⁵⁰ ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba : Appris, 2018, p. 84.

¹⁵¹ LAURETIS, 1994, op. cit. p. 208

“*Maria Olga*” se apresenta, em meio à sua narrativa e pelos meandros que é possível interpretar na fala médica, como uma pessoa que, enquanto uma mulher, não pôde encontrar outros modos de se representar que não por meio do modo como foi produzida pelas tecnologias de gênero: precisaria de um homem que representasse o lugar de centralidade para que ela pudesse existir enquanto esposa, enquanto “Anjo do lar”. Do contrário, aniquilaria aquele que a impedisse de cumprir o papel que lhe foi instituído, não tendo ela ferramentas para pensar em como existir fora desse papel.

2.3 Tantos outros retratos em silêncio: marcadores sociais e raciais

As histórias de “*Maria Francisca*” e “*Maria Olga*” trouxeram importantes pontos que permeiam uma análise sobre a violência e dispositivos de gênero, dando a possibilidade de uma análise mais minuciosa pelo ponto de vista de suas narrativas, denotando o modo como pensavam sobre si mesmas e sobre os crimes cometidos. A riqueza dos aspectos trazidos nos prontuários de ambas, como já mencionado, figuram como exceções dentre as histórias relatadas nos arquivos. Se por um lado a análise de seus documentos nos apresenta uma gama de possibilidades de pensar a subjetividade das mulheres por meio das relações maritais, essas exceções nos trazem possibilidade de olhar para outros prontuários de casos parecidos, muito menos detalhados, com certa ressalva. Para além das cartas escritas pelas duas mulheres abordadas, há uma minuciosidade nos relatos das autoridades médicas e policiais que permitem que uma história concisa seja elaborada por quem se depara com esses arquivos.

Em uma série de outros prontuários, essa possibilidade de vislumbrar as cenas que se desenrolaram nos fatos na vida das mulheres se mostra quase nulas. Anotações muito rápidas dos médicos tornam essas outras histórias mais difíceis de serem contadas, mas, de um modo interessante, quando contrastadas com as mulheres acima, revelam muito mais pelas ausências do que pelas presenças no arquivo, denotando que não apenas o gênero se apresenta como motor para as violências maritais, mas que a cor da pele influenciou nas violências institucionais silenciando muitas vivências.

Vejamos a história de “*Maria Adélia*”,¹⁵² negra, “doméstica” que, em 1946, aos 21 anos de idade, assassinou seu companheiro com um tiro de uma espingarda. Estavam morando no quarto que o homem tinha na casa de sua família há cerca de 1 ano e meio.

¹⁵² Prontuário localizado na caixa 212.

Segundo o que foi relatado pelos doutores, ambos viviam em constantes brigas, e ela era por vezes detida pela polícia *“em consequência do escândalo dessas cenas”*. Um depoimento de uma testemunha em seu processo criminal, relata que ela era raramente vista na casa. O que foi confirmado por *“Maria Adélia”* é que na noite em que se deu o crime, seu companheiro estava desenrolando uma conversa com uma mulher com a qual ele havia se relacionado algum tempo antes, e que depois de uma grande discussão ela disparou a arma. Assim, seu crime é descrito como tendo sido motivado por ciúmes. Uma outra testemunha relata que já havia bastante tempo que *“Maria Adélia”* estava enciumada, pois seu companheiro estava sempre em busca de ter conversas com a mulher em questão.

Essas são as informações referentes ao crime que existem em seu prontuário. A maior parte da análise dos médicos sobre *“Maria Adélia”* deu-se em relação à sua história de vida: segundo relatam, aos 14 anos de idade teria ela fugido da *“casa paterna”* por conta de desentendimentos familiares. Tendo *“percorrido”* cidades do interior do Estado de São Paulo, trabalhando como doméstica. Descrevem que ela *“já nesta idade havia se prostituído e frequentado os lugares mais escusos, trocando de cidades e amantes, envolvendo-se em desordens e badernas, ia vivendo à sombra da sociedade.”* Contam que na época que *“Maria Adélia”* morou Novo Horizonte, foi intimada pela polícia a deixar a cidade sob pena de prisão.

No exame psíquico, é relatado que ela se apresentada *“calma e controlada, deixa[ndo] transparecer por sua atitude displicente e um pouco alheada, a impaciência e irritação que lhe causam as sessões do exame”*. Revelava-se *“francamente hostil ao examinador, respondendo aborrecida e com pedantismo as perguntas que lhe são feitas”*. Para os médicos, *“Maria Adélia”* falava de seus pais como se fossem estranhos e não demonstrava arrependimento pelo crime cometido, *“encarando-o com frieza absoluta, revelando assim um embotamento afetivo completo, (...) relata[ndo] sua vida escabrosa com naturalidade (...) denunciando uma profunda anestesia do senso moral e sentimentos éticos”*. Nas conclusões de seu laudo psíquico, é descrito que:

É de se notar logo a anormalidade da sua vida, começando pela fuga de casa aos 14 anos e terminando num assassinato após toda uma série de aventuras imoraes. Essa evidente irregularidade de conduta, a incapacidade de adaptação ao normal convívio social, seu temperamento explosivo provocando cenas escandalosas, o crime grave por motivos fúteis, expõe a nítida anormalidade de seu caráter, revelando uma personalidade psicopática onde ao lado do embotamento afetivo completo e da anestesia do senso moral, avulta a perversão instintiva

insuficientemente inibida. (...) Os psicopatas constitucionais ou personalidades psicopáticas, tem como traço caracteriológico dominante, graças ao afrouxamento dos processos inibitórios e o predomínio dos instintos primitivos.

Em resposta aos quesitos pedidos pelo juiz de direito da comarca de São Carlos, em relação ao estado mental de “*Maria Adélia*”, descrevem que no momento do crime ela “*não possuía plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato*”, e que ela seria “*perigosa à sociedade*”, devendo por isso ser segregada em estabelecimento apropriado. Em 1948 é removida para a comarca de São Carlos.

Analisando história de “*Maria Adélia*” por meio de meandros semelhantes aos da história de “*Maria Olga*”, temos mulheres com vivências distintas, escolaridade, classe, etnia e faixa etária também distintas. As histórias apresentam duas mulheres que tiveram problemas com seus “amásios” (como os médicos assinalam) quando estes se envolveram com mulheres das quais já haviam se relacionado anteriormente. Nesse sentido, motivações como o medo de ser abandonada e o ciúme, podem ter implicações parecidas no que tange o “dispositivo amoroso”, no qual uma mulher deve estar com um homem para que possa viver em sociedade. E isso é tudo o que pode ser vislumbrado em relação ao crime de “*Maria Adélia*” em relação ao seu parceiro, pois não existem maiores relatos dos médicos referentes à forma como ela rememora o assassinato. Os médicos não transcrevem o que ela disse, nem mesmo apresentam relatos de conduta da paciente, as formas como ela se mostrava agressiva, ou hostil, ou alheia. Não há descrição de seu relato ou de seus gestos, nem mesmo há a descrição de qualquer fato ocorrido na interação deles com a paciente, em um período de 2 anos em que ela permaneceu no Manicômio.

Esse contexto é muito distinto do que ocorreu na história de “*Maria Olga*”, que teve muitos episódios relatados pelos médicos tanto da prisão como do manicômio, bem como várias de suas falas transcritas no relatório médico, permitindo que fosse possível montar uma ideia das possibilidades de analisar e interpretar sua história para além de sua carta. Os escândalos promovidos por “*Maria Olga*” pareciam compreensíveis do ponto de vista do que foi relatado, seja porque ela havia recebido a negação da condicional ou qualquer coisa em questão. Nem por isso foi diagnosticada. O mesmo não ocorreu, evidentemente, na documentação de “*Maria Adélia*”. Desprovida de relatos médicos suficientes, não é possível compreender bem como se desenrolou a trama de sua história. O que fica evidente é o modo como os médicos encaram com absoluta moralidade os fatos da vida de “*Maria Adélia*”,

denotando tons de desprezo por suas vivências. Sobre seus episódios de “escândalos” dentro do manicômio, ou mesmo fora dele, nada sabemos do que se tratou. Não há cenas em seu arquivo.

O que se apresenta como sendo a preocupação médica é a necessidade de enquadramento da conduta da paciente dentro do diagnóstico de personalidade psicopática. Para tanto, pouquíssimas informações do assassinato são administradas no prontuário médico de “*Maria Adélia*”, mas sim as informações acerca de seu passado, sendo que o fato de ter fugido da casa dos pais tem um grande peso para o diagnóstico. Sobre o crime, os médicos se limitam a dizer que ela denota um “*embotamento afetivo*”, “*anestesia do senso moral e ético*” e “*instintos primitivos*”, sendo que essa fala é repetida mais de uma vez, sem ser explicada com fatos observados. Desse modo, a forma como ela é observada denota muito do que foi retratado no primeiro capítulo, em relação às teorias da degenerescência e a ligação que os médicos faziam entre o corpo feminino e os instintos, em especial em relação às mulheres negras. Não existem falas de “*Maria Adélia*” relatadas em seu arquivo que possam transmitir essa impressão de frieza perante o acontecido. De modo que, ainda que seu comportamento afetivo possa ter sido distante do esperado pelos médicos como “normal”, não existe a preocupação em assinalar, olhar atentamente, ou mesmo em interpretar suas ações, como acontece em outros prontuários, em especial no de “*Maria Olga*”, ao qual me refiro aqui.

Nesse sentido, os comportamentos que sugerem uma autorrepresentação feminina frente aos estereótipos do “Anjo do lar”, dentro do manicômio, dão maior possibilidade para as mulheres “negociarem” a simpatia dos médicos, culminando em prontuários que são escritos de modo totalmente distinto. Nesse sentido, os relatos confessionais de “*Maria Olga*”, trazendo imensa dor e desejo de suicídio, estava muito mais alinhado com o comportamento esperado de uma mulher dentro de um Manicômio Judiciário. Ademais, tanto “*Maria Francisca*” como “*Maria Olga*” eram mulheres brancas, de classes sociais medianas e com um ótimo grau de alfabetização. Muito distinta da realidade de “*Maria Adélia*” e tantas outras, que “*não cursou a escola e teve uma educação bastante rudimentar*”, como foi assinalado. “*Maria Francisca*” e “*Maria Olga*”, com histórias e motivos tão distintos para terem cometido o assassinato de seus maridos, não se arrependeram do crime mas souberam, cada uma a seu modo, explicar os motivos pelos quais não se arrependiam: a primeira explicitando todos os limites de violência aos quais era submetida, a segunda justificando os

motivos pelos quais acreditava que não poderia ter agido de outro modo dentro das circunstâncias.

Não sabemos o que “*Maria Adélia*” disse para além da simples frase de que se sentiu enciumada. Mas sabemos que ela teve algum tipo de autonomia, desde muito nova, fato que não foi bem-visto pelos médicos. De algum modo, emancipou-se, esteve presente nos espaços públicos e muitas vezes foi repreendida pelas autoridades por algo que não sabemos ao certo o que é, a não ser que ela tinha comportamentos considerados escandalosos, que teve amantes e que andava livremente pelas cidades.

2.4 Enterrando o agressor: depoimento de um cativo de tortura

A história que segue ocorreu no ano de 1946 na cidade Santo Antônio da Alegria, interior do Estado de São Paulo. “*Maria Isolina*”,¹⁵³ parda, tinha 25 anos de idade quando matou seu marido com uma mão de pilão e um machado, abriu uma cova dentro do quarto e enterrou-o. O buraco por ela cavado ficou um tanto pequeno, daí que “*Maria Isolina*” decepcionou os pés do marido para que coubessem na cova. Seu crime foi descoberto pois parte da mão do homem não foi sepultada, atraindo um cachorro para o local, “*tendo ainda esse animal escavado em redor do braço, determinando a exalação putrefata da vítima*”. Por conta do cheiro, dias depois, a mulher foi presa.

Em depoimento à polícia local, “*Maria Isolina*” disse ser a autora do crime, que estava casada há 10 anos e que tinha muito a alegar contra o marido. Que ele a mataria se ela não o fizesse. No dia do crime, levantou-se de madrugada para fazer café para ele e ajeitar as marmitas do dia, como era de seu costume. “*Maria Isolina*” e seu marido eram colonos em uma fazenda. Saíram ambos para trabalhar na roça, deixando em casa os 2 filhos do casal, um menino de 7 anos e uma menina de 2 de anos de idade, sob o cuidado de “*Deus no céu*”, segundo ela. Era uma imposição do marido que eles ficassem sozinhos sem água e comida em casa. No seu depoimento, “*Maria Isolina*” passou a narrar comportamentos do homem que ela nominou por “perversidade”:

(...) tão só por perversidade, atributo tão característico da personalidade da vítima, que chegava a ser manifestado pelo seguinte ato de maldade: a referida vítima costumava defecar em um bispote e fazia a interrogada lançar fora suas fezes e recebido de volta o vaso, a mesma vítima enchia-o de água que misturava com o resto de suas fezes para obrigar a interrogada

¹⁵³ Prontuário localizado na caixa 201.

a beber essa mesma mistura, o que sempre conseguiu, coagindo a acusada sob ameaça de pancadas.

Ainda que seu relato seja uma transcrição de seu depoimento à polícia, que a coloca na posição de “a interrogada”, a minuciosidade em que os fatos são descritos leva a crer que o que foi narrado por “*Maria Isolina*” nesta ocasião foi transcrito com seriedade. Sobre o dia do assassinato:

Que no dia do crime a interrogada pegou a tarefa de uma rua de café, tomando a vítima tarefa igual no mesmo talhão de cafeeiros; que a interrogada venceu logo sua tarefa e passou a ajudar o marido e que este, sentindo-se ofendido ou diminuído por este auxílio, espancou a interrogada com uma vara de espinhos, com uma taboa com prego saliente, acabando por mordê-la, causando-lhe com tudo isso ferimentos no braço direito na região do deltoide, do cotovelo e do antebraço, conforme sinais que a interrogada exibiu. Que, chegando o casal de volta do serviço, a vítima queria que o jantar já estivesse pronto e também o café, como se isso fosse possível apesar da interrogada ter estado na roça com a mesma vítima; que a interrogada passou a cuidar da refeição da tarde, atribulada, porque a sua filhinha de 2 anos chorava de fome; que seu marido, a vítima, revelando a sua impaciência e perversidade, apanhou a criança e, por uma janela, lançou-a fora de casa no terreiro; que esta criança ficou com equimoses nas costas e nas nádegas, presumindo a interrogada algum distúrbio interno no organismo de sua filhinha, que ainda não se curou. (...) Que, quando foi apanhar sua filhinha no terreiro a vítima apagou o fogo com água e chegando a interrogada à cozinha foi agredida pela mesma vítima que, com uma correia deu-lhe vários golpes nas pernas e com um tijolo feriu-lhe o joelho esquerdo, de tudo ficando feridas e sinais ainda hoje visíveis; (...) que esta cena passou-se ao anoitecer e, não obstante elas, a vítima teve o seu jantar posto, ainda que servido mais tarde do que de costume (...)

O depoimento de “*Maria Isolina*” segue sobre dia em que matou o marido, apresentando não apenas o modo como ela era violentada, mas também seus filhos, obrigados a dormir todos os dias fora da casa:

Que, não podendo o filhinho de 7 anos aguardar que a interrogada lhe fizesse mais tarde um mingauzinho de fubá com o que se alimentava toda tarde, depois que seu pai se retirava de casa, chupou a criança algumas limas e foi dormir ao relento, sobre um saco de estopa, como de costume, assim imposto pela perversidade de seu próprio pai, que o quarto de dormir de sua esposa e de seus filhinhos reservou o canto da casa, para o lado de fora, ao relento, tendo como leito alguns sacos já usados, sem travesseiro, sem colchão; que a interrogada amamentou, ainda na mesma noite e no próprio seio, a filhinha de 2 anos; que postas as crianças a dormir na beira da casa, a interrogada ficou, como de costume, no interior daquela, na cozinha, a espera de seu marido, que, jantando, saiu para seus passeios. Que, chegando este tarde da noite, talvez por volta das vinte e quatro horas, encontrou a porta da casa fechada e arrombou-a com um pontapé; que

chegando ao local onde a interrogada se encontrava, seu dito marido, sem dizer-lhe nada, lançou-lhe ao rosto uma caneca de água; que a interrogada reclamou pelas injustiças cometidas contra ela por ele ao longo do dia, e que ao ser interpelado ele disse-lhe: “eu te joguei água e você achou ruim, agora eu vou buscar arma de fogo”.

E então o homem tomou o caminho do quarto, onde “*Maria Isolina*” sabia haver uma garrucha guardada. Sabendo que ele era capaz de matá-la, empurrou-o e o viu cair. Então, de forma imediata apanhou uma mão de pilão e deu duas pancadas na cabeça de seu agressor. Relatou que teve ainda medo dele poder agredi-la, e buscou um machado na cozinha, desferindo outros dois golpes na cabeça. Arrastou-o para seu quarto: “*quarto só dele, onde ninguém da casa podia dormir e, cavando um buraco no chão, enterrou ali o corpo*”. No julgamento de “*Maria Isolina*”, acredita que seu erro foi enterrá-lo no quarto, mas que no momento pensou que se não o enterrasse, seria pior. Dizia sentir-se mal por assassinar seu marido, “*mas raciocinou que praticou algo de necessário, pois estava constantemente ameaçada na sua vida e na sua saúde, e liberdade, males que ela também via para os seus filhos, pois eram todos obrigados a morar pelo relento, no meio do mato*”.

Seguindo a série de horrores cometidos pelo homem, na sequência de seu relato, “*Maria Isolina*” contou que certa vez o marido “*tentou cortar, como cortou com uma faca, o seu seio direito*”, uma outra vez que lhe deu um tiro na nádega, tendo passado de raspão no vestido que usava na ocasião. Relatou ainda que houve uma vez em que ele tentou lhe decepar a mão esquerda com um facão, puxando-a pelo braço, o golpe lhe atingiu o dedo médio. Contou que o homem não tinha a mão esquerda, tendo-a perdido em uma briga, que um homem lhe decepou a mão para defender-se da agressão. Disse que seu marido tinha uma filha já mais velha, enteada de “*Maria Isolina*”, e que ela era alguém que sabia das agressões, mas não dá maiores detalhes, denotando talvez que não tinha muito o que a moça pudesse fazer por ela.

Na cadeia local, “*Maria Isolina*” passou por um exame de sanidade mental. Não fica claro o motivo desse exame ter sido pedido. É anotado que ela teve dois filhos, dois abortos febris, e que não menstruava há dois anos. Os peritos a relatam como uma mulher apática, com dificuldade de responder as perguntas e tendo amnésia para certos fatos. Ela conta para eles não saber ler e escrever no momento, mas que sabia quando era mais moça. Descrevem que “*Maria Isolina*” tem noção de lugar e “*mais ou menos*” noção de tempo, não se recordando bem o ano, meses e dias da semana. Diz não conhecer mais a moeda corrente, pois havia muito tempo que não via uma. Ela lhes conta alguns sonhos: “*tem sonhos com*

“pessoas de antigo conhecimento, dos quais vultos procurando prendê-la ou matá-la.” Descrevem-na: *“durante o dia tem desconfiança de qualquer pessoa. Mania de perseguição e vozes ocultas lhe ensinando a ter cuidado com as pessoas que a cercam”*. Ainda na cadeia local, é diagnosticada: *“depauperamento orgânico com início de debilidade mental - ‘psicose maníaco depressiva’”*.

Com esse diagnóstico *“Maria Isolina”* é enviada para o Manicômio Judiciário, onde permanece por 1 ano e meio até que seu laudo seja elaborado. Em uma anotação sobre o seu *“estado sanitário desde a internação”*, é relatado que *“Maria Isolina”* aparenta ter de 35 a 40 anos de idade, que possui um *“nulo coeficiente dentário”* e que apresenta *“uma cicatriz semicircular no terço médio da perna direita, com destruição das partes moles (devido, ao que diz, à retalhada desferida há muitos anos pelo marido)”*. Em relação ao seu exame psíquico, relatam que ela não apresenta nenhum sinal de perturbação mental ou psicose, que a paciente confessa o ato e que se mostrando arrependida pois *“só Deus tem direito de tirar a vida dos homens”*, mas que ela receava ser morta por ele. Por meio do relato de *“Maria Isolina”*, os médicos assinalam que ela teria cometido o crime em *“plena lucidez mental, parecendo certo que a este [crime] foi levada por injunções ambientais, ou mais propriamente domésticas”*. Dois meses depois do laudo, *“Maria Isolina”* é removida para a comarca de onde procedeu.

O prontuário de *“Maria Isolina”* é curto, contendo as peças de seu processo criminal que foram enviadas para o manicômio apenas o seu depoimento, do qual foi aqui citado, os ofícios de seus remanejamentos, entre as instituições, o laudo dos peritos da cadeia local e o seu laudo do manicômio. O que chama a atenção em sua história, em um primeiro momento, é a dramaticidade da cena do crime, sendo que conforme avançamos na leitura do prontuário este fato fica praticamente ofuscado diante do nível de crueldade das violências cotidianas sofridas por *“Maria Isolina”*, narradas por ela em seu depoimento às autoridades. Nesse sentido, sua história se assemelha em parte ao caso de *“Maria Francisca”*, trazida na abertura deste capítulo, no quesito de representar de forma limite as violências das quais as mulheres são sujeitadas, por vezes, em relações matrimoniais, e pela forma minuciosa que as violências são relatadas, ainda que no caso de *“Maria Isolina”* seja por meio de seu depoimento.

Assim, penso que o caso de *“Maria Isolina”* pode ser interpretado na mesma chave discutida anteriormente com *“Maria Francisca”*, tendo no assassinato do marido uma *“liberação”*, a liberação de uma ação que veio sendo contida, sendo que, ainda que não configure em um estado de liberdade, esta liberação abre a possibilidade de sair do estado de

dominação vivido. Seu caso é bastante impactante devido à presença de tantas cenas de violência corporal do marido contra “*Maria Isolina*”, incluindo espancamento com tábua com pregos, tentativas lhe amputar o seio e a mão e lhe obrigar a beber água com fezes. Para analisar uma narrativa como esta, parecem faltar até mesmo ferramentas para a pesquisadora. Penso que analisar seu caso sob o ponto de vista de uma mulher que toma força para aniquilar o “Anjo do lar”, o modo como ela era presa pelo esposo no cativeiro do lar, seja insuficiente para dar conta de tanto sangue.

Buscando encontrar meios historiográficos para dizer a violência, Farge recorre às concepções foucaultianas acerca do fazer historiográfico. Partindo da ideia de que “o importante na sociedade consiste mais na interpretação do que na coisa”,¹⁵⁴ a autora sustenta que apenas o modo de interpretação dos fatos é o que pode dar um curso para o conhecimento do passado, e em como elaborá-los no presente. Por meio da pergunta: “Como interpretar a violência quando esta se aparenta à barbárie e nenhuma justificação *a posteriori* permite recolocá-la em um sistema coerente?”,¹⁵⁵ a historiadora sugere que a violência deve ser “reinterrogada” na historiografia, pensando também as barbáries das guerras do século XX. Nesse sentido, realiza uma crítica sobre uma visão da violência na história como parte de um acontecimento isolado, brutal, triste e distante. Pelo contrário, a autora utiliza as ferramentas do pensamento de Foucault propondo que se enxergue a questão do ponto de vista de uma racionalidade política que é compatível com a violência, ou seja, a violência permeia os discursos e práticas pelos quais os sujeitos se tornam sujeitos em nossa cultura, presente no modo como operam as relações de poder em nossa sociedade.

Pensar um modo de fazer ver a violência enquanto barbárie e enquanto tortura, no caso de “*Maria Isolina*” e outros, se insere no fazer historiográfico não como um fato isolado e absurdo de um passado distante, mas sim apresentando seus casos como exemplos de um modo de operação de um poder que violenta e domina dentro das regras da própria sociedade. Desse modo, os códigos de conduta femininos previstos nos discursos que tomavam corpo no Brasil durante a primeira metade do século XX, postulando o lar e a maternidade como o destino possível das mulheres, sob o olhar do homem e o homem enquanto marido, colocavam as mulheres em uma situação de dominação dentro da relação conjugal. Assim,

¹⁵⁴ FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2011. p. 27.

¹⁵⁵ Idem, p. 32.

os modos como o “dispositivo de sexualidade” e as “tecnologias de gênero” foram constituídas de forma a alocar a violência de modo sistemático na racionalidade vigente.

Na narrativa de “*Maria Isolina*”, um dos motivos do espancamento foi o fato de que ela terminou o serviço na roça antes dele, e que ele se sentiu ofendido quando ela se propôs a ajudá-lo, mostrando o modo como o ideal masculinidade constituído para os homens, de serem “melhores” ou “mais fortes” que as mulheres, orienta certos atos da vida cotidiana. Dependendo do “grau” de intensidade em que um homem tenha sido socializado nesses discursos que fazem parte da ordem vigente, de agressão e ódio ao sexo oposto, as consequências podem ser desastrosas para a mulher que com este mantiver uma relação “afetiva”.

Assim como “*Maria Francisca*”, “*Maria Isolina*” não podia cuidar de suas crianças da forma como pretendia, sendo obrigada pelo marido a deixar os filhos ao relento, com fome e sozinhos. De modo também análogo, aqui se apresenta o isolamento de “*Maria Isolina*”, que tinha apenas uma pessoa que sabia das violências que sofria, pessoa esta que não poderia lhe ajudar, e mesmo em relação ao espaço público, ao que parece ela não tinha acesso, tendo esquecido como ler e escrever, não sabendo a moeda corrente devido a não ver dinheiro algum em muito tempo e por não saber bem nem dia, ano ou mês em que se encontrava na época. Não é possível afirmar, contudo, pelas informações de seu arquivo, se esse isolamento era parte da dinâmica estabelecida pelo marido, ou se estava relacionado ao trabalho realizado por ambos, como colonos na fazenda. Não existem informações que esclareçam se a família em questão recebia dinheiro ou produtos em troca do serviço realizado. De todo modo, a situação de “*Maria Isolina*” é precária, carecendo não apenas de ocupar um lugar nos espaços públicos, mas também de noções e informações outros espaços que não o de sua casa.

Ademais, é importante ressaltar que, apesar de aparentemente seu depoimento ter sido transcrito de modo “fiel” à narrativa de “*Maria Isolina*”, não é possível saber se algo foi omitido. Mas a importância desse documento está no modo como dá sentido à narrativa de sua história, pois em seu prontuário médico do Manicômio Judiciário essas informações estavam contidas muito esparsamente, mostrando como o arquivamento de histórias de vida – que se tornam amontoados de números de crimes – perpassa por lugares de sistemático silenciamento. Na maioria dos prontuários faltam peças criminais ou mesmo informações que possam fazer entender o que se passou na história de cada mulher indiciada, ou qual foi o destino que tiveram. O que essa aparente “desorganização” arquivística denota é que o

interesse dos médicos e juízes não está na história que o crime conta sobre a vida de uma pessoa, mas sim o diagnóstico.

É interessante destacar que em página alguma de seu arquivo se lê as palavras “legítima defesa”. O que se pode entrever nessa ausência são peritos que, ao perceber uma mulher que sofreu diversas violências e um isolamento devido à situação do casamento, e também de sua classe social, não puderam discernir os quesitos de crueldade aos quais ela estava submetida ao ouvir a história. A medicina e as formas jurídicas formadas nesse período promovem o silenciamento e esquecimento de histórias como estas. Em um primeiro momento foi tida como alguém em vias de se tornar “*débil mental*” e deprimida, e por essa razão foi enviada ao Manicômio Judiciário. Como não tivesse apresentado “distúrbios”, foi reenviada de volta para a cadeia de onde havia procedido, e a partir de então não sabemos como sua história continuou.

Como assinala Farge, “a violência é um fenômeno que se cola ao corpo de toda intenção, toda humanidade, todo pressuposto”,¹⁵⁶ estando associada ao modo como o poder age regulando as condutas individuais de uma população. A violência constitui os sujeitos inseridos em relações de poder e dominação, constituindo também aquele que vai fazer a “reinterpretação” dos atos de violência na história, o historiador. Nesse sentido que desmistificar a violência dos atos mais sangrentos e entendê-la como parte fundante de nossos estados modernos, cotidianamente, contribui para analisar histórias como de “*Maria Isolina*” e “*Maria Francisca*” de modo mais ético. A historiadora entende que a partir deste ponto de vista é possível encontrar os “lugares factuais onde existem possibilidades de lutar contra a violência, pois, como escreve Foucault ‘a regra permite que a violência seja feita à violência’”.¹⁵⁷

Com isso, penso que enxergar essas histórias possibilita um olhar sobre a questão da violência de gênero sob um prisma que historiciza os discursos que naturaliza essas práticas. As grandes teorizações em torno dos corpos e a construção do “Anjo do lar” como ideal de feminilidade, mais do que construírem corpos femininos, instituíram discursos que incitam relações sociais e íntimas, como foi problematizado. Por meio dessas narrativas maritcidas é possível vislumbrar uma tentativa de luta contra a violência efetuada por essas mulheres, ainda que de modo extremo, com o emprego de mais violência. A morte dos maridos de

¹⁵⁶ Idem, pag. 34.

¹⁵⁷ Idem.

“*Maria Isolina*” e de “*Maria Francisca*”, por exemplo, aludem ao corpo que pede por uma liberação de um estado de dominação ao qual não é mais possível compactuar.

Assim, neste capítulo foi possível reunir algumas histórias diferentes entre si, que trazem desde a ideia da liberação de um cativo de tortura até a revolta de uma mulher abandonada. Destaquei ainda que outras histórias de mariticídio foram silenciadas pelo racismo – como o caso de “*Maria Adélia*”, da qual os médicos não fizeram anotações de sua fala e a classificaram como possuindo “*instintos primitivos*” –, sendo possível destacar que a maneira como suas experiências surgem nos arquivos faz parte de um modo de operação discursiva em torno do corpo feminino e de suas relações.

CAPÍTULO III

Filicidas: insurgências mudas

3.1 A morte do Anjo

No ano de 1933, “*Maria Yeva*”,¹⁵⁸ então com 55 anos de idade, deu entrada no Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, procedendo da Cadeia Pública da Capital, para realização do exame de sanidade mental para lhe conferir responsabilidade ou não pelo crime de ferimentos graves. Segundo seu processo, “*Maria Yeva*” branca, russa, sabendo ler e escrever, de ocupação doméstica, moradora da cidade de São Paulo, desferiu 16 golpes de machadinha em seu marido e 5 golpes em seu filho de 13 anos de idade, conferindo-lhes graves ferimentos, sendo que ambos não foram a óbito. Seu ato foi praticado pela manhã, por volta das 6:30, quando ainda se achavam dormindo em seus leitos. Na elaboração do inquérito, “*Maria Yeva*” confessou, e quando foi questionada sobre o motivo da agressão, respondeu que por “*aborrecimentos íntimos deliberava desertar da vida, mas queria antes matar o marido e o filho*”. Marido e filho, por sua vez, em suas declarações, afirmaram que a “*Maria Yeva*” vinha manifestando sintomas de alienação mental, “*e que não encontravam outra maneira de justificar o ato de sua esposa e mãe*”.

No manicômio, seu diagnóstico foi de “*psicose climática*”, referindo-se a menopausa, período de transição nas mulheres entre os anos reprodutivos e os não-reprodutivos. Seu laudo afirma que, sua “*moléstia*” refere-se ao fim no ciclo menstrual, tendo “*Maria Yeva*”, a partir desta data, apresentado alucinações auditivas e gustativas, risadas, propósitos suicidas e alta irritabilidade. Os médicos viram a situação de “*Maria Yeva*” como um “*delírio de perseguição de fundo alucinatório interpretativo*”. Ela contou para os médicos sobre vozes que escutava, acreditando que os pensamentos de todos, incluso os seus maiores segredos, principalmente aqueles de cunho erótico, chegariam até o governo por meio de fios de eletricidade, dia e noite, a qualquer momento, sendo então divulgados. Tendo sido questionada pelos médicos sobre as motivações do crime, “*Maria Yeva*” contou que as faltas que cometera ao longo de sua vida chegaram ao conhecimento de sua família e do público, criando uma situação humilhante e deprimente para si e para sua família perante a sociedade, por isso teria tomado tal atitude naquele momento.

Dois outros exames foram realizados, um em 1935, que absolveu “*Maria Yeva*” do crime, afirmando esta “*não ser passível de responsabilidade no tempo do delito*”. Depois de muitos meses apática, começou a manifestar desejo de voltar para casa; em 1936, em relatoria, os médicos viram novamente sua afetividade como quase nula por ser indiferente aos

¹⁵⁸ Prontuário localizado na caixa 42.

esforços do marido para desinterná-la. Julgava excessiva as visitas que recebia. “*Maria Yeva*” gargalhava “*sem motivo plausível*”, interpretavam os médicos, quando era questionada sobre o delito, sendo assim, não estaria apta para voltar para casa com seu marido, ainda.

Três anos mais tarde, em 1939, por um crime análogo ao de “*Maria Yeva*”, “*Maria Rosa*”¹⁵⁹ foi internada no Manicômio Judiciário. “*Maria Rosa*”, aos 28 anos, residente na zona rural do interior no Estado de São Paulo, parda, de profissão “prendas domésticas”, não sabendo ler nem escrever, casada com um lavrador e mãe de dois filhos, matou sua filha de 1 ano de idade com um golpe de navalha no pescoço e no braço esquerdo. No inquérito, “*Maria Rosa*” alegou que o fizera pois queria que sua filha lhe fizesse companhia em sua morte, visto que após o ato, ela tentou suicídio cortando o próprio pescoço com a mesma navalha, mas foi socorrida a tempo pelo marido. “*Maria Rosa*” ficou por três meses presa na comarca de Orlândia, e em seguida foi encaminhada para o Manicômio Judiciário.

No exame de entrada, “*Maria Rosa*” disse que estava há cerca de um ano, depois do nascimento de sua segunda filha, “*doente da cabeça*”, sentindo profundas dores de cabeça, os braços ficando presos, músculos contraídos, ficando às vezes sem poder falar. Depois, piorando, sentia as ideias “*atrapalhadas*”, faltando-lhe ânimo para o trabalho, e sentindo vontade de correr para o mato. Segundo consta: “*(...) gritava quando o marido a impedia de satisfazer seu desejo; sentia medo sem motivo, dormia pouco, tinha ímpeto de se atirar contra as pessoas, para bater e morder (...)*” e já teria agredido levemente seus filhos nesta situação. Foi diagnosticada pelos médicos como portadora de “*psicose maníaco-depressiva atípica*”, sendo que foi notado por eles a ausência de alucinações, uma forte apatia, indiferença a si mesma e à própria situação.

No ato da elaboração do laudo da paciente, três meses depois do exame de entrada, “*Maria Rosa*” é novamente interrogada sobre o delito. Ela diz que está ouvindo vozes que a recriminam por seu ato, mas que responde a elas dizendo que não o fez por que quis, mas sim por que foi obrigada pelo espírito de “*João Capeta*”, segundo narrou para os doutores, um homem que ela viu morrer e que desde então a perseguiu, tornando-a obcecada. Os médicos entendem que está acometida de um episódio alucinatório-delirante, se comportando com grito, choro, atitudes de defesa e pavor. Posteriormente, um parecer sobre a saúde de “*Maria Rosa*” é anexado ao seu prontuário, lembrando de tal episódio, que teria durado cerca de dois meses, seguido de catatonia, sendo “*Maria Rosa*” neste momento diagnosticada

¹⁵⁹ Prontuário localizado na caixa 111.

como esquizofrênica. Consta que a terapia recomendada foi a convulsoterapia cardiazólica.¹⁶⁰ Vinte crises convulsivas lhe foram prescritas.

A complexidade e gravidade desses crimes convocam a uma leitura complexa, dentro de uma perspectiva feminista. Minha interpretação orienta-se por uma elaboração da problemática do “Anjo do lar”, metáfora usada por Virgínia Woolf para criticar o papel designado para as mulheres na cultura, em torno da vida doméstica, como foi trabalhado no primeiro capítulo. Assim, reflito sobre as histórias dessas mulheres do ponto de vista da morte do “Anjo do lar”, pensando o viés daquelas que não tiveram acesso a uma possibilidade de elaborar suas angústias por meio dos discursos nos quais estavam inseridas.

Refletindo sobre o corpo normalizado das mulheres em torno do lar, inspiro-me também na metáfora da “louca do sótão” presente na obra de Sandra Gilbert e Susan Gubar.¹⁶¹ Ela constitui uma possibilidade de encontrar esse espaço de autoria que é negado pelo “Anjo do lar” nas subjetividades femininas. Em textos literários de mulheres, analisam as autoras, a “louca do sótão” se refere a um posicionamento, que o inconsciente traz à tona, sobre como travar a batalha com o “Anjo do lar”. Na literatura feminina do século XIX, a “louca do sótão” surgiu como um recurso narrativo em que as escritoras elaboraram personagens enlouquecidas pela forma de vida em torno do lar. Assim, essa metáfora possibilita vislumbrar mulheres que trazem à tona uma enorme ansiedade de autoria feminina, pensando os discursos sociais e culturais em torno da criação que relegaram às mulheres o papel de procriadoras, zeladoras das criações masculinas, sendo como musas, retratadas por olhos masculinos, científicos e médicos.

Deste lugar de angústia, a “louca do sótão” é aquela que irrompe no ato da escrita e que permite à mulher entrar em contato com a sua fragmentação, sendo a loucura, incontrolável e escondida, fruto da ansiedade por obedecer às regras sociais e um questionamento sobre a possibilidade de inventar a si mesmas, canalizada como um “recurso” literário.¹⁶² Ainda que muitos dos crimes analisados ao longo do trabalho tenham sido cometidos por mulheres que não tinham maiores acessos à cultura escrita, sendo que nesta sessão todas são analfabetas, vejo paralelos interessantes com a reflexão sobre a “louca do

¹⁶⁰ Semelhante à cânfora, o medicamento cardiazol era utilizado nos casos diagnosticados como esquizofrenia, ministrado em injeções endovenosas causando convulsões rápidas, imitando as convulsões provocadas pelo eletrochoque.

¹⁶¹ GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. *La loca del desván. La escritora y la imaginación literaria del siglo XIX*. Madrid, Espanha : Ediciones Cátedra, 1998.

¹⁶² TELLES, Norma. “*Sonhos e iluminações das mulheres loucas da literatura*”, in *ESCRITA* (Revista de Literatura) Ano XIII – nº 39, 1988, pp. 22-26. Disponível em: <http://www.normatelles.com.br/as_mulheres_loucas_da_literatura.html> Acesso em 15 de abril de 2019.

sótão” como possibilidade de pensarmos o crime como elaboração, confronto ou ataque à experiência de cativeiro subjetivo produzida pelas expectativas em ser um “Anjo do Lar”. Assim no crime/loucura das mulheres, essa experiência pode ser pensada como algo que chega a um limite do interdito.

Refletindo sobre o modo como as mulheres se chocam com o “Anjo do lar”, abrindo uma fenda na qual uma subjetividade encarcerada irrompe, Carla Cristina Garcia argumenta que, tendo as mulheres sido associadas à loucura pelo imaginário social da época, a figura da “louca” foi utilizada de modo emblemático pelas feministas, compondo uma

representação do lado sombrio e simbolização da raiva das escritoras contra a rigidez das regras da sociedade patriarcal. A louca, o duplo da autora, é a encarnação de uma ansiedade de autoria e de toda a repressão criativa que sofriam as escritoras do século XIX.¹⁶³

Se na escrita de mulheres a loucura irrompe como uma forma de narrativa, oferecendo um contorno possível às subjetividades que não encontravam expressão na sociedade patriarcal, penso que nos casos aqui apresentados é possível pensar a loucura que irrompe em forma de um crime. Assim, a forma que a expressão da “louca do sótão” aparece na literatura oferece uma possibilidade de refletir sobre o modo como a loucura pode vir à tona na vida das mulheres, também por outras vias que não a escrita. Desse modo, elaboro que seus atos podem ser considerados como expressões que, de alguma forma, aludem a uma ansiedade de serem autoras de suas próprias vidas.

Nos crimes de “*Maria Yeva*” e “*Maria Rosa*”, entre outras mulheres que tiveram dificuldades de matar o “Anjo do lar” que habitava em suas subjetividades, é possível uma abordagem de que essas mulheres deram uma resposta muda e absoluta sobre as angústias de vivenciar os papéis de domesticidade. Matando objetivamente algo nelas mesmas ou no próprio mundo, projetando o “Anjo” e toda sua angústia em seus filhos. Matam o “Anjo” em outros, talvez por não encontrem possibilidades de elaborar o assassinato desse “Anjo” em si mesmas. Por meio da imagem da “louca do sótão”, penso modos de aludir ao esgotamento das vivências femininas em torno da maternidade e do casamento nas histórias contadas nestes prontuários, que trazem, por meio de seus atos dramáticos, ansiedades por desejos de se libertar do espaço enclausurado do lar.

Entendendo a subjetividade como um espaço complexo de embate entre discursos e práticas que constituem modos de se relacionar consigo mesmo e com os outros, Foucault

¹⁶³ GARCIA, 1995, op. cit., p. 55.

elaborou sua teoria em torno de três eixos: o saber, o poder e a subjetividade. Desse modo, ao longo de sua carreira, debruçou-se sobre os discursos e epistemes em torno da modernidade, em um primeiro momento, seguido de um interesse sobre compreender o *modus operandi* do poder agindo sobre os corpos, assujeitando-os. Na fase final de sua vida, dedicava-se aos assuntos ligados à constituição da subjetividade.

A subjetividade, como uma constituição interna dos sujeitos, pode ser entendida como uma “dobra” do mundo exterior, o lado de fora interiorizado. Assim, uma forma de subjetividade se liga a um tipo de experiência possível por meio dos discursos conhecidos, situados historicamente e que entram em relação com o corpo, por meio de uma série de mecanismos de poder, emergindo o sujeito dessa experiência histórica e relacional. Assim, essas irrupções de “*Maria Yeva*” e “*Maria Rosa*”, e das outras “*Marias*” que serão mencionadas nessa sessão emergem como a possibilidade de perceber com quais discursos presentes na sociedade na primeira metade do século XX essas mulheres entraram em embate. Se aqui “a louca do sótão” não se apresenta como um recurso literário para elaboração de si, podemos pensar seus atos como a própria vivência de uma irrupção de algo “interior” que emerge em luta com o “exterior”, modificando a forma como os saberes e poderes vinham constituindo essa subjetividade, na forma de um ato de ruptura.

A subjetivação, como uma internalização dos discursos externos, esculpida pelas forças que colocam o corpo em embate com a história, se manifesta, por vezes, como um corte em que algo acontece efetivamente no corpo: é o acontecimento. A história de intensidades experienciadas se manifestando em um corpo que se desdobra a partir de determinada constituição, e que por meio de uma ação que traz consigo novos componentes discursivos e práticos, se constitui novamente, como uma nova dobra. Nesse sentido, a subjetividade é, antes de tudo, uma linguagem que se manifesta no corpo. Um modo de significar os afetos que o corpo experienciou com os sentidos, na forma como foi interpelado pela cultura em seu convívio social. Como uma elaboração subjetiva, a imagem da “louca do sótão” na literatura ou nos arquivos do Manicômio Judiciário, traz interessantes possibilidades de compreensão de fatores históricos e culturais que levam as mulheres a cometer determinados tipos de crimes, como aqui trabalhado, o de matar seus filhos.

Nas histórias de “*Maria Yeva*” e de “*Maria Rosa*”, naquilo que pode ser vislumbrado, nota-se que elas não tiveram possibilidades de elaborar as angústias da vida privada em linguagem, seja em discursos de libertação, conversas com pessoas de confiança, ou mesmo por meio de uma possibilidade de canalizar suas emoções em procedimentos terapêuticos ou artísticos, como sugere a própria ideia de “louca do sótão” como recurso literário.

Possivelmente, nem mesmo sabiam, como sabe boa parte das mulheres nos tempos de hoje, de tantas outras possibilidades para o corpo feminino que se manifestam fora dos papéis do “Anjo do lar”. Assim, é interessante refletir sobre esse tipo de crime, que escapa de típicas explicações racionais, enquanto um acontecimento que sugere um sintoma que libera algo diante da ausência de ferramentas discursivas e práticas para que a libertação acontecesse. Talvez seja possível perguntar-nos se há algo no corpo que rejeita os discursos estratificados e que luta com o ambiente, provocando um corte na situação anteriormente vivida.

Pensando a esfera das desordens mentais e dos sofrimentos psíquicos, a filósofa Susan Bordo analisa algumas desordens psíquicas ligadas ao gênero feminino pelo viés do corpo e da reprodução feminina do que a autora chama de “feminidade” – códigos de poder e saber que conformam um ideal de feminilidade instituído. Bordo pensa uma dualidade no significado de certas desordens como a histeria, a anorexia e a agorafobia, nas quais circunstâncias coercitivas podem ser experimentadas como libertadoras, transformadoras e vivificantes, pensando uma análise que possa compreender o “(...) papel sutil e muitas vezes inconsciente, desempenhado por nossos corpos na simbolização e reprodução do gênero”.¹⁶⁴ A autora articula tais desordens femininas como expressões extremas das normas da feminilidade inscritas nos corpos das mulheres. De modo que a histeria seria a “hiperliteralidade” do corpo feminino que não se move, a anorexia como a “hiperliteralidade” do corpo feminino que não come, a agorafobia a “hiperliteralidade” do corpo feminino que não sai de dentro da casa.

Assim, alguns comportamentos femininos que levam às imposições culturais a seus limites, contêm em si mesmos as alternativas que o corpo encontra de recusar os papéis instituídos. Pensando por este ponto de vista, a desordem estaria ela própria no seio da cultura, na medida em que impõe normas e comportamentos em torno dos corpos. Esse movimento a autora chama de “protesto e recuo no mesmo gesto”, trazendo a desordem como uma forma de protesto, ainda que inconsciente e silencioso em relação à normalização. Pela forma como “protestam” silenciosamente, e tendo como alvo o próprio corpo, essas “desordens mentais” não podem ser tomadas como formas libertadoras, já que apresentam um alto grau de sofrimento, e mesmo, de renormalização feminina perante o que, a princípio, o corpo se colocou contrário.

A partir desta análise, que abarca a abordagem foucaultiana de que o poder é produtivo e constitutivo de corpos, Bordo contribui para a reflexão de que as psicopatologias

¹⁶⁴ BORDO, 1997, op. cit., p. 22..

femininas são fruto do isolamento feminino na sociedade patriarcal, do confinamento feminino em seus lares. Desse ponto de vista, as psicopatologias analisadas pela autora reiteram essas mesmas forças que as geraram, mas dessa vez, mostrando no limite do corpo o sofrimento produzido pela normalização que as constituiu. Nesse sentido, esses “atos de protesto” e de “recuo no mesmo gesto” como os de “*Maria Yeva*” e “*Maria Rosa*” que acima apresentamos, podem ser considerados como formas de denúncia do mal-estar, ainda que mudas.

Nas experiências de “*Maria Yeva*” e “*Maria Rosa*”, a ideia persecutória aparece em ambos prontuários e está diretamente ligada ao ato criminoso, trazendo o medo de que outros estejam dentro de seu pensamento, sabendo de suas vidas e as controlando. No caso de “*Maria Yeva*”, acreditava ser necessário provocar a própria morte e de seus familiares por sentir que as ideias, as vontades, os desejos que pairavam em sua cabeça, estariam à mercê do governo, causando isso grande humilhação para si. Ainda, para os médicos, tais ideias só poderiam ser ocasionadas por uma causa patológica, sendo considerado o próprio corpo feminino e seus ciclos, na questão da menopausa, como causadores de patologias mentais, uma reiteração de discursos biologizantes acerca do corpo feminino.

Ainda que delirantes, as ideias de “*Maria Yeva*” não deixam de ter uma força criativa e de perspicácia, elaborando uma imagem que viria a ser considerada 40 anos mais tarde por Foucault em *Vigiar e Punir*, do panóptico: uma sociedade organizada em torno da vigilância dos comportamentos, das ideias, disciplinando os indivíduos a vigiarem os próprios pensamentos.¹⁶⁵ Abordando o panóptico no modo como opera na subjetividade das mulheres, as ideias persecutórias de que sua vida privada viriam a público, de que seria julgada pela sociedade pelas “faltas” que havia cometido ao longo da vida, reproduz um tipo de enunciação do modo como o poder opera nas constituições individuais. O delírio de “*Maria Yeva*” pode significar uma expressão do cativeiro vivido na vida privada, mas também em seu próprio processo de sujeição e subjetivação frente ao poder. Um delírio do possível, uma outra linguagem sobre os modos como realidade é constituída, mas que não oferece saída: tentar matar a família e a si própria para manter uma “ordem” estabelecida das coisas, em sua lógica, poupando a família e a si de conteúdos que destruíssem sua imagem como mãe e esposa.

O delírio de matar os filhos pode ser analisado em torno da noção de “cativeiros” de Lagarde, que evoca o cativeiro das mulheres loucas, perpassados pela prisão familiar e

¹⁶⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 190.

manicomial. A autora considera que as loucas têm como “conteúdo o caos, o transtorno da ordem cósmica, social e cultural, no qual as mesmas têm o ‘dever’ de preservar e reproduzir”.¹⁶⁶ Desse modo, entende que a loucura se refere às formas de assujeitamento dos corpos, se bifurcando em dois polos: loucura das mulheres que irrompe como resultado de uma vida em cumprimento do ideal de feminilidade, e a loucura como resultado da transgressão dessa forma de vida. Desse modo, a loucura se apresenta como o “esgotamento da via feminina de viver à vida”, como confrontação da realidade vivida.¹⁶⁷ Nas histórias de “*Maria Yeva*” e de “*Maria Rosa*”, é possível entrever um modo encontrado por elas de transgredir esse cativo doméstico por meio de atos limite, culminando no assassinato cometido por “*Maria Rosa*” de sua filha e na tentativa de “*Maria Yeva*” de matar seu marido e filho.

Em relação ao filicídio, Lagarde entende que ele se remete à maternidade vivida em condições de opressão patriarcal e miséria vital, sendo o extremo da loucura materna, que encontra justificção ética em sua subjetividade. As filicidas figuram uma forma de alcançar a morte dessa “parte essencial” que lhe foi atribuída, a maternidade. Lagarde ressalta que muitas vezes a mulher tenta o suicídio, como “*Maria Rosa*” e “*Maria Yeva*”, mas que poucas vezes conclui o ato. O assassinato dos filhos faz parte da renúncia da mulher de “ser para outros”, ainda que isso possa significar o seu próprio aniquilamento. Nesse ato, a mulher busca se matar como mãe, matando a parte de si na qual foi subjetivada como essencialmente sua, matando seu núcleo de identidade assujeitada.

Desse modo, Lagarde considera que a transgressão da maternidade expressa no filicídio é uma forma dramática de contestar o poder patriarcal, na medida em que mostram que a maternidade não funciona a partir de instintos biológicos, por algum modo de “instinto maternal”. Entende que a maternidade se conforma no modo em que as mulheres são enredadas para cuidar de outros e ser para outros, o que dentro da constituição familiar se refere ao marido e filhos. Esse enredamento que as mulheres são conformadas, anulando sua autonomia, produz as relações sociais, conformando subjetividades, internalizando normas, e produzindo desejos de liberdade inconscientes, que a autora entende como uma transgressão subjetivamente ética. De modo que “as más mães são mulheres que desobedecem ao poder: sua inexplicável transgressão ética à sua condição faz, aos olhos dos outros e delas mesmas, as loucas entre as loucas”.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Idem, p. 706.

¹⁶⁷ Idem, p. 771.

¹⁶⁸ Idem, p. 761.

Problematizando a imposição cultural de que as mulheres amam seus filhos de modo natural, por meio de um “instinto materno”, a filósofa e historiadora Elizabeth Badinter reflete sobre os modos como a maternidade foi entendida na França do século XVII até o XX. Ao invés de encontrar uma continuidade entre as experiências femininas de amor e maternidade, a autora encontra uma série de possibilidades de compreender essas relações. Até meados do século XVIII, a indiferença e a rejeição dos filhos eram comuns entre as mulheres francesas, na qual os filhos eram considerados “pesos” para as famílias, muitas vezes sendo uma ameaça à sobrevivência dos próprios pais, pensando o contexto das classes pobres.¹⁶⁹ A partir deste momento ocorre uma mudança nesta concepção: com a consolidação da sociedade burguesa nos séculos XVIII e XIX, um novo modo de olhar para a família como espaço de amor e moralidade oferece novos discursos referentes à família e colocam as mulheres como se fossem naturalmente cuidadoras e amorosas com sua prole. Segundo a autora, “a mulher (...) se transforma numa pessoa doce e sensata, de quem se espera comedimento e indulgência. Eva cede lugar, docemente, à Maria. (...) Uma criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar”.¹⁷⁰

Num período em que o “Anjo do lar” surge como representação ideal de feminilidade e maternidade, dando um novo sentido às experiências das mulheres em relação aos seus filhos, cada vez mais o amor da mãe torna-se um imperativo para a convivência familiar e um modelo de afetividade é postulado como natural e único possível. Desse modo, a experiência do amor materno foi tida como não apenas biológica, mas normalizada nos discursos que se referem ao corpo feminino. Ao colocar o amor das mães sob questionamento do ponto de vista historiográfico, Badinter destaca uma série de possibilidades de se viver a maternidade, desnaturalizando sentimentos entendidos como “inatos”, mostrando a invenção e produção dos discursos sobre as mães em diferentes tempos históricos:

O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina. As diferentes maneiras de expressar o amor materno vão do mais ao menos, passando pelo nada, ou o quase nada. Convictos de que a boa mãe é uma realidade entre outras, partimos à procura das diferentes faces da maternidade, mesmo as que hoje são rejeitadas, provavelmente porque nos amedrontam.¹⁷¹

¹⁶⁹ BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p. 73.

¹⁷⁰ Idem, p. 175.

¹⁷¹ Idem, p. 22-23.

Desse modo, as narrativas de filicídio nos colocam frente à problematização da maternidade e seus processos de afeto, desmistificando noções de uma “natureza materna” e historicizando os discursos que colocam as mulheres no lugar de mães. Aludindo aos delírios de “Yeva” e “Rosa” como reações aos discursos do “Anjo do lar”, seus sintomas refletem instabilidades emocionais pela impossibilidade de se adequarem aos papéis instituídos. O caso de “*Maria Rosa*”, também ligado ao suicídio, remete ao desespero e a uma relação paradoxal com gestos que irrompem enigmaticamente, como correr, gritar, o próprio assassinato da filha e a perda da capacidade de realizar movimentos. Uma gangorra entre, como foi denominado em seu prontuário, a psicose e a catatonia. Trazendo seu delírio nesse prisma do modo persecutório que alude ao cativo vivido, “*Maria Rosa*” encontra a justificação de seu ato na figura de “João Capeta”, um homem que ela viu morrer pelo qual ela se sente perseguida, tornando-se obcecada, e alegando que teria sido este quem a obrigou a matar a filha. Seu prontuário traz poucas anotações sobre como se formulavam essas ideias, mas uma possibilidade de interpretar o delírio é pela chave da culpa. “*Maria Rosa*”, ao ser recriminada por vozes que ela escuta, responde que não é culpada da morte da filha, mas que um homem o é, um homem que está presente em sua vida perseguindo-a.

Representar a culpa da morte da filha na figura de um homem alude à ideia do cativo do “Anjo do lar”, da mulher que obedeceu ao que lhe foi ordenado; ou ainda, da “louca do sótão”, considerando uma lógica de que o crime foi cometido em meio às amarras às quais estava submetida, podendo assim ter, com o ato de assassinar a filha, pretendido livrar-se de uma imagem masculina, representada em “João Capeta”, em uma possibilidade de tomar o delírio como também uma tentativa de ruptura. Pois “João Capeta” perseguia “*Maria Rosa*”, mas não parece continuar perseguindo, já que no manicômio, sua conversa se dá com outras vozes. Considerando que “João Capeta” poderia representar uma forma como ela representava “autoridade” masculina em sua vida, os sintomas que “*Maria Rosa*” apresenta são de insubmissão: ficava “enfurecida” se impedida pelo marido de satisfazer suas vontades, tinha ímpetos de correr, gritar, bater e morder.

Essas imagens de mulheres que, por meio de seus delírios e crimes contra seus filhos se referem à uma dimensão que os configura em crimes contra o lar, e adquirem uma perspectiva de vislumbrar o espaço das constituições subjetivas femininas que desejam por uma ruptura, mas não encontram linguagens. Assim, o exercício de deslocamento para algumas ferramentas literárias usadas por mulheres ao longo da história, no “Anjo do lar” e

na “louca do sótão”, contribui para pensar a história dessas mulheres como possíveis desejos de ruptura, trágicos e emudecidos.

Aludindo à noção de cartografia, Suely Rolnik reflete sobre as paisagens psicossociais e os modos em que os afetos permeiam os sujeitos em um determinado campo cultural, histórico e geográfico. Oferecendo uma “língua” para afetos que pedem para serem trazidos à tona, a cartografia permite perceber as estratégias de formação do desejo no campo social, em qualquer fenômeno da experiência, desde os movimentos sociais às mutações na sensibilidade coletiva, passando por delinquências, violências, e até os fantasmas inconscientes que se manifestam.¹⁷² Assim, por meio de uma prática cartográfica, onde é possível vislumbrar as subjetividades em movimento, penso que as histórias dessas e de tantas “*Marias*” se cruzam no ponto de vista da inquietação sobre as prisões cotidianas em torno do ideal de feminilidade instituído pelo “Anjo do lar”.

3.2 O corpo, entre a razão e o interdito

“*Maria do Socorro*”,¹⁷³ por ter sido considerada perversa, foi internada no manicômio pelas autoridades com o intuito de que ela se recuperasse e pudesse ser restituída à família e aos filhos, ainda que a mesma rejeitasse esse papel. Em maio de 1933, “*Maria do Socorro*”, imigrante italiana, colona, analfabeta, casada, com 39 anos, mãe de 8 filhos, atentou contra a vida de seu filho de 5 anos de idade, lhe causando ferimentos leves com uma faca na cabeça e no pescoço. Presa na Cadeia Pública de Santa Rita do Passa Quatro, interior do Estado de São Paulo, o fiscal da fazenda em que “*Maria do Socorro*” e sua família eram colonos, testemunhou que ela e o marido eram bons trabalhadores, mas que, “*porém, ‘Maria do Socorro’ é louca e atrapalha o marido no serviço da lavoura, não parando em casa e costumando maltratar os filhos (...), que teve ocasião de notar que a denunciada, todos os meses por ocasião da lua fica alterada das faculdades mentais*”, segundo seu prontuário.

No auto de exame de sanidade realizado por médicos na Cadeia Pública, consta que:

Em virtude de a paciente sofrer de uma alienação mental que nada mais é do que o conjunto de estados patológicos em que perturbações apresentam um caráter antissocial. É uma fórmula que resume o conceito do maior número de psiquiatras modernos, sobre esse assunto difícil. Resolve, entretanto, admiravelmente a questão. (...) Acompanhe-se a história. A princípio foram possessos e endemoniados, que fúrias e espíritos danados perseguiram; eram alienados ou antissociais, castigados com a reclusão nas

¹⁷² ROLNIK, 1989, op. cit. p. 66.

¹⁷³ Prontuário localizado na caixa 42.

prisões e nos hospícios, fechados entre correntes e grades, incapazes de mal fazer. São agora degenerados e doentes, que é preciso tratar; tanto quanto defendê-los de si mesmos, proteger os outros contra eles, exonerá-los de seus deveres, cuidar de seus direitos, são alienados e antissociais, sempre passíveis de isolamento e internação nos hospitais e casas de saúde, para o tratamento do indivíduo, mas igualmente para tranquilidade pública. Todo alienado é inoportável no meio social; (...) Somos portanto de parecer que a denunciada deve ser internada em estabelecimento adequado, não só para seu tratamento que, paciente e bem orientado, poderá restituí-la ao lar melhorada, onde oito criancinhas, no abandono e sem os carinhos maternos, ficam, mas também como meio imprescindível para a segurança e tranquilidade pública (...)

Com esta carta de sentença, “*Maria do Socorro*” foi transferida para o Manicômio Judiciário em setembro de 1933. No seu laudo, elaborado em dezembro do mesmo ano, foi levado em consideração o fato de que “*desde o nascimento de seu último filho, não foi mais menstruada e que seu último filho deve estar com 12 meses de idade*”, referindo-se à possibilidade de que seu estado mental tenha se desencadeado por conta da falta da menstruação. No exame mental, segundo os médicos, “*Maria do Socorro*” respondeu laconicamente, dizendo ter 20 anos de idade. “*Orientação muito imperfeita. [Diz que] é santa. Já viu Deus em pessoa e conversa com Nossa Senhora. Foi a mando de Nossa Senhora que feriu a faca seu filho*”. Para os médicos, sua fala transparecia um acentuado erotismo. Ainda consta que ela “*relatou imprecisamente e rindo a ocorrência delituosa de que saiu ferido seu filhinho, de 5 anos apenas. Este e outros fatos mostram-nos quão inafetiva se apresenta a examinada*”.

A interpretação de sua história permaneceu a mesma desde seu exame na penitenciária: “*de espírito às vezes lúcido, outras [vezes], confuso e desinteressado e indiferente ao meio exterior*”. De baixa afetividade por “*não gostar do marido, um pouco dos filhos e de sua casa*”, e de “*caráter sensivelmente modificado, suscetível apaixonado às vezes e com tendência à perversidade, capaz de todas as torpezas e crueldades, apresentando constantes imagens de erotismo de certa e determinada pessoa... A quem diz querer bem...*”. No manicômio, os médicos não a diagnosticaram, aguardariam uma “*evolução da moléstia afim de poder estabelecer o diagnóstico*”. Ela acabou falecendo em janeiro de 1934, menos de um mês após a elaboração de seu laudo, de “*síndrome disentérico*”.

Na história de “*Maria do Socorro*”, novamente, a naturalização do corpo feminino como portador de desequilíbrios aparece como justificativa plausível para seu delírio. Assim como trazido no prontuário de “*Maria Yeva*”, em que seu delito é ligado à menopausa, e o de “*Maria Rosa*”, em que ela mesma associa seu estado mental ao parto de sua filha,

mostrando um modo também de autorrepresentação feminina por meio desse discurso. Novamente o corpo feminino, em especial o útero, é trazido como um núcleo de patologia mental. Como afirma a historiadora Londa Schiebinger, é a partir do Iluminismo que o corpo feminino passa a ser apropriado por meio dos discursos médicos em comparação às diferenças das mulheres em relação ao masculino. Até então, na literatura antiga, as mulheres eram entendidas enquanto corpos masculinos faltantes, sendo observadas pelo mesmo prisma em que os homens eram vistos, mas de um modo oposto invertido. Segundo a autora, o século XVIII testemunhou uma revolução na ciência sexual, ressaltando o corpo feminino não como uma versão inferiorizada do homem, mas a partir de sua diferença radical.¹⁷⁴

Para Schiebinger, esses estudos acadêmicos relativos à diferença sexual das mulheres não tinham como objetivo uma assistência à saúde pública, mas surgiu como uma forma de conformar as mulheres em torno dos papéis culturalmente instituídos. Utilizando-se de argumentos naturalistas para justificar uma pouca incidência das mulheres na intelectualidade, “o século XVIII restabeleceu em novas bases a visão de que ‘biologia é destino’: que o fracasso das mulheres em criar boa ciência devia ser atribuído à sua ‘natureza’.”¹⁷⁵ Em seus estudos sobre a ciência ginecológica e obstétrica, a historiadora Patrícia Freitas aponta para o fato de que a ginecologia se erigiu enquanto um ramo da medicina que tinha como objetivo o estudo das diferenças das mulheres em relação aos homens, entendendo a puberdade, gravidez, parto e menopausa como momentos que afetariam as mulheres de modo único. Essa concepção do corpo das mulheres em diferenciação aos masculinos, compunha a ginecologia como uma ciência que tratava de questões da diferença, enquanto outros ramos tratariam de questões gerais.

Desse modo, refletindo sobre essa direção que foi tomada nos estudos médicos sobre as mulheres e seus corpos, o surgimento dessa nova especialidade emergiu como um saber médico que conferiu uma maior legitimação da diferenciação sexual dos papéis sociais.¹⁷⁶ Assim, os discursos que conformavam as mulheres na vida privada em torno dos papéis do “Anjo do lar”, tiveram, como respaldo científico, um saber que inferia sobre as diferenças do sistema reprodutor feminino e de suas moléstias. De um lado impelidas a cumprir suas funções reprodutoras enquanto mães, e nesse sentido a cultura da domesticidade atribuída a maternidade e o casamento como questões naturalmente femininas, por um outro lado, era

¹⁷⁴ SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 213.

¹⁷⁵ Idem, p. 214.

¹⁷⁶ FREITAS, Patrícia de. “A mulher é seu útero”. A criação da moderna medicina no Brasil. Revista Antíteses, vol. 1. n. 1. jan. - jun. de 2008, pp. 174-187, p. 176.

entendido que esses mesmos acontecimentos na vida das mulheres poderiam “desequilibrar” seus comportamentos. Desse modo, em todas as circunstâncias, as funções corpóreas das mulheres eram enquadradas pela medicina, ou tendo a família como um destino biológico, ou tendo a maternidade, menstruação e menopausa como a causadora de distúrbios psíquicos.

Buscando oferecer uma ponte de sentido para o crime de “*Maria do Socorro*”, tendo em vista tais balizas, é interessante perceber seu corpo, como o de todas as mulheres aqui trazidas, como um lugar de disputa de discursos que as enquadram, mas que em seus atos remetem a tentativas de enunciar-se a partir de um outro lugar, diferente daqueles às quais foram designadas. Pensemos a história de “*Maria do Socorro*” sob o prisma de que ela dizia de forma clara não gostar do seu marido, um pouco de sua casa e um pouco de seus filhos. Chamei “*Maria do Socorro*” por este nome, por interpretar que sua conduta e seus dizeres risonhos delirantes figuram uma forma de socorro, mas não pela dor, mas pelo riso. “*Socorro*” não confessa, se lembra do delito e ri. Ela acreditava ser santa, e, deste modo, empreende sua tentativa de assassinar o filho por orientações de “*Nossa Senhora*”, Maria. Nesse sentido, ela parece estar livre de culpas, ri de sua experiência delituosa, e, de algum modo, na forma como se conformam as descrições de seu prontuário, parece que “*Maria do Socorro*” se julgava mais “elevada” que todos ali. Considero sua conduta interessante na medida em que não se confessou, pois nem acreditava que tivesse feito algo errado, estava em paz consigo, tendo, talvez, como afirma Lagarde, de fato encontrado sua justificativa ética subjetiva. Em outra fala, “*Maria*” diz que os passarinhos significariam sua “*sina para ser pura*”.

A confissão do crime cometido, para os médicos, figurava em um dos principais termos para analisar a sanidade das pacientes. O modo como falavam da cena do crime, como associavam as ideias, e como sentiam esse crime cometido em seu cotidiano. A não confissão do crime, nesse sentido, poderia figurar um forte indício de loucura, na visão dos médicos, e dependendo da associação de ideias, como no caso do delírio de “*Maria do Socorro*”, a ausência de culpa e a falta de vontade de estar com a sua família figurava em um duplo atestado de insanidade, visto que não apenas seria enquadrada por não falar a linguagem racional, mas pelo conteúdo do seu devaneio, entendida como uma “*degenerada*” e “*perversa*”. Assim, o que chama atenção em seu caso é que não é apenas pelo fato apresentar um devaneio que “*Maria do Socorro*” deveria ser tratada, na visão dos médicos, mas pelo modo como seu delírio demonstra uma subversão dos papéis maternos e maritais do “Anjo do lar”, e que essas ideias viriam de uma “alienação”, e que devidamente tratada, poderia retornar ao lar para exercer sua função materna.

Mesmo considerada perigosa e degenerada, ela é enviada para o Manicômio Judiciário com vistas a se recuperar e voltar para seus “*oito filhinhos*”, algo que sugere não ser bem os planos da própria “*Maria do Socorro*”. Levando em consideração algo que foi descrito pelos médicos como “*imagens de erotismo para com um certo alguém*”, denotando que “*Maria do Socorro*” manifestava vontades sexuais e afetivas, elaboro a possibilidade de que ela pudesse ter tido outros desejos, como novos amores ou uma nova casa, onde ela pudesse ser senhora de si, “*nossa senhora*”, como ela invocou. Pensando o conteúdo de seu delírio, “*Maria do Socorro*” apresenta questões interessantes a serem trabalhadas pelo ponto de vista da constituição de outros desejos, e nesse sentido, Foucault assinala a importância de refletir sobre “a relação de uma cultura com aquilo mesmo que ela exclui, e mais precisamente a relação da nossa [cultura] com a verdade de si mesma, longínqua e inversa, que ela redescobre na folia”.¹⁷⁷

Assim, o filósofo busca refletir sobre os modos que a loucura diz sobre a nossa sociedade por meio de outras linguagens que são encarceradas pelos discursos racionais e pelas práticas de poder em nossa sociedade. Considerando a loucura como uma dobra muda da linguagem, uma subjetividade que se constitui sem que haja discurso que organize, ela é um interdito. Por meio de uma linguagem esotérica,¹⁷⁸ apresenta uma experiência marginal, não cifrada, mas que se relaciona com as práticas e linguagens que constituem os corpos: apresenta os componentes de linguagem o que a loucura “espelha” da razão, subvertendo-a. No caso de “*Maria do Socorro*”, pelo ponto de vista das narrativas que engloba, seu delírio pode ser entendido como uma transgressão e insurgência de um corpo feminino que se pretende livre do cativeiro familiar. Não necessariamente “pedindo” por socorro, talvez até mesmo, tendo ela constituído seu próprio socorro dentro de seu delírio.

3.3 A alma, carcereira do corpo: rupturas de silêncio e dor

Um outro caso que alude à questão da “loucura” feminina, neste caso pela via da negação, é o de “*Maria das Dores*”,¹⁷⁹ que foi condenada, em 1943, a 6 anos de reclusão no Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, pelo crime de ter matado seu filho de três meses de idade. Em seu inquérito, consta que em abril do mesmo ano, segundo as declarações

¹⁷⁷ FOUCAULT, Michel. “A Loucura, a Ausência da Obra.” In: Manoel Barros da Motta (org.): *Ditos e escritos Vol I: Problematização do sujeito: Psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2000, p. 212.

¹⁷⁸ Idem, p. 214.

¹⁷⁹ Prontuário localizado na caixa 155.

que ofereceu a polícia quando foi presa, “*Maria das Dores*” desejava desertar da vida, que seu marido há algum tempo não mais a tratava bem e que não dava as condições necessárias para que a mesma cuidasse da casa. Desejava o suicídio, mas tinha pena deixar seu filho tão pequeno, e por esse motivo, ministrou-lhe uma colher de chá de soda cáustica em uma mamadeira com água, dando de beber para a criança em seu berço. Depois disso, foi atarefarse com os serviços domésticos até seu marido chegar da roça. Durante a madrugada, nem “*Maria das Dores*” nem seu marido haviam pegado no sono, levantando-se então para olhar o filho. Percebendo a morte do mesmo, “*Dores*” tomou o revólver de seu marido e disparou duas vezes contra si mesma, errando o alvo.

“*Maria das Dores*” foi presa provisoriamente na Cadeia Pública Local de Santo Anastácio, onde, ao ser interrogada, disse que “*não sabe por que deu soda cáustica ao seu filhinho, sendo certo porém, que está muito arrependida do que fez, que Deus há de lhe perdoar pois a culpa não foi [sua], que ignorava quem a impeliu da prática do crime*”. Por algum motivo, “*Maria das Dores*” relacionou ao conteúdo da conversa “*que seu marido morreu duas vezes*”.

Aos 24 anos, “*Maria das Dores*”, analfabeta, de cor branca, residente na zona rural, foi transferida para o Manicômio Judiciário primeiramente a título de exame de sanidade mental, depois como interna definitiva. Seu diagnóstico foi de “*personalidade esquizofrênica*”. Em seu laudo, elaborado por médicos do Manicômio em abril de 1944, “*Maria das Dores*” não fala sobre o delito:

“Ou se cala, ou então responde, depois de alguma insistência nossa, dizendo que não sabe de nada, que não tinha filho nenhum e não matou ninguém. Em outros exames, narra que tinha um filhinho (...) e que morreu porque caiu da cama. Acompanha esta narrativa hora com choro, hora com risos e às vezes com choro e riso ao mesmo tempo. Desse modo, hora diz que é casada, hora que nunca teve marido, sempre entrecortando a narrativa com risos imotivados.”

Sua conduta no manicômio foi descrita como isolada, tendo crises de choro seguida por risos e delírios auditivos. Ainda, segundo os médicos, “*Maria das Dores*” apresentava “*indiferença pela sua situação. Está satisfeita aqui no Manicômio e não pretende sair. Mostra certo embotamento afetivo para com os seus*”. Foi absolvida de seu crime pelo seu diagnóstico de “*personalidade esquizofrênica*”, de modo que os médicos entenderam que seu crime não havia motivação nem premeditação, e que, segundo podia ser lido na peça de

seu processo, “*Maria das Dores*” não sabia por que havia dado soda cáustica ao seu filho, de modo que por tais motivos, foi tida como uma doente mental.

Na história de “*Maria das Dores*” vemos, no assassinato de seu filho, o “meio” de uma ação que teria como desfecho o suicídio. O assassinato da criança foi motivado pela vontade de “desertar” da vida, da qual “*Maria das Dores*” desejava levar o filho consigo para a morte. Situação parecida pela vivida por “*Maria Rosa*”, que tinha a mesma motivação, tendo cortado o próprio pescoço em seguida. No caso de “*Maria das Dores*”, as cenas do dia do crime parecem se passar de modo mais lento, tendo ela pensado a situação, dado a mamadeira ao filho, e só durante a madrugada, constatando sua morte, que ela tenta o suicídio por meio de dois tiros contra o peito, dos quais ela errou o alvo.

É possível, tanto quanto nas histórias anteriores, pensar seu crime pela ótica do assassinato do “Anjo”, na qual a mulher, buscando matar-se a si própria enquanto esposa e mãe, comete o filicídio, seguido de uma tentativa frustrada de suicídio. O ponto central da narrativa que “*Maria das Dores*” ofereceu no momento de sua prisão é o seu casamento: ela fala sobre como o marido não a tratava bem e não lhe dava condições necessárias para cuidar do lar, não explicitando quais seriam as condições esperadas por ela. Como uma forma de negar a sua vida em torno do casamento, “*Maria das Dores*” demonstra uma dor vivida em seu cotidiano de modo profundo, de modo que, após a sua prisão no manicômio, ela passa a silenciar cada vez mais sobre o ato cometido.

Penso a história de “*Maria das Dores*” pela chave da constituição da subjetividade feminina, e como os modos pelos quais é possível perceber uma resistência em relação aos papéis do lar, ainda que acabe reiterando os discursos de feminilidade instituídos. Por meio da morte de seu filho, sua “transgressão” é silenciada por si mesma e vivida em um contexto de muita dor, passando para um outro tipo de cativo que é a instituição manicomial. Como pensar os modos pelos quais a subjetividade, elaborada em determinados termos culturais, possa chocar-se de modo tão violento com os poderes instituídos, sem apresentar uma narrativa que liberte esse corpo?

Pensando a relação paradoxal entre os discursos e práticas em um campo social no campo da psicanálise, Suely Rolnik traz o corpo como relacional à trama que compõe cada momento, no modo como ele se relaciona com o mundo exterior por meio de percepções que formam os estratos e afetos (emoções psicológicas) produzidos na relação de forças. O “corpo vibrátil”, segundo a autora, forma-se em intensidades que se relacionam com os códigos socioculturais por meio de modos de existência. Ele configura “distintos personagens, seus lugares e sua distribuição no campo social, o que é inseparável da distribuição do acesso

aos bens materiais e imateriais, suas hierarquias e representações.”¹⁸⁰ Em meio a tantas intensidades de contato do corpo com as práticas e discursos de poder, penso ser possível refletir sobre as experiências dessas mulheres por meio desta noção de um corpo que vibra conforme conhece os discursos e as possibilidades em seu entorno. Sendo o “Anjo do lar” um discurso que formou as subjetividades desses corpos femininos, reflito sobre os modos de elaboração de experiências que parecem não encontrar nas representações sociais possibilidades de uma autorrepresentação constitutiva de seu desejo.

Rolnik reflete sobre as interações entre os corpos vibráteis de um modo distinto da comunicação, como uma “ressonância” ou “reverberação”, não havendo uma real distinção entre o sujeito cognoscente e o objeto exterior, entendendo que “o mundo vive efetivamente em nosso corpo e nele produz gérmenes de outros mundos em estado virtual.”¹⁸¹ Nesse sentido, a autora aponta que o disparador do desejo é da ordem do paradoxo, sendo o corpo um campo de batalha entre a força dos desejos e os discursos de que modulam a vida social. Entre as formas postuladas pelos discursos vigentes e a força da subjetividade em busca do desejo é que surge a possibilidade de afetar-se, produzindo uma “fricção” com a experiência das formas estratificadas nas cartografias socioculturais vigentes.¹⁸² No “entre-dois” do movimento das forças e das formas, a subjetividade tem que encontrar uma resposta, um “ritmo”, um “ritornelo”¹⁸³, uma “lentidão”, quando o corpo encontra nas formas existentes algo que dê sentido ao desejo e elabora uma possibilidade de subjetivação. Nos casos aqui trabalhados, em que as mulheres não puderam trazer seus desejos para o campo do discurso, penso que o modo como encontraram um “ritmo”, do ponto de vista subjetivo, tenha sido na irrupção dos atos cometidos.

Assim, por meio da inspiração da luta travada entre o “Anjo do lar” e a “louca do sótão”, penso o modo como essas irrupções podem surgir na vida das mulheres pensando

¹⁸⁰ ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição. Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018. pp. 51-52.

¹⁸¹ Idem, Ibidem, p. 54.

¹⁸² Idem, Ibidem, p. 54.

¹⁸³ Por meio da figura do ritornelo, um conjunto orquestrado de sons, Gilles Deleuze e Félix Guattari descrevem o corpo como uma territorialização que é fruto de forças de agenciamento que produzem um ritmo em meio ao caos. O que dá sentido para uma linguagem é uma escolha, ao acaso, dentro das condições de possibilidade, que vai compor um ritmo para o pensamento. Nesse sentido, é o ritmo que constitui o ser lento. Uma escolha de um lugar – o corpo – de maior lentidão em uma associação de intensidade, em uma temporalidade, em uma vontade. É o que marca o que se expressa de algum modo, o que pode ganhar vida fora do sujeito. É a possibilidade de externalização de um fragmento de vida em forma de curva entre um milhão de possibilidades multidimensionais. O ritmo que compõe o ser lento é entendido como o próprio movimento da subjetividade. Ver mais em: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. “Acerca do Ritornelo”. In: *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*, Vol. 4. Tradução Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1997.

contextos de vida onde não foi possível uma elaboração pela linguagem. O que resultou de suas lutas não foi uma reelaboração subjetiva por meio de uma reflexão, mas acontecimentos que marcaram suas histórias de modo permanente, agindo contra inocentes e contra si mesmas. Suas experiências sugerem que a tentativa de se livrar do “Anjo do lar” trouxe consigo novas formas de cativo, de modo que não temos o alcance dos sentimentos, afetos e discursos – ou algo não nomeado por cada uma delas – que deu contorno às suas lutas.

No caso de “*Maria do Socorro*”, foi destacado como essa luta é elaborada em termos de uma linguagem cifrada, que apresenta possibilidades desejantes por meio de suas falas. No caso de “*Maria das Dores*”, penso que seu silêncio não permite que pensemos em outras linguagens, mas no modo como um ato de transgressão, quando não oferece uma elaboração lógica de uma sequência de fatos, cai inevitavelmente nos mesmos discursos que reiteram a norma.

Como efeito de um investimento subjetivo de poder, o corpo é constituído por meio das práticas e discursos em que o sujeito é arrolado. É nesse sentido que Judith Butler faz uma reflexão sobre a resistência às formações disciplinares e normativas, e, por meio de um paralelo com a psicanálise, busca compreender a noção de inconsciente por meio das estruturações de linguagem de um sujeito histórico. A pergunta que Butler gostaria de responder é a de “como rearticular os termos dominantes do poder produtivo”¹⁸⁴ em que a subjetividade é o produto do poder a ser rearticulado. Para tanto, traz reflexões realizadas por Foucault em *Vigiar e Punir*, discutindo sobre uma “feitura” da alma dos prisioneiros por meio das tecnologias disciplinares investidas nos corpos. A “alma” é tida como uma produção discursiva e identitária que tem um efeito encarcerador. Nesse sentido, a alma se constitui como uma prisão do corpo. Desse modo, Butler entende que em Foucault, a noção de alma é tida como exterior ao sujeito enquanto o corpo forma um espaço interior. Só o corpo pode estar inteiro no tempo, pois o corpo é o local de inscrição dos acontecimentos, é o lugar. Como afirma a autora,

(...) o sujeito aparece à custa do corpo, uma aparição condicionada na relação inversa ao desaparecimento do corpo. O sujeito não só efetivamente toma o lugar do corpo, mas também age como a alma que enquadra e forma o corpo em cativo.¹⁸⁵

¹⁸⁴ BUTLER, Judith. “Sujeição, resistência, resignificação: entre Foucault e Freud.” In: *A vida psíquica do poder – Teorias da sujeição*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 95.

¹⁸⁵ Idem, Ibidem, p. 99.

Assim, a formação do sujeito seria essa constituição de uma “alma”, que os discursos e relações de poder povoam, erigida às custas do próprio corpo. O corpo, ao ser interpelado discursivamente, entra em contato com esse conjunto de signos e percepções que se tornarão parte de sua subjetividade, e que o autor chama de “alma”. Pensemos que o corpo e sua “natureza” são destruídos por meio dos acontecimentos que inscrevem o corpo na cultura, surgindo no lugar do corpo, a “alma” do sujeito, formada pela normalização e subordinação às normas sociais.

Butler argumenta sobre a possibilidade de resistir aos enquadramentos dominantes, articulando o modo como Foucault reflete sobre a subversão ou resistência aos poderes instituídos. Assim, a resistência surge, no campo de possíveis dos sujeitos, de duas formas: a primeira delas como uma assimilação dos discursos que excedem os objetivos normativos e que impulsionam práticas que se direcionam no sentido reverso, e a segunda forma pela convergência de outros regimes discursivos, por meio de outros saberes, aumentando as possibilidades de compreensão dos sujeitos sobre os poderes investidos no corpo, e solapando os objetivos da normalização.¹⁸⁶ Desse modo, a resistência só pode se formar como um efeito do próprio poder operado pelo sujeito.

Por meio dessa reflexão é possível dizer que os atos irruptivos das “*Marias*” são efeitos de poder, elaborados em algum nível de suas subjetividades, configurando algo que se manifesta como uma intensidade corpórea, ainda que não seja nomeada por elas como fruto das relações nas quais estavam inseridas. Como resistências manifestadas do primeiro modo, assimilando os discursos normativos e cometendo atos que as direcionam no sentido inverso do mesmo discurso instituído, seus comportamentos são reinseridos na normalização. Mas o que podemos inferir a partir dessas considerações é que essas irrupções não se encontram soltas em suas subjetividades como manifestações resultantes de simples distúrbios do corpo, mas como manifestações de uma “alma” configurada nos termos do “Anjo do lar” que entra em embate com o próprio corpo.

O poder, como afirma Foucault,¹⁸⁷ permeia os corpos por meio das “práticas divisoras”, nomeando os desvios, a anormalidade, o patológico, por meio da incitação ao discurso que produz as noções de “perversidade” na sociedade. Considerando a sexualidade como um campo em que os discursos pastoral e científico investem na produção no corpo,

¹⁸⁶ Idem, Ibidem, p. 100.

¹⁸⁷ FOUCAULT, 1995, op. cit.

podemos pensar que uma mulher que mata seu filho e é diagnosticada, figura, no campo da produção de discursos, como a linha divisória que vai constituir a noção maternidade normal. É desse modo que atuam as práticas divisoras, em oposição à figura da má mãe, no caso aqui trabalhados, da mãe assassina, é que a imagem de boa mãe será constituída. Assim, podemos compreender que, ao cometer o ato de transgressão, essas mulheres se reverteram contra o poder, nos termos instituídos pelo próprio poder. Lutaram, mas não encontraram novos regimes discursivos nos quais pudessem convergir com práticas libertadoras em suas histórias.

Figurando como uma intensidade que atinge o corpo, mas que não encontra escopo por meio de nenhuma linguagem acessível, pensemos que a linguagem a que essas mulheres tiveram acesso era a do discurso de domesticidade, e do seu inverso, as figuras da “perversão” feminina, muito instituídas pelos discursos da época. Assim, a “loucura” materna e o suicídio, longe de se configurarem saídas “instintivas” de seus dramas, fazem parte de uma gama de comportamentos já considerados como normalmente “anormais” pelo discurso médico. Assim, elas lutam contra o poder aderindo ao polo oposto – divisor – ao instituído pela cultura, uma identidade de “louca” ou “assassina” que também já estava prevista pelo poder.

Nesse sentido, afirma Butler, nas resistências há sempre o “risco de termo conservar o primeiro significado no segundo (...) [de modo que] o risco de renormalização está sempre presente”.¹⁸⁸ Nesses termos, questiona a autora, como compreender não só aquilo que constitui os campos de discurso, mas os campos de indizibilidade? O imaginário do sujeito não se volta contra a “lei” instituída discursivamente, produzindo por si só uma reorganização dos signos, mas a resistência psíquica vai presumir “a continuação da lei em sua forma anterior, a simbólica, e nesse sentido, contribui para seu *status quo*.”¹⁸⁹ No caso das “*Marias*”, em particular de “*Maria das Dores*”, que utiliza o silêncio e até mesmo o esquecimento como aliados, podemos entender que a resistência, se não puder ser elaborada no campo das práticas e discursos, convergindo a outros campos de possibilidade, acaba contribuindo para a conformação do próprio cativeiro no qual estava debatendo-se anteriormente, tendo como laudo um atestado de insanidade e uma sentença sem data para terminar no Manicômio Judiciário.

¹⁸⁸ BUTLER., 2017, op. cit. p. 101.

¹⁸⁹ Idem, Ibidem, p. 106.

Desse modo, o conceito de “protesto e recuo no mesmo gesto”, trazido por Bordo, em relação à hiperliteralidade das condutas femininas no que diz respeito às desordens mentais, fica um pouco mais claro, pensando esses termos de reiteração do próprio discurso. Literalmente, essas mulheres parecem não ter tido outras possibilidades em seu imaginário de elaborar as angústias de suas vivências, senão pelo assassinato daquilo que identificavam como as causas, ou o produto, de seu sofrimento em torno do lar. Há algo nessas histórias que alude ao insuportável no cumprimento do papel de ser mãe e esposa. Dentro de suas possibilidades culturais, em algum lugar em sua subjetividade, vislumbraram a possibilidade de ser assassinas, eclodindo deste modo, a morte literal do “Anjo do lar”. É desse modo que, ao cartografar essas cenas, proponho que elas componham um campo de problematização dos embates que estabeleceram em suas vidas privadas, refletindo sobre esse foco de dor do qual relatam. Segundo Farge:

Não se trata de a partir daí acreditar que, graças a essas falas, detemos de fato o real, a realidade, mas de escutar um desafio: entrar através dessas palavras numa das moradas vivas da história, lá onde essas palavras formam fraturas num espaço social ou imaginário particular. As falas de queixa, de sofrimento, marcam um lugar fronteiro onde vemos a sociedade regulamentar, afrontar, bem ou mal, o que lhe sobrevém; a fratura que a dor formou é também um laço social, e os indivíduos o gerem de diferentes maneiras.¹⁹⁰

Delineando uma fratura dolorosa por meio da melancolia e da angústia, a história de “*Maria das Dores*” foi marcada do ponto de vista social e cultural: vivenciando o papel de mãe e esposa, isolada na zona rural, atarefada com os afazeres domésticos e sozinha com seu filho recém-nascido enquanto o marido trabalhava na roça. Segundo o que disse às autoridades, “*Maria das Dores*” andava bastante infeliz ao lado do marido, de modo que, a veracidade de como a foi a vida do casal é inapreensível, mas apresenta que seu descontentamento girava em torno do casamento. Havia algo que “*Maria das Dores*” expressou, por meio de sua tristeza e ato criminoso, que dizia respeito ao esvaziamento de sentido da vida cotidiana. Seus afazeres como mãe e esposa lhe deixaram de fazer sentido. Assim, o fato de matar seu filho e ser presa parece ter criado uma fenda na própria subjetividade de “*Maria das Dores*”, esquecendo-se de sua vida pregressa: se acostumou à vida no Manicômio, ficando satisfeita com a sua condição e não pretendendo sair. Seu ato transgressivo do cativo da vida familiar não resultou em nenhum tipo de liberdade, estando ela cativa agora nas mãos do Estado. Porém, esquecimento, seu riso e seu choro, sua negação

¹⁹⁰ Farge, 2011, op. cit. p. 17.

de sua própria condição, e principalmente seu delírio de que “*seu marido morreu duas vezes*” por conta de seu ato de matar o filho, expressam o desconforto feminino em torno do lar, do cuidado ao marido, da submissão patriarcal.

É possível interpretar que “*Maria das Dores*” não queria apenas matar seu filho, mas sim toda a sua vida como mulher do lar. Seu riso tem uma forma transgressora, que pode ser compreendido como uma linguagem silenciada, na qual ela se encontra em um limiar entre compreender a situação e não se importar com ela, de modo que no decorrer de sua trajetória da prisão para o manicômio, a cada interrogatório “*Maria das Dores*” confessa menos seu ato criminoso.

Consteladas no universo de outros como mães e esposas essas tantas “*Marias*” foram privadas de criar possibilidades de autonomia em suas vidas, de modo que, do ponto de vista subjetivo, irrompem por meio de crimes que aludem à ansiedade de não poderem mais girar em torno de outros. Desse modo, nesses prontuários a metáfora da “louca do sótão” remete a um sintoma de mulheres que desejam encontrar modos de existência mais autônomos, mas que por não conhecerem essas possibilidades em seus modos de dizer, seus delírios resultam em atos extremos. Assim, tanto a “louca do sótão” como as mulheres infames aqui trazidas em seus atos violentos, homicidas e por vezes suicidas, nos apresentam formas de “atos de protesto”, contendo em seus gestos também um “recuo”, na medida em que reforçam estereótipos em relação à conduta feminina, tendo seus atos inexplicáveis sendo descritos e analisados pelo discurso médico e jurídico.

3.4 Infanticídio: uma cena de solidão

No mês de junho de 1942 “*Maria da Soledade*”¹⁹¹ foi denunciada e presa pelo crime de infanticídio. Tinha 27 anos, sendo trabalhadora doméstica na cidade de Anápolis, antes sido moradora da zona rural até os 17 anos de idade. Negra, analfabeta e viúva, “*Maria da Soledade*” morava na casa dos patrões e, estando grávida de um homem com quem se relacionou mas que a teria abandonado no momento do parto, se viu sem alternativas possíveis no momento do nascimento de seu filho. Os patrões haviam percebido a gravidez de “*Maria da Soledade*”, colocando-a em uma situação complicada quando a repreenderam por tal fato, “*e avisaram-na que não admitiam semelhante coisa na sua casa*”, de modo que “*Maria da Soledade*” negou a gravidez, alegando que apenas estaria “inchada”. No momento

¹⁹¹ Prontuário localizado na caixa 152.

do nascimento, durante a madrugada, “*Maria da Soledade*”, “*estando em seu quarto sozinha começou a sentir fortes dores (...) levantou-se, ficando de cócoras no meio do quarto, tendo nesta posição dado à luz a uma criança que caiu no chão*”. Segundo consta em sua denúncia, “*Maria da Soledade*”, agachada e sozinha, tampou a boca do filho para que não chorasse, com medo de que seu choro pudesse alarmar os patrões. O recém-nascido não chorou. Quando a mãe julgou que o perigo do barulho já havia passado, tirando a mão da boca da criança, percebeu que seu filho estava morto.

No dia seguinte, manhã de domingo, “*Maria da Soledade*” “*envolveu o corpo da criança em um avental e dirigiu-se ao fim da avenida (...) nos fundos de um terreno, e ali com o auxílio de um pedaço de pau, cavou um pequeno buraco onde enterrou o corpo da criança*”. Voltou para a casa, lavou tudo. Na segunda feira, o delegado já estava à sua procura, e os patrões confirmaram que “*Maria da Soledade*” havia estado grávida. Juntamente à autoridade, ela encaminhou-se até o buraco em que havia enterrado, surpreendendo-se por não encontrar mais o corpo da criança. Então lhe disseram que cães haviam cavado aquele buraco e arrastado o corpo até um local visível – quando as autoridades tomaram conhecimento. Por essa razão estavam à sua procura.

Presa na comarca de Rio Claro, quando interrogada, “*Maria da Soledade*” disse que não havia tido o intuito de matar a criança e que estava arrependida do que havia feito. Argumentou que sofreu hemorragia grande no momento do parto, que a asfixia pelo sangue poderia ter sido a causa de sua morte. Na penitenciária, realizaram um exame de corpo de delito que declarou que “*Maria da Soledade*” teria cometido o crime “*sem estar sob influência do estado puerperal*”, uma forma de agravar sua situação. Dois exames mentais foram feitos: um em que os médicos negaram que se trataria de um caso de loucura, e outro atestando que sim, sendo então encaminhada para o Manicômio Judiciário para observação em outubro do ano de 1943. No Manicômio, ela afirma “*sofrer de ataques de tipo epilético desde os 17 anos, na média de um por mês*”, porém os médicos relatam não observar esse tipo de crises, e esse fato é ignorado. Seu laudo é elaborado em março de 1944, e no seu exame psíquico, os médicos notam “*certa tendência à interiorização, às vezes ficando alheia e movendo os lábios, como que falando sozinha*”, apesar de apresentar-se sempre calma nos interrogatórios. “*Maria da Soledade*” afirmou não ter cometido o crime, e sobre o ocultamento do nascimento da criança, dizia estar muito perturbada na ocasião, e que estava muito aborrecida do momento do parto, por ter sido abandonada pelo “amásio”. Respondeu

negativamente à injeção de cardiazol endovenosa¹⁹². Não foi considerada com distúrbios mentais, sendo removida para a penitenciária em junho de 1944.

A história de “*Maria da Soledade*” remete à solidão da mulher negra, trabalhadora, vivendo na casa dos patrões e se submetendo às regras não apenas em relação à sua ocupação de trabalhadora doméstica, mas também das regulações em torno de sua vida sexual e seu corpo. “*Maria da Soledade*” expressa a solidão da mulher sem instrução que migra da zona rural para a cidade em busca de condições de vida, mas encontra seu corpo normalizado pelo regime de trabalho e moradia na casa das pessoas que a empregam. Tendo constituído sua vida em anexo à vida dos patrões, viveu seu desejo e prazer de modo escondido, sob o jugo da indecência, na relação que teve com o homem que resultou em sua gravidez. Mais uma vez sozinha, “*Maria da Soledade*” foi abandonada pelo seu “amásio” no momento do parto e se viu na situação de tomar as decisões de modo rápido para encobrir o desastre que foi seu parto às escondidas.

Em relação à solidão das mulheres negras, a cientista social Cláudia Pacheco traz importantes reflexões sobre as relações afetivas das mulheres negras. Se, como foi trabalhado no capítulo II, um dos dispositivos de subjetivação das mulheres é o “dispositivo amoroso”, ao trazer essa formulação para o caso das mulheres negras, temos um outro quadro desenhado, mostrando que as formas de subjetivação das mulheres são relacionais às questões de raça e classe. Conforme Pacheco, existe uma herança colonial que coloca as mulheres negras em uma chave dupla: a da sexualização e da empregada doméstica, estereótipos advindos das relações escravistas estabelecidas entre os senhores, que escravizavam as mulheres negras também sexualmente, e entre as senhoras, exercendo todos os papéis “femininos” de cuidado com o lar e com os filhos dos senhores.¹⁹³

Tendo em vista essas formulações, penso o caso de “*Maria da Soledade*” como uma mulher negra trabalhando como empregada doméstica, impedida pelo trabalho de exercer sua vida afetiva e abandonada pelo homem com quem se relacionava, por uma perspectiva que leva o gênero em consideração, mas também os processos culturais coloniais em que as mulheres negras estiveram inseridas. De acordo com Lélia Gonzalez, a figura da mucama na sociedade escravocrata foi desenrolada nas épocas subsequentes na figura da mulata, como a mulher negra sexualidade, e na imagem da doméstica, como a mulher que serve uma família que não a sua, demonstrando desse modo a continuidade dos discursos coloniais em relação

¹⁹² Uma resposta negativa à injeção de cardiazol poderia significar que “*Maria da Soledade*” não teria convulsionado com o medicamento. Sobre a terapêutica cardiazólica, ver nota 164.

¹⁹³ PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador, BA : ÉDUFBA, 2013.

aos corpos das mulheres negras.¹⁹⁴ Nesse sentido, os discursos médicos e jurídicos contribuíram para a constituição de uma noção não afetiva das mulheres negras no imaginário social, como se fossem mais “embrutecidas”, ou mesmo vistas como mais “animalizadas”. Como foi trabalhado no capítulo I, por meio da eugenia a partir dos anos de 1930, que postulava as teorias da degenerescência da raça, atrelada às ideias de perigo e de “perversões”, as mulheres negras foram tidas como centrais na construção desses estereótipos.

Como afirma Pacheco, é a partir da década de 1980 que os feminismos negros surgiram como um discurso que questionava a universalidade do feminismo branco e de classe média, já que as experiências das mulheres negras, em muitos pontos, eram bastante distintas daquela das mulheres brancas. Assim, “enquanto algumas correntes do feminismo criticavam o casamento formal, a constituição de família, as mulheres negras falavam de ‘solidão’ e da ausência de parceiros fixos, denunciando, assim, o racismo e o sexismo”.¹⁹⁵ Desse modo, os estereótipos de raça e gênero constituem uma representação social que cumpre um papel regulador em relação a afetividade das mulheres negras. Segundo a autora:

A mulher negra e mestiça estariam fora do “mercado afetivo” e naturalizada no “mercado do sexo”, da erotização, do trabalho doméstico, feminilizado e “escravizado”; em contraposição, as mulheres brancas seriam, nessas elaborações, pertencentes “à cultura do afetivo”, do casamento, da união estável.¹⁹⁶

Ao refletir a questão das mulheres negras, vislumbrada pela história de “*Maria da Soledade*”, é importante levar em consideração os fatores históricos e culturais que constituem suas experiências afetivas e maternais, e em como a questão do trabalho como doméstica está intimamente ligado às suas escolhas, conscientes ou não, no momento do ato que levou seu filho a óbito. A possibilidade de praticar os laços afetivos parecia estar bastante ofuscada pelo medo de perder o emprego e assim perder seu sustento e sua moradia. O caso de “*Maria da Soledade*” chama a atenção em especial pelo fato de que, dentre as maritcidas e as filicidas aqui trazidas, mulheres que cometeram crimes contra a família, ela é a única que estava totalmente sozinha, tendo sido abandonada pelo “amásio”, justamente no

¹⁹⁴ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Texto apresentado na reunião do GT “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”. IV ANPOCS, Rio de Janeiro, 1980. Mimeografado. Pp 223 – 244. p. 230. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130749/mod_resource/content/1/Gonzalez.Lelia%281983-original%29.Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira_1983.pdf. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

¹⁹⁵ PACHECO, 2013, op. cit. p. 27.

¹⁹⁶ Idem, p. 25.

momento de sua gravidez, denotando que ele não assumiria suas responsabilidades perante o filho que viria. De modo que “*Maria da Soledade*” se encontrava sem nenhum suporte afetivo ou material que pudesse lhe dar alguma sustentação neste momento tão delicado da vida de uma mulher que é a gestação e o parto.

A caracterização do crime de infanticídio leva em consideração o momento do parto e o pós-parto, o estado puerperal, em que as mulheres se encontram em maior estado de fragilidade física e psíquica. São esses primeiros dias decorrentes do nascimento de um bebê que vão determinar se o crime de matar um recém-nascido é um infanticídio – decorrente do puerpério – ou se configura em homicídio, ou filicídio, como foi tratado aqui, segundo a denominação usada por Lagarde.¹⁹⁷ Previsto em lei, o infanticídio denota a possibilidade da mãe não estar totalmente consciente das consequências de seu ato, sendo que as mulheres são absolvidas em muitos casos, pois do ponto de vista técnico, o estado de puerpério pode ser compreendido, nestes casos, como um estado equivalente à insanidade mental.¹⁹⁸

No modo como o crime de “*Maria da Soledade*” foi tratado pelas autoridades, apesar de ter sido enquadrado como infanticídio, já na penitenciária, antes mesmo de chegar ao manicômio, eles atestam que ela agiu fora do estado puerperal. Essa visão de seu crime fica um pouco mais clara no laudo de “*Maria da Soledade*” elaborado pelos médicos do manicômio, no qual atestam que, segundo os relatos que ela deu à polícia, presentes no seu processo, por ela ter confessado o crime, por ter escondido a gravidez de seus padrões e por ter tomado as providências para esconder o corpo, eles não levaram em consideração a possibilidade de uma “perturbação” pelo momento do puerpério. Pelo contrário, não consideraram as novas declarações que ela oferece, em que ela nega o crime cometido, e passaram pela sua observação de modo bastante breve. “*Maria da Soledade*” afirmou no manicômio que não provocou a asfixia de seu filho, mas que ele havia se asfixiado com o “*sangue proveniente da intensa hemorragia que sofreu durante o parto*”. Entendendo-a como plenamente consciente de seus atos, eliminaram a hipótese de um “*estado confusional auto-tóxico*”, que seria a mais cabível para a situação, de modo que, com este laudo, “*Maria da Soledade*” foi removida para a penitenciária.

De acordo com Mauro Mendlowicz, médico e doutor em psiquiatria, é a partir do século XVIII que o crime de infanticídio, no direito penal, deixa de configurar homicídio qualificado para ser caracterizado como “homicídio privilegiado”, sendo um período em que

¹⁹⁷ LAGARDE, 2005, op. cit.

¹⁹⁸ ALMEIDA, op. cit. p. 27.

novos argumentos que levavam em consideração o estado puerperal das mulheres foram analisados.¹⁹⁹ Segundo o autor, essa “atenuação” das penas não contribuiu para um entendimento mais empático das mulheres no sistema penal, pelo contrário. Demonstra, por meio das reflexões de Foucault, que o período do Iluminismo trouxe uma abertura no campo da produção discursiva no âmbito do direito penal que trouxe um abrandamento das penas. Representando uma mudança na estrutura do poder punitivo, o poder disciplinar que foi erigido nesse período não se tratava mais de uma punição trágica e localizada, como o caso das penas de morte na Idade Média, mas uma feitura dos corpos em torno da vigilância, operando as novas disciplinas que estavam sendo formadas.²⁰⁰

Nesse sentido, os discursos que levavam em consideração a influência da maternidade no psiquismo das mulheres, se por um lado se configuraram como um atenuante, sendo a pena máxima 2 anos pelo crime, por outro lado naturalizaram uma série de discursos em torno do corpo das mulheres, que entendiam que o estado puerperal estava ligado à questões “instintivas”, não compreendendo questões sociais que se relacionassem a esse estado de fragilidade emocional. Assim, o estado puerperal como atenuante surge como possibilidade para as mulheres que, durante a gravidez, tenham tido comportamentos ressonantes ao ideal do “Anjo do lar”, mães que esperam, dedicadas, pelo nascimento dos filhos.

Diversos artifícios e argumentos foram desenvolvidos para contornar [as atenuantes]: se uma mulher tivesse feito o enxoval para seu filho, então não se poderia acusá-la de ter ocultado a gravidez; se a parturiente tivesse batido nas paredes do cômodo onde estava dando a luz, fica provado que ela não havia tentado ocultar o parto, pois havia solicitado ajuda.²⁰¹

É interessante que a observação dos médicos e juízes em relação ao caso de “*Maria da Soledade*” tenha perpassado exatamente pelas questões exemplificadas acima. Tendo ocultado a gravidez dos padrões e realizado o parto sozinha e em silêncio, foi considerada totalmente lúcida de seus atos, como se seu ato não tivesse sido influenciado por um estado emocional alterado. Sozinha e em silêncio: o silêncio e a solidão nos casos de infanticídio é retratado por Rosemary de Almeida do ponto de vista sociológico, sendo um crime que irrompe em histórias de sofrimento, medo ou de despreparo.²⁰² Desse modo, a autora cita que

¹⁹⁹ MENDLOWICZ, Mauro Vitor. *O infanticídio no Código Penal de 1940: crítica à aplicação do critério fisiopsíquico*. Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro.. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994. p. 39.

²⁰⁰ FOUCAULT, 2014, op. cit.

²⁰¹ MENDLOWICZ, 1994, op. cit. p. 39.

²⁰² ALMEIDA, 2001, op. cit. p. 62.

existem até mesmo jurisprudências mais atuais que encaram o infanticídio como um “delito social”:

*Praticado, quase na totalidade dos casos, por mães solteiras ou mulheres abandonadas pelos maridos e pelos amásios (...) raríssimas vezes, para não dizer nenhuma, têm sido acusadas desses crimes mulheres casadas e felizes, as quais, vias de regra, dão à luz cercadas do amparo do esposo e do apoio moral dos familiares.*²⁰³

Vemos que a solidão das mulheres, como um fator social, é entendida pela jurisprudência não como um atenuante, mas como um fator que vai desencadear esse tipo de ação criminosa. Segundo Almeida, em seu estudo sobre as mulheres que matam, a autora relata que nem todas as infanticidas que encontrou ao longo da pesquisa eram sozinhas, mas que todas eram pobres. Desse modo, a condição social pode ser considerada um fator preponderante, aliada a questões relacionadas à vida afetiva da mulher. Agindo sozinha, “num silêncio amnésico momentâneo”, Almeida entende que “seu ato transpõe para o mundo exterior uma fala calada da mulher que, por variados motivos psicológicos e sociais, foge da condição materna, que lhe é dada sem ter tido escolha.”²⁰⁴

Assim, a autora apresenta os crimes de infanticídio em sua relação não apenas com a gestação, mas com todas as etapas vividas na história da mulher que pratica o ato, permeadas pela significação das mulheres em uma cultura patriarcal. É desse modo que a destruição do “Anjo do lar” aparece nas condutas infanticidas e filicidas, ou elas mesmas matando-o, ou quando a morte de uma criança escancara a impossibilidade social da mulher para vivenciar as experiências do “Anjo”, como no caso de “*Maria da Soledade*”. Nesse sentido, é possível vislumbrar em seu ato de ocultar o corpo do filho morto, o silêncio do medo de sofrer sanções por seu comportamento sexual e por sua maternidade fora do casamento e da domesticidade, questões consideradas inaceitáveis aos olhos dos patrões. Seu ato pode ser considerado não como um desejo de se libertar do cativeiro familiar, como nos outros casos trabalhados, mas uma tentativa de preservação de si.

“*Maria da Soledade*” teve o desejo de preservar seu emprego, e, considerando que suas condições de existência estavam atreladas a seu ofício, sendo ali mesmo sua morada, “*Maria da Soledade*” enterrou seu filho buscando preservar a si própria. Se o bebê morreu pela hemorragia ou pela asfixia provocada por sua mão na boca da criança não tem relevância,

²⁰³ Código penal e sua interpretação jurisprudencial, 1997. apud ALMEIDA, 2001, op. cit. p. 62.

²⁰⁴ Idem.

assim como fabular se “*Maria da Soledade*” quis ou não que seu filho estivesse morto. No limiar entre o crime e a loucura, as falas médicas e jurídicas corroboram para dificultar circunstâncias que poderiam atenuar seu crime, denotando o racismo presente no modo como foi observada. Porque, afinal, sendo negra e pobre, o sistema não a tratou como outras filicidas brancas, afastando-a do diagnóstico de doença mental, tendo-a definido simplesmente como criminosa pelo prisma racista e classista que permeavam as narrativas médicas e jurídicas. A dimensão delirante não aparece em sua história, ou não é levada em consideração pelos médicos, sendo seu caso entendido como um pormenor, com menos insistência dos médicos em procurar seus “motivos ocultos” por trás do crime que levam uma mãe a matar e enterrar o filho. Os médicos parecem, ao não se demorarem no relato de suas condições psíquicas, naturalizar o ato criminoso, colocando-o em um outro limiar, o do esquecimento.

CONCLUSÃO

Por meio das tantas cenas reunidas neste trabalho, busquei refletir sobre os crimes e delírios femininos, mostrando o modo como esses foram produzidos pelos olhares detalhados sobre o corpo das mulheres. Tive a intenção de cartografar suas experiências em três momentos: na produção dos discursos de verdade, das relações de poder e das subjetividades. Nesse sentido, caminhei na direção sugerida por Foucault, que oferece em seu modo de análise uma série de ferramentas para a cartografia desses três modos de objetivação dos sujeitos na contemporaneidade, que contam “uma história dos diferentes modos pelos quais os sujeitos se tornam sujeitos”.²⁰⁵ O primeiro é a objetivação do sujeito no discurso, na linguagem; o segundo, a objetivação do sujeito por meio de “práticas divisoras”, o modo como o sujeito é dividido no interior de si em relação aos outros, objetivando-o; e o terceiro, o modo pelo qual um ser humano se torna sujeito por meio de um reconhecimento de si.²⁰⁶ Para isso, discutimos os discursos médicos, percorremos as práticas de poder que operam nas relações afetivas vivenciadas pelas mulheres, e em um terceiro momento, o modo como podemos pensar suas constituições subjetivas, por meio de um gesto de resistência que não passa pela linguagem vigente.

Refletindo sobre suas experiências como tentativas indizíveis de resistência aos discursos normativos em relação ao corpo feminino, seus atos podem ser considerados como insurreições dolorosas referentes às questões de gênero, classe e raça em nossa sociedade. No modo como foram vistas pelos doutores, suas manifestações perdem força ao serem rearticuladas nos modos do poder, presas e diagnosticadas. Nesse sentido, ao vislumbrar encontrar lugares no discurso que deem conta de questões como estas, articuladas ao crime e à loucura, Dotto aponta sobre algumas possibilidades de situar a questão dessa encruzilhada no pensamento de Foucault. O caso de Pierre Rivière²⁰⁷ – um homem que matou sua família – foi analisado pelo filósofo no modo como o assassino encontrou-se enquadrado nos discursos que o examinavam e buscavam encontrar nele um “limite” entre crime e loucura. No caso de ser julgado criminoso, seria morto, se louco, confinado até a morte em um hospital. Ao colocar o caso de Rivière junto à vida dos homens infames, pensando as possibilidades de linguagem sobre essas práticas, Dotto sugere que, em meio a este “beco sem saída”, escutemos o eco de uma dor:

²⁰⁵ FOUCAULT, Op. Cit., 1995, p. 231.

²⁰⁶ Idem, Ibidem.

²⁰⁷ FOUCAULT, Michel. Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão. (Trad. Denize Lezan de Almeida). 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

A dor, por vezes, é a expressão vacilante de uma linguagem que ainda não foi acolhida, que ainda não se encontrou com a sua voz ou que ainda não urdiu uma voz para si. Amarrada ainda à vertigem da apreensão que balança o berço vazio, não teve chance de ancorar-se e, por isso, vaga errante – antes que o trabalho de criação abra os portões para um novo jogo de luz e sombra.²⁰⁸

Nessa mesma direção, o filósofo Tomás Prado busca compreender o modo como Foucault articula “o poder, a história, o discurso [e] o sujeito” em algo como uma “fábula ou uma ética da infâmia”.²⁰⁹ Quando Foucault destaca as vidas infames como “existências-relâmpago”, o filósofo se situa do ponto de vista de apresentá-las sem se colocar como um porta-voz de suas verdades. Nesse prisma, Prado entende que “uma ética da infâmia de alguma forma aponta para uma ética do discurso filosófico quando este se volta para a análise da história.”²¹⁰ Uma ética da infâmia, assim, é possível ser vislumbrada no modo como se problematizam as condições de possibilidade dessas experiências históricas invisibilizadas. Ao apresentar os “entrecruzamentos dos discursos e dos mecanismos políticos”²¹¹, Foucault se exime de julgar os fatos que chegaram ao seu conhecimento por fruto de um acaso,²¹² mas se preocupa em perceber por meio da análise dos discursos e do poder nos arquivos históricos “(...) a ética da infâmia [que] subverte a compreensão teórica habitual de poder (...) reconhecendo formas heterogêneas de acordos e desacordos entre grupos e vista da normatização ou da exclusão de indivíduos.”²¹³

Aludindo à loucura feminina como uma subversão que abre possibilidades de ser pensada pela via do pensamento feminista, Lagarde destaca o modo como o feminismo pode elaborar de modo ético os desejos e das lutas das mulheres que surgem por meio de delírios, podendo oferecer uma narrativa para tais contextos de dor e encontrando possibilidades sociais de expressão. Contradizendo o papel político imposto para as mulheres, como reprodutoras da sociedade e da cultura, as feministas propuseram um outro olhar: contribuíram para transformar a loucura em “não-loucura”, constituindo as mulheres em sujeitos e transformando radicalmente gênero ao colocá-lo como produto histórico.

²⁰⁸ DOTTO, 2018, op. cit. p. 73.

²⁰⁹ PRADO, Tomás. *Foucault e a linguagem do espaço*. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: PUC, 2018, p. 164.

²¹⁰ Idem, Ibidem, p. 165.

²¹¹ Idem, Ibidem, p. 168.

²¹² FOUCAULT, 2003, op. cit.

²¹³ PRADO, Op. Cit, 2018, p. 167.

Transformaram a loucura em vontade coletiva e o sofrimento em consciência, dando linguagem ao delírio como uma experiência coletiva das mulheres.²¹⁴

Assim, por meio de um olhar feminista que busca encontrar um sentido histórico e cultural para as experiências de mulheres, concluo que a luta que as “*Marias*” travaram contra o “Anjo do lar”, no modo que elas vivenciaram suas experiências de subjetivação, pode ser pensada como a possibilidade de entrever em suas histórias uma ansiedade por não terem autonomia de suas vidas. Seja por meio de processos que questionaram a moralidade feminina nos espaços públicos e privados (Cap. I), por experiências de liberação de violências cotidianas (Cap. II) ou por meio de delírios que tiveram a vida de seus filhos como ponto de irrupção e ruptura com os discursos (Cap. III), essas mulheres buscaram formas de elaborar suas vivências, expressar a dor, o desejo e a angústia de suas subjetividades nas primeiras décadas do século XX brasileiro.

Nesse sentido, é interessante pensar o modo como essas narrativas surgem como fragmentos de “existências-relâmpago”, sendo que as histórias das “*Marias*” refletem as condições de possibilidade de suas experiências, por meio de seus crimes e delírios que só podem ser explicados – se é que podem – por meio deles mesmos. Delírios estes que aqui só puderam ser vislumbrados por meio de alguns relatos interpretados pelo discurso médico e jurídico em seus prontuários, oferecendo um olhar sobre as suas vivências no ponto em que foram capturadas pelos “cativeiros” do poder. Um sistema que opera de forma misógina, racista e classista, que produz a dor e a encarcera nos muros de um hospital-prisão para que a norma possa ser produzida.

Se a subjetividade surge neste trabalho como um efeito de poder que pode ser devastador, que possa nos servir de ensejo para a crítica do poder, agindo como um fermento para uma elaboração da subjetividade de modo cada vez mais ético e livre. Se os corpos vibram seus desejos, ainda que calados, que essas histórias nos tragam ainda mais motivos para a elaboração discursiva feminista, por meio da ética militante e da estética artística. O único sangue que se pode naturalizar é justamente aquele que foi patologizado por todos esses discursos médicos e jurídicos aqui analisados: o cíclico e corpóreo sangue menstrual. Que possamos desnaturalizar todos os outros modos de sangria feminina, desobstruindo assim o corpo e a subjetividade, podendo encontrar o lugar em que reside o desejo.

²¹⁴ LAGARDE, Op. Cit., p. 779.

FONTES

- Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) – São Paulo – SP

Acervo de Prontuários do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo (1897-1952)

Arquivo Público do Estado de São Paulo - Rua Voluntários da Pátria, 596, Santana, São Paulo – SP

Os prontuários citados encontram-se arquivados nas caixas: 22, 42, 111, 123, 134, 148, 152, 155, 201, 212, 256 e 352.

FONTES HISTÓRICAS

- Centro de Memória da Unicamp (CMU) – Unicamp/Campinas – SP

Boletim de Eugenia. Ano IV – nº 38. Abril – Junho de 1932, P. 81. Revista Trimestral de divulgação e propaganda de Eugenia no Brasil. Piracicaba, SP: [s.n.], 1929-1933. Fonte: CMU - Centro Memória da Unicamp.

Boletim de Eugenia ano IV n 40 outubro-dezembro de 1932. A Eugenia na prática individual por dr. Renato Kehl, p. 81. Revista Trimestral de divulgação e propaganda de Eugenia no Brasil. Piracicaba, SP: [s.n.], 1929-1933. Fonte: CMU - Centro Memória da Unicamp.

- Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro – RJ

CONSELHO Penitenciário do Distrito Federal. “As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil (Districto Federal, Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Geraes e Espírito Santo”. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928. Fonte: Biblioteca Nacional

- Biblioteca de Manguinhos (Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ) – Rio de Janeiro – RJ

Arquivos da Assistência Geral a Psicopatas do Estado de São Paulo. Ano I, nº I, São Paulo, Brasil, 1936. Fonte: Biblioteca de Manguinhos - Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro : Relume Dumará : UFRJ, Núcleo de Antropologia Política, 2001.

ALVAREZ, Marcos César. O homem delinqüente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, Vol. 1, n. 47, p. 71-92, jun./jul.2005.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.9-34, 1998.

ARTUR, Angela Teixeira. Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e as freiras. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2017.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BORDO, Susan. “O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault”. In. JAGGAR, Alison M. e Bordo. *Gênero, Corpo e Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In LOURO, Guacira Lopes (orgs.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3ª Ed. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2013.

_____. “Sujeição, resistência, resignificação: entre Foucault e Freud.” In: *A vida psíquica do poder – Teorias da sujeição*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CAPONI, Sandra. *Loucos e Degenerados: Uma genealogia da psiquiatria ampliada*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise, entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

COSSI, Rafael Kalaf. *A diferença dos sexos: Lacan e o feminismo*. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. “Acerca do Ritornelo”. In: *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*, Vol. 4. Tradução Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1997..

DOTTO, Pedro. *Usos da liberdade e agonismo em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2018.

ENGEL, Magali. *Psiquiatria e Feminilidade*. In: DEL PRIORE, Mary; BANANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2011.

_____. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2017.

FREITAS, Patrícia de. “A mulher é seu útero”. A criação da moderna medicina no Brasil. *Revista Antíteses*, vol. 1. n. 1. jan. - jun. de 2008, pp. 174-187.

FOUCAULT, Michel. *A Coragem da Verdade: O Governo de Si e dos Outros II*. Martins Fontes, São Paulo, 2014.

FOUCAULT, Michel. “A linguagem enlouquecida”. In: *A grande estrangeira*. Sobre literatura. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. “A Loucura, a Ausência da Obra.” In: Manoel Barros da Motta (org.): *Ditos e escritos I: Problematização do sujeito: Psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2000.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

_____. “A vida dos homens infames”. In: *Ditos e escritos IV. Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. “Émergence des équipements collectifs. Etat d’avancement des travaux”. Manuscrito de Julho de 1974. In: CHEVALLIER, Philippe. “Michel Foucault et le CERFI: un étrange ‘inédit’”. Publicado no site francês “Ici et ailleurs” em 28 de outubro de 2018. Disponível em: <https://ici-et-ailleurs.org/contributions/politique-et-subjection/article/emergence-des-equipements#nb22>. Acesso em 22 de abril de 2019.

_____. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. (Trad. Denize Lezan de Almeida). 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *História da Loucura na Idade Clássica*. 11ª ed. São Paulo : Perspectiva, 2017.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988a.

_____. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998b.

_____. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. “O que são as Luzes?” In: *Ditos e Escritos Vol. II. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. “O sujeito e o poder”. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. “Omnes et singulatim para uma crítica da razão política.” In: *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GARCIA, Carla Cristina. *Ovelhas na Névoa: Um estudo sobre as mulheres e a loucura*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. *La loca del desván. La escritora y la imaginación literaria del siglo XIX*. Madrid, Espanha : Ediciones Cátedra, 1998.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Texto apresentado na reunião do GT “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”. IV ANPOCS, Rio de Janeiro, 1980. Mimeografado. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130749/mod_resource/content/1/Gonzalez.Lelia%281983-original%29.Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira_1983.pdf. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciais*. In PINSKY, Carla; DE LUCA, Tania Regina de (orgs.) São Paulo: Contexto, 2009.

HARA, Tony. “A errância e o mar de mil caminhos”. In *Ensaio sobre a singularidade*. São Paulo: Intermeios; Londrina: Kan Editora, 2012.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Coyoacán, México : Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia de gênero.” In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOMBROSO, Cesare. *The criminal man*. Tradução de Mary Gibson e Nicole Hahn Rafter. Durham: Duke University Press, 2006.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C.; MOTA, André. *História da Psiquiatria: Ciência, práticas e tecnologias de uma especialidade médica*. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina UFABC, Universidade Federal do ABC: CDG Casa de Soluções e Editora, 2012.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. Punição e Experimentação em Mulheres e Meninas. Em: Anais do V Encontro Nacional Antropologia e Direito, 2017.

MASSMANN, Débora Massmann. Versões controversas na leitura de arquivos: o Museu Penitenciário Paulista. Revista Rua: Campinas – São Paulo, vol. 24, nº 2, pp. 525-541, nov. 2018.

MCLAREN, Margareth A. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios (Coleção Entregêneros), 2016.

MENDLOWICZ, Mauro Vitor. *O infanticídio no Código Penal de 1940: crítica à aplicação do critério fisiopsíquico*. Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro.. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

NAVARRO-SWAIN, Tania. *Entre a vida e a morte, o sexo*. In: NAVARRO-SWAIN, Tania; STEVENS, Cristina (orgs.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Ilha de Sta Catarina: Editora Mulheres, pp. 285- 302.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador, BA : ÉDUFBA, 2013.

PERROT, Michelle. "A família triunfante". In: *História da vida privada 4: Da revolução à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Minha história das mulheres*. 2ª ed. São Paulo : Contexto, 2017.

_____. *Os excuídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros*. 7ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2017.

PRADO, Tomás. *Foucault e a linguagem do espaço*. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: PUC, 2018.

IRIGARAY, Luce. *A questão do outro*. Labrys, Estudos feministas, n. 1-2, 2002.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____. "Epistemologia Feminista, Gênero e História." Em: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.) - *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis : Ed. Mulheres, 1998.

_____. "Foucault, a histeria e a aranha". Atigo publicado em: MUCHAIL, S.T.; FONSECA, M.; VEIGA-NETO, A. (orgs) *O mesmo e o outro. 50 anos de História da Loucura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, pp. 235-246.

_____. "O corpo exótico, espetáculo da diferença". Revista *Labrys/ Estudos feministas*, n. 13, jan-jun, 2008.

_____. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1880-1930*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. *Esferas da insurreição. Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SALLA, Fernando. *"As prisões em São Paulo: 1822-1940."* São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP : EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. *A invisibilidade da experiência*. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, Tradução: HADDAD, Lúcia; Revisão Técnica: MALUF, Marina. [S.l.], v. 16, set, p. 27. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11183/8194>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

_____. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. In: Mimeo. Tradução: Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila. Recife, 1989.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid : Traficantes de Sueños, 2016.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público : as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920, 1930. Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 23, supl., dez. 2016, p. 93-110.

STEPAN, Nancy Leys, *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TAVOLARO, Douglas. *A casa do delírio: reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha*. 2a. Ed. São Paulo: SENAC, 2002.

TELLES, Norma. “*Sonhos e iluminações das mulheres loucas da literatura*”, in ESCRITA (Revista de Literatura) Ano XIII – nº 39, 1988, pp. 22-26. Disponível em: <http://www.normatelles.com.br/as_mulheres_loucas_da_literatura.html> Acesso em 15 de abril de 2019.

TVARDOVSKAS, Luana. *Dramatização dos corpos: arte contemporânea e crítica feminista no Brasil e na Argentina*. São Paulo, Ed. Intermeios (Coleção Entregêneros), 2015.

WOOLF, Virgínia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre: L&PM, 2012. Tradução de Denise Bottmann.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba : Appris, 2018.